

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Thamires Aparecida Hipólito

**A educação nas ondas do rádio: o Sistema Radioeducativo Nacional na cidade
de Leopoldina – MG (1950 – 1962)**

Juiz de Fora
2024

Thamires Aparecida Hipólito

A educação nas ondas do rádio: o Sistema Radioeducativo Nacional na cidade de Leopoldina – MG (1950 – 1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/a em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Orientadora: Dra. Maria Zélia Maia de Souza

Coorientador: Dr. Jardel Costa Pereira

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Aparecida Hipólito, Thamires.

A educação nas ondas do rádio: o Sistema Radioeducativo Nacional na cidade de Leopoldina – MG (1950 – 1962) / Thamires Aparecida Hipólito. -- 2024.
114 f.

Orientador: Maria Zélia Maia de Souza

Coorientador: Jardel Costa Pereira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. SIRENA. 2. Educação Popular. 3. Analfabetismo. 4. Leopoldina - MG. I. Maia de Souza, Maria Zélia, orient. II. Costa Pereira, Jardel, coorient. III. Título.

Thamires Aparecida Hipólito

A educação nas ondas do rádio: o Sistema Radioeducativo Nacional na cidade de Leopoldina - MG (1950 - 1962)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/a em Educação. Área de concentração: "Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas".

Aprovada em 22 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Zélia Maia de Souza - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Jardel Costa Pereira - Coorientador

Universidade do Estado de Minas Gerais

Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Fátima Aparecida do Nascimento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 25/09/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zelia Maia de Souza, Professor(a)**, em 23/10/2024, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS, Professor(a)**, em 23/10/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FATIMA APARECIDA DO NASCIMENTO, Usuário Externo**, em 23/10/2024, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JARDEL COSTA PEREIRA, Usuário Externo**, em 19/11/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2003459** e o código CRC **1AB17A00**.

Dedico este trabalho às mulheres mais importantes da minha vida: Marcela Hipólito, Maria das Graças Hipólito, Maria José Gonçalves, Sandra Hipólito, Ana Dias, Marina Hipólito, Vitória Hipólito, Maria Júlia Hipólito, Anthônya Dias, Tayla Marques, Natiely Colli, Ana Carolina Ferreira e Helena Ferreira.

Para nós, mulheres, realizar nossos sonhos é um desafio que transcende o plano individual. O meu maior desejo é que vocês realizem seus próprios sonhos, assim como o apoio e amor de vocês me sustentaram até aqui para que o meu fosse realizado.

“As mulheres que correm em minhas veias me acordaram essa madrugada para me avisar que grandioso não é o que me atravessa, grandioso é eu ainda permitir que coisas belas me devolvam o chão”. – Ryane Leão

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à divindade que me guia, me protege e me fortalece, a quem costumo chamar de Deus Pai.

Agradeço à minha família — minha mãe, meu pai e meus irmãos — que são a base do meu ser, que sonham ao meu lado, acreditam em mim e me mantêm com os pés no chão.

Às minhas amigas, Natiely e Ana Carolina, por serem tão presentes e incríveis. Meu amor e admiração por vocês são infindáveis.

Agradeço à minha orientadora, Maria Zélia, por sua humanidade, apoio e amizade ao longo deste percurso.

Ao meu coorientador, Jardel, pela confiança depositada em mim desde os tempos de UEMG, por sua amizade e parceria.

Sou imensamente grata à todos do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, aos professores e professoras e aos técnicos administrativos, que me acolheram com carinho e gentileza.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida ao longo desses dois anos de curso, que foi fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Muitas pessoas cruzaram meu caminho durante este período, e sou grata a cada uma delas, direta ou indiretamente, por terem feito parte dessa jornada. Agradeço por cada conselho, cada palavra de conforto em meio a momentos de incerteza e ansiedade, e por todas as ideias que contribuíram para que este trabalho fosse concretizado.

Carrego vocês no lugar mais carinhoso do meu coração.

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao estudo do Sistema Radioeducativo Nacional (SIRENA), instaurado na cidade de Leopoldina – Minas Gerais. Considerado o cenário brasileiro no período de industrialização e modernização, o país atingia um alto índice de analfabetismo, e esse fato dificultava processo de mão de obra qualificada para o desenvolvimento do país. Pensando em uma alternativa de baixo custo que atingiria todas as massas, em especial às camadas populares, a Rádio Sirena foi uma escola radiofônica concebida em Leopoldina instaurada junto ao Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo no Brasil (CNEA) em 1958 pelo governo federal, que visava a elaboração de programas educativos veiculados por emissoras espalhadas pela região. Nessa perspectiva, buscou-se analisar sistematicamente os registros históricos da Rádio Sirena e verificar suas contribuições para o cenário educacional da cidade de Leopoldina. Dessa forma, ainda realizaremos nesse estudo o resgate histórico que lhe atribui a importância de se investigar os caminhos percorridos da educação no Brasil nas décadas de 1950 a 1962. Os resultados dessa pesquisa demonstram que, embora as ondas do rádio do SIRENA tenham alcançado à população rural com a educação de base, não podemos afirmar que atingiu de maneira integral as carências educacionais dessa população. A democratização da proposta de educação veio para reforçar as incongruências do sistema de ensino, deixando em evidência a desigualdade social e as limitações das classes subalternas em um cenário onde a mão de obra qualificada era promessa para a transformação socioeconômica do país.

Palavras-chave: SIRENA, Educação Popular, Analfabetismo, Leopoldina - MG

ABSTRACT

This paper refers to the study of the National Educational Radio System (SIRENA), established in the city of Leopoldina, Minas Gerais. Considering the Brazilian scenario during the period of industrialization and modernization, the country had a high illiteracy rate, and this fact made it difficult to find qualified labor for the country's development. Thinking of a low-cost alternative that would reach all the masses, especially the lower classes, Rádio Sirena was a radio school conceived in Leopoldina and established together with the Pilot Plan for the Eradication of Illiteracy of the National Campaign for the Eradication of Illiteracy in Brazil (CNEA) in 1958 by the federal government, which aimed to develop educational programs broadcast by stations spread throughout the region. From this perspective, we sought to systematically analyze the historical records of Rádio Sirena and verify its contributions to the educational scenario of the city of Leopoldina. Thus, in this study we will also carry out the historical review that gives it the importance of investigating the paths taken by education in Brazil from the 1950s to 1962. The results of this research demonstrate that, although SIRENA's radio waves reached the rural population with basic education, we cannot say that it fully met the educational needs of this population. The democratization of the education proposal reinforced the inconsistencies of the education system, highlighting social inequality and the limitations of the lower classes in a scenario where qualified labor was a promise for the socioeconomic transformation of the country.

Keywords: SIRENA, Popular Education, Illiteracy, Leopoldina - MG

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina/MG.....	9
Figura 2: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina/MG.....	10
Figura 3: Caldeirão de feijão. Monumento feito pela prefeitura em 2004	18
Figura 4 Painel “O pouso do Feijão Cru”, localizado na Praça Félix Martins em Leopoldina – MG. A autoria de Funchal Garcia.....	19
Figura 5 Mapa Município de Leopoldina.....	20
Figura 6 Igreja do Rosário.....	23
Figura 7 Alunos a frente da entrada Grupo Escolar Ribeiro Junqueira em 1924.....	31
Figura 8 Ginásio Leopoldinense no ano de 1926.....	33
Figura 9 Juscelino Kubitschek e Clóvis Salgado	58
Figura 10 Aparelhos de rádio utilizados para transmitir as aulas na época. Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET - Leopoldina	68
Figura 11 Logo da rádio Sirena retirada da pasta “Fotos”	76
Figura 12 Imagem retirada da pasta “Notas Fiscais”	79
Figura 13 Imagem retirada da pasta “Correspondências”	80
Figura 14 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”	81
Figura 15 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”	82
Figura 16 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”	83
Figura 17 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”	83
Figura 18 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”	84
Figura 19 Imagem retirada da pasta intitulada “Roteiros”	85
Figura 20 Cartilha de treinamento para monitores por cônego Geraldo Mendes retirada da pasta “Treinamento de Monitores”	86
Figura 21 Cartilha de treinamento para monitores por cônego Geraldo Mendes retirada da pasta “Treinamento de Monitores”	87
Figura 22 Capa verso padrão dos discos retirada da pasta “Fotos dos discos”	89

Figura 23 Capa do disco “Nossa terra, nossa gente” retirada do pasta “Fotos de discos”	90
Figura 24 Capa do disco “A nação e seu governo” retirada do pasta “Fotos de discos”	90
Figura 25 Capa do disco “O sítio do Gabiroba” retirada do pasta “Fotos de discos	91
Figura 26 Capa do disco “Problemas da vida diária” retirada do pasta “Fotos de discos”	91
Figura 27 Capa do disco “Aprenda a fazer contas” retirada do pasta “Fotos de discos”	92
Figura 28 Capa do disco “100% dançante” retirada do pasta “Fotos de discos”	92
Figura 29 Capa do disco “Villa- Lobos e Torroba” retirada do pasta “Fotos de discos”	94
Figura 30 Capa Radiocartilha do SIRENA	94
Figura 31 Radiocartilha do SIRENA	95
Figura 32 Radiocartilha do SIRENA	95
Figura 33 Radiocartilha do SIRENA	96
Figura 34 Ata das escolas radiofônicas.....	97
Figura 35 Carta em apoio ao SIRENA. Imagem retirada da pasta “Cartas”.....	98
Figura 36 Carta recebida da Bélgica para o cônego Geraldo Mendes retirada da pasta “Cartas”	99
Figura 37 Carta recebida da Alemanha para o cônego Geraldo Mendes Monteiro retirada da pasta “Cartas”	99
Figura 38 Figura 38 Carta recebida da Alemanha para o cônego Geraldo Mendes Monteiro	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil - 1940/2010	58
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
SIRENA	Sistema Radioeducativo Nacional
UDN	União Democrática Nacional
PSD	Partido Social Democrata
PC	Partido Comunista
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESC	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e
EJA	Cultura Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNE	Campanha Nacional de Educação Rural
R	
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio
CBPE	Teixeira Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	O CONTEXTO DA PESQUISA	12
2	A SEDE DO SIRENA: CHEGAMOS A LEOPOLDINA	16
2.1	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO LEOPOLDINENSE	26
3	O CENÁRIO EDUCACIONAL DO BRASIL NO PERÍODO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	35
3.1	O ANALFABETISMO NO BRASIL EM 1950 E 1960 E SUAS CAMPANHAS	46
3.2.1	A EDUCAÇÃO POPULAR.....	57
4	O PLANO PILOTO	63
4.1	O QUE TEM NAS ONDAS DO RÁDIO? O SIRENA ATRAVÉS DOS ARQUIVOS DO CEFET LEOPOLDINA – MG	69
	CONCLUSÃO	104
	REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática o Sistema Radioeducativo Nacional (SIRENA), a escola radiofônica que tinha como objetivo levar a educação de base para as camadas populares. Conhecida como Rádio Sirena, a mesma sediou a cidade de Leopoldina – MG em paralelo ao Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo, da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo no Brasil (CNEA) em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que visava a elaboração de programas educativos para pessoas não alfabetizadas.

O interesse por esse tema surgiu durante minha passagem pelo Centro Federal de Educação Tecnológica como estagiária da Coordenação Pedagógica no período de 2018 a 2020, quando ainda cursava Pedagogia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na cidade de Leopoldina. Na ocasião, tive a oportunidade de conhecer o acervo da Rádio Sirena, que fica localizado no hall do prédio do curso de Engenharia de Controle e Automação, no CEFET campus Leopoldina. Me recordo de passar por aquele saguão nos primeiros dias de estágio, e me deparar com uma pequena sala de vidro e, por detrás daquela parede quase invisível, havia pequenos e muitos aparelhos de rádio antigos.

Como uma boa admiradora de artigos de antiguidade que sou, fiquei um tempo buscando motivos em minha mente que justificasse a presença de peças tão graciosas naquele lugar, e ao mesmo tempo, qual história aqueles pequenos aparelhos de rádio seriam capazes de contar através daquela solitária vitrine.

Figura 1: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina/MG



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2022).

Figura 2: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina/MG



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2022).

Naquele mesmo dia, decidi expor meus questionamentos com Vera Márcia Minelli (a quem carinhosamente refiro-me como Verinha), minha ex supervisora e pedagoga do CEFET Leopoldina. De prontidão, ela esclareceu que se tratava de um acervo contendo vários documentos e aparelhos de rádios pertencentes a uma escola radiofônica da década de 60, que se situava no que era denominado Parque Complementar, o atual CEFET campus Leopoldina. Foi uma longa conversa acompanhada de reflexões e perguntas. Descobri que Verinha cuidava da manutenção e organização daquele acervo juntamente a Gláucia Maria Nascimento Costa de Oliveira, técnica administrativa da instituição.

A princípio, o acervo se consolidou entre os anos de 2001 e 2002 a partir da colaboração da professora de artes da unidade Renata Lima e Arantes e da técnica administrativa, já falecida, Maria Aparecida Moraes. Ambas organizaram tudo o que havia restado do prédio da Rádio Sirena e prepararam um pequeno espaço reservado na instituição.

Movida pela curiosidade, resolvi investigar de forma mais aprofundada o

contexto histórico da Rádio Sirena e o encantamento foi instantâneo. Já havia definido que aquele acervo seria o tema do meu trabalho de conclusão de curso da faculdade. E assim o fiz.

Nesse mesmo período iniciei minha trajetória no grupo de pesquisa do professor Jardel Costa Pereira, intitulado “Educação Patrimonial de Documentos Históricos de Leopoldina e Região”, na UEMG campus Leopoldina. Durante esse tempo, pude compreender melhor a importância da preservação da história educacional para o resgate da identidade local e regional. A experiência no grupo de pesquisa despertou em mim um deslumbre ainda maior pela História da Educação e pela valorização do patrimônio cultural.

Chegado o final da graduação com a apresentação do meu trabalho de conclusão de curso em 2019 sob a orientação do professor Jardel, defini mais um objetivo de vida: dar continuidade ao meu percurso acadêmico abordando a História da Educação. No ano de 2021 recebi a feliz notícia que eu havia sido aprovada no Programa de Pós- graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF). O meu sonhado mestrado agora era realidade. E dentro da bagagem para essa viagem tão desafiadora, eu poderia levar comigo a História da Educação e minha querida Leopoldina, terra onde nasci.

E agora estamos próximos ao destino. Mas sabemos que, em História da Educação, a viagem não acaba quando chega ao fim.

1.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

Compreendemos que o estudo na área da História da Educação se denomina por um vasto domínio de pesquisa e produção de conhecimentos que corrobora para o entendimento das ações humanas no tempo e no espaço. Esta área de pesquisa nos permite compreender como se deu o processo de desenvolvimento da educação ao longo da história para que seja possível, através do estudo de registros educacionais, estabelecer relações de rupturas e continuidades entre o passado e o presente.

Para tanto, numa perspectiva histórico educacional, essa pesquisa traz dados sobre uma das primeiras iniciativas governamentais de alfabetização de jovens e adultos nas áreas rurais do Brasil, a partir de 1958 em Leopoldina, através da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, no antigo Parque Dr. Jairo Salgado Gama, onde também foi a Escola Parque, atual CEFET unidade Leopoldina.

A educação e especificamente a alfabetização de adultos, possui uma história longa no Brasil, segundo Osmar Fávero (2005) embora somente seja assumida como um problema nacional a partir de meados dos anos de 1940. É introduzido nesse contexto o conceito de “Educação Popular”.

Segundo Osmar Fávero (2010) quando se falava em educação popular, estava-se falando em ensino primário para crianças das camadas populares: classe média baixa, população menos favorecida em termos aquisitivos. Anos seguintes, se falará em educação de adolescentes e adultos. Contudo, os jovens nunca são citados, pois, o termo “juventude” é uma categoria recente e aparece nos anos de 1980.

Seguindo a linha de pensamento de Fávero (2010, p. 2) “Em relação à alfabetização, o Censo Populacional de 1940 demonstrou que 56% da população maior de 15 anos não era alfabetizada”.

A primeira grande iniciativa promovida pelo Estado foi a CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. Criada e coordenada pelo então Ministério da Educação e Saúde, começa em 1947 e é bastante influente até meados dos anos 1950. Foi uma vasta campanha, importante naquele momento da redemocratização do Brasil em que acabava o Estado Novo e Getúlio Vargas havia sido deposto em 1946. A CEAA foi elaborada para adolescentes, adultos e para crianças de 7 a 10 anos que não foram escolarizadas. A campanha possuía leitura, escrita, iniciação ao cálculo, higiene, moral e civismo. Também existiu a ideia da extensão agrícola, que estaria começando no período.

Porém, essas atividades não foram bem sucedidas, visto que todo o empenho da campanha era voltado para a implantação dos cursos supletivos, sendo assim, os trabalhos da segunda fase da campanha não passaram das primeiras experiências e não alcançaram os resultados esperados. (BEISIEGEL, 1974).

No ano de 1950 foi divulgado o censo demográfico, e o percentual de pessoas não alfabetizadas seguia alto, tendo atingido 50,5% das pessoas adultas, ou seja, mais da metade da população do país ainda se encontrava nessa condição. Com esse fato, ficou comprovado que a campanha não estava atingindo suas metas e, posteriormente, começou a entrar em declínio e a receber graves críticas.

Osmar Fávero (2010) complementa:

Como resposta, o Ministério da Educação questionava o grupo mais próximo a Anísio Teixeira diretor do INEP – Instituto Nacional de Pedagogia, sobre essa linha de alfabetização de massa. Nesse ínterim, Anísio Teixeira, criou o CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, desdobrados em vários Centros Regionais, que realizaram importantes pesquisas sociológicas, sobre educação e sobre o modo de vida da população de povoados e pequenas cidades. Como uma das consequências dessa concepção e desses estudos, o grupo de técnicos que trabalhava no INEP recusava a ação massiva das campanhas e propôs um projeto experimental, visando à expansão e melhoria da qualidade do ensino primário, procurando secar as fontes do analfabetismo (FÁVERO, p. 2).

O MEC criou duas campanhas com o intuito de minimizar o cenário do analfabetismo no país, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, e, em 1958 a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). A CNEA assumiria o compromisso de esforçar-se, junto ao governo do Estado onde funcionasse o curso. O movimento, assim, tomou forma e, foi apoiado pelo Ministro da Educação no governo de Juscelino, o leopoldinense Clóvis Salgado.

Na inviabilidade de realizar um programa nacional, pela falta de verbas, esses técnicos planejaram desenvolver uma ação intensiva em algumas cidades escolhidas como laboratórios. A experiência pioneira foi feita em Leopoldina, Minas Gerais, e experiências similares deveriam ser realizadas em Santarém, no Pará; Feira de Santana, Bahia; Benjamin Constant, em Pernambuco. Naquele tempo não se falava em sistema municipal de educação, mas na verdade o que se pretendia era organizar o sistema municipal de educação, matriculando todas as crianças de sete a dez anos na escola, colocando todas as que crianças e adolescentes de 10 a 14 anos em “classes de emergência”, nas quais seriam associados o ensino primário e a iniciação profissional, e instalando classes noturnas de ensino supletivo para adultos. Para isso, em Leopoldina foram construídos novos prédios, com projetos arquitetônicos adequados à região, formados professores para a aplicação de novos programas escolares, elaborado material didático específico (FÁVERO, 2010, p. 2).

Ao final de 1956 e durante o primeiro semestre de 1957, várias comissões, no referido ministério, se debruçaram ao estudo da temática, com a finalidade de apontar soluções e consolidar um programa de realizações em curto prazo, mobilizando, os setores mais capazes do país.

Ao indicar os municípios selecionados, o Ministro Clóvis Salgado manifestou logo seu interesse por Leopoldina, que era sua terra natal. No dia 22 de junho no ano de 1958, inaugurava-se no atual CEFET unidade Leopoldina, o primeiro experimento do Plano Piloto para a Erradicação do Analfabetismo no Brasil, que se implementou nas acomodações do Parque Dr. Jairo Salgado Gama, o Parque Primário Complementar ou Escola Parque, como era mais conhecida.

O Parque Primário Complementar era, portanto, uma instituição que visava a extensão da escolaridade primária nas cidades (como Leopoldina), que tivessem mais de dez e menos de cinquenta mil habitantes, segundo Moreira (1960).

O espaço foi inaugurado como Escola Parque, juntamente com a Rádio Sirena – Sistema Radioeducativo Nacional, no dia 09 de abril de 1960 – este era conveniado com a diocese católica da cidade que dispunham de suas emissoras de rádio.

O SIRENA, um setor da CNEA conseguiu, pela dedicação de seus técnicos, realizar um programa através do Ministério da Educação e Cultura com o objetivo de levar educação de base através de transmissões radiofônicas especialmente organizadas por receptores de onda cativa, com monitores para dirigi-la.

Com a sua chegada, foram contratados profissionais de diversas áreas do conhecimento como: educação, veterinária, agronomia e saúde, intitulados monitores, para transmitir os conteúdos educativos radiofonizados ao público ouvinte.

O SIRENA foi chefiado e elaborado por João Ribas da Costa e administrado em Leopoldina pelo seu diretor, o Cônego Geraldo Mendes Monteiro. Enquanto projeto educativo, desenvolveu atividades variadas: orientação técnica e pedagógica, elaboração de aulas gravadas e produção de material didático conhecido como Radiocartilha. No entanto, o SIRENA teve vida curta, chegou ao fim no ano de 1963.

Com a suspensão da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, os funcionários foram remanejados para diferentes órgãos públicos e, boa parte de seu acervo foi danificado e distribuído a outras instituições.

Dessa maneira, visto que a Rádio Sirena foi instaurada em Leopoldina e tinha como objetivo a alfabetização e a educação de base ao povo do campo, além de ter sido a primeira emissora de cunho educativo no município a ser sintonizada por meio das ondas cativas, espera-se pela análise documental, fazer seu resgate histórico, através da seguinte problematização: a que projeto de educação e de nação o SIRENA estava vinculado? Buscou-se também como objetivo, preencher outras lacunas existentes na história desse modelo de ensino que ficou conhecido por Rádio Sirena. Quem eram os professores? Como funcionava a sua estrutura? Quem eram os alunos? Por que a igreja católica era conveniada à Rádio? Por que Leopoldina foi o município escolhido para sediar esse projeto governamental? Como eram as aulas gravadas?

Portanto, esse estudo irá se configurar através das seguintes investigações: no primeiro capítulo intitulado “A sede do SIRENA: chegamos a Leopoldina” apresentarei a origem da cidade de Leopoldina, os personagens que contribuíram para a sua formação e as forças educacionais que levaram o município a ser sede do SIRENA.

Para o segundo capítulo, denominado “O cenário educacional do Brasil no período pós Segunda Guerra Mundial” farei um panorama dentro de um recorte histórico específico abordando o cenário socioeducacional do país, onde a educação se tornou pauta emergente para o processo de redemocratização. Aqui, destacarei campanhas e levantes no que se refere ao analfabetismo. No terceiro capítulo “O que tem nas ondas do rádio? O Sirena através dos arquivos do Cefet - Leopoldina – MG” realizarei a análise das cartas, fotografias, recortes da imprensa da época, e todo material pedagógico utilizado nas aulas radiofônicas, como a radiocartilha e os discos de aulas gravadas do Sirena.

Preservar a memória histórica advinda de seus registros é um grande desafio que precisa ser enfrentado, pois uma sociedade sem memória é uma sociedade sem pertencimento.

2 A SEDE DO SIRENA: CHEGAMOS A LEOPOLDINA

“Situado no ponto
culminante
Vejo o sol nascendo e
se pondo
Por trás da linha do
horizonte
Lá embaixo, no vale que
aparece
Vejo apertada entre as
colinas Minha pequena
Leopoldina”.
(Serginho do Rock)

Discorrer sobre Leopoldina nesse momento, levando em consideração todos os seus aspectos culturais, econômicos e sociais, torna-se fator indispensável para compreender as complexas teias de eventos que trouxeram a Rádio Sirena à cidade. Leopoldina é o lugar em que dei meus primeiros passos em direção a vida, minha terra natal e também sede da Rádio Sirena. A cidade é um bau repleto de memórias: cada esquina, cada rua, cada praça tem uma história para contar. E suas memórias estão diretamente ligadas à sua identidade, que foi moldada a longo do tempo - passado, presente e futuro.

Suas raízes se voltam aos primórdios da colonização brasileira, testemunhando o curso dos eventos marcantes ao longo dos séculos. Estabelecida em tempos de expansão territorial e povoamento, sua origem está intimamente ligada à interferência da Coroa Portuguesa e à chegada de imigrantes europeus.

O cultivo do café ganhou destaque em Leopoldina inicialmente, o que atraiu imigrantes portugueses e italianos ao município, deixando profundos resquícios e raízes culturais marcantes que, mais tarde, contribuiria para a formação da tradição local. Além da agricultura do café, Leopoldina também foi panorama de consideráveis transformações em seu contexto educacional ao longo dos anos, como a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

A cidade localizada no Estado de Minas Gerais, Brasil. Em 2022, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município possuía população estimada de 51.145 habitantes e está situada na Zona da Mata Mineira, a 343 km de Belo Horizonte, 115 km de Juiz de Fora e 210 km do Rio de

Janeiro. A cidade é composta pelos distritos de Leopoldina, Tebas, Piacatuba, Abaíba, Providência e Ribeiro Junqueira, abrangendo uma área total de 945 km², sendo o mais extenso da microrregião da Zona da Mata. Sua sede está a uma altitude de 212 metros.

Sua história se dá ao início XIX quando exploradores em suas expedições chegam à Zona da Mata Mineira em busca de ocupação, motivados por terras férteis para cultivo, agricultura e criação de gado.

Os primeiros exploradores documentados em 1828, alcançaram a região atualmente integrada ao território de Leopoldina, inicialmente batizado como Arraial do Feijão Cru, situado no Sertão do Pomba, nome atribuído ao local pela população de Barbacena. Essa narrativa é transmitida a gerações em forma de lenda, conhecida como a História do Feijão Cru, considerada um ponto de partida na formação de Leopoldina. No entanto, sua origem foi um pouco mais complexa.

A narrativa folclórica conhecida entre os cidadãos leopoldinenses se passa ao final do século XVIII, quando contrabandistas de São Martinho cruzavam a região do "Rio da Pomba e Peixe" procurando por solos produtivos em zonas restritas, pois, a atividade mineradora enfrentava dificuldades.

À margem de um riacho sem nome, montaram acampamento para um pernoite, buscando repouso antes de seguir viagem até o rio Paraíba do Sul. Na manhã seguinte, os exploradores saíram pelo território com o intuito de procurar recursos minerais, onde acenderam uma fogueira e dispuseram um caldeirão para o preparo do feijão. Entretanto, ocorreu uma forte tempestade e apagou a chama da fogueira, deixando o feijão sem cozinhar.

Os exploradores retornaram famintos da expedição e, diante da frustração, arremessaram o caldeirão com o alimento às margens do ribeirão. Esse incidente narrado pela lenda batizou o riacho de "Ribeirão do Feijão Cru" e o local de acampamento de "Pouso do Feijão Cru", origem do nome do córrego que corta a cidade, perpetuando-se até a formação do distrito de São Sebastião do Feijão Cru, em Rio Pomba-MG.

Conforme observado por Botelho (1967, Apud FRANCISCO, 2018, p. 15), de acordo com algumas narrativas históricas, o acampamento onde o feijão não cozinhou foi montado no largo do Rosário, que é considerado o local de nascimento da cidade. Vale a pena destacar que muitas narrativas acerca da

formação de cidades brasileiras, em especial do século XIX são construídas em cima de mitos e simbolismo, fatores que contribuem para a construção da identidade local.

Figura 3: Caldeirão de feijão. Monumento feito pela prefeitura em 2004



Fonte: Site Jornal Leopoldinense (2017)

Figura 4 Painel “O pouso do Feijão Cru”, localizado na Praça Félix Martins em Leopoldina – MG. Autoria de Funchal Garcia



Fonte: Site Jornal Leopoldinense (2023)

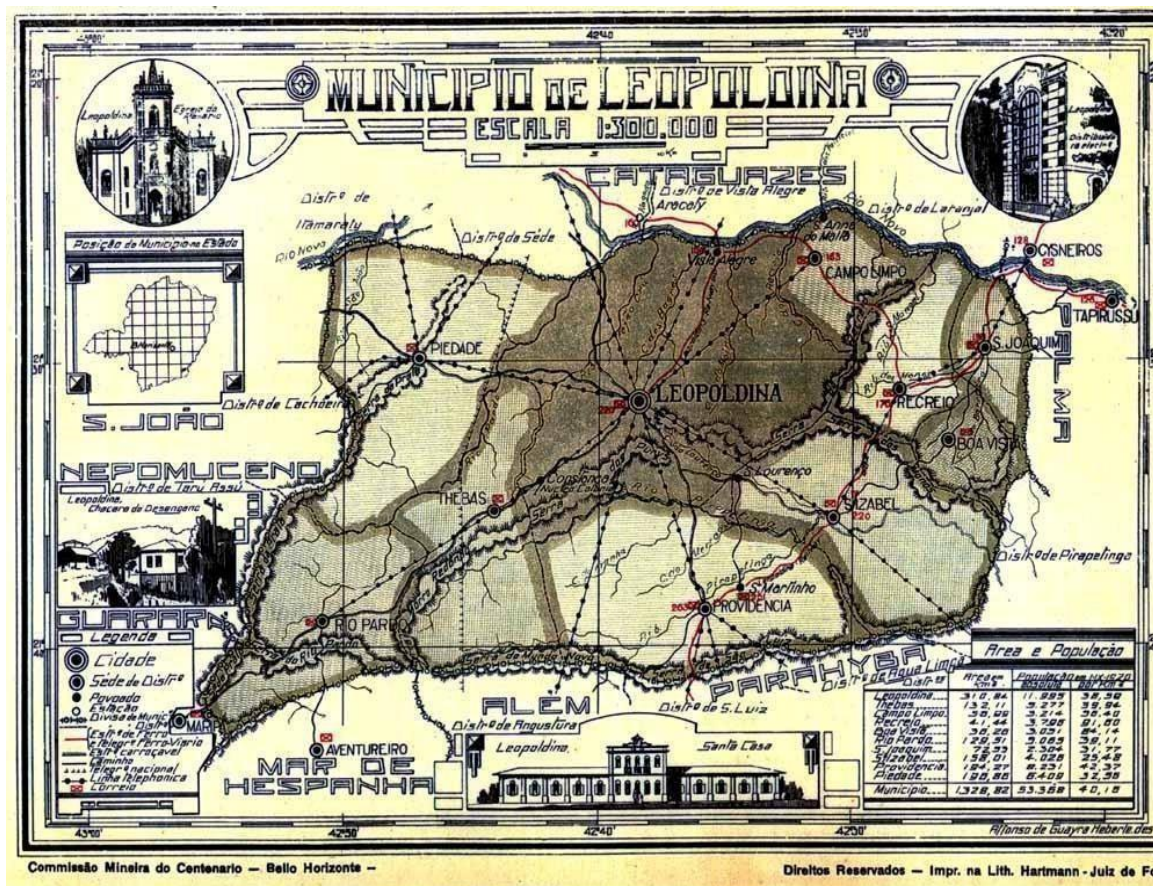
A região da Zona da Mata de Minas Gerais não era um território estranho aos olhos dos colonizadores portugueses. Quando ocorreu a queda da produção de cana de açúcar no século XVII, Portugal incentivou bandeirantes a explorarem o interior de Minas Gerais para encontrar metais preciosos. Essa busca contínua por riquezas resultou na descoberta de grandes depósitos de ouro no estado. Durante esse processo, várias áreas previamente desconhecidas foram ocupadas, enquanto outras, sem despertar o interesse do governo português, foram reservadas para exploração.

A Zona da Mata, originalmente conhecida como sertões proibidos, foi utilizada pelos contrabandistas de ouro como uma maneira de fugir da vigilância rigorosa da Coroa para chegar ao Rio de Janeiro. Como resultado, o governo português proibiu a colonização da região, afirmando que os povos indígenas que lá viviam eram extremamente perigosos.

De acordo com Nogueira

O município de Leopoldina localiza-se na Zona Da Mata Leste, região que, durante período colonial, era chamada de Sertões Proibidos. A região era utilizada como rota de contrabandistas que retiravam ouro ilegalmente das minas para não pagar o quinto ao governo metropolitano. Para afugentar colonos e manter a área isolada, a administração colonial alegava que era perigosa, de mata fechada e índios bravios. Adenominação Zona da Mata está ligada à presença da mata Atlântica que cobria encostas da Serra da Mantiqueira (NOGUEIRA, 2011, p.13).

Figura 5 Mapa Município de Leopoldina



Fonte: Imagem retirada da obra "Leopoldina: instrução, mito político e formação de elites na Zona da Mata Mineira" (2011)

No final do século XVIII, a atividade mineradora enfrentava uma crise, levando muitas famílias a procurarem terras férteis em regiões anteriormente proibidas, marcando o início da colonização no território – inicialmente habitado pelos indígenas das tribos Coroado e Puris, que desapareceram com a chegada dos colonizadores. Estes últimos ainda se encontravam em grandes números em 1832. A autora Natania Nogueira acrescenta:

Com a gradativa redução da extração do ouro nas minas, a Zona da Mata passou a atrair a atenção dos colonos. A abertura do Caminho Novo, estrada que ligava Minas Gerais à capital do país, acelerou a ocupação da região. O Caminho Novo teve origem em 1709, a partir da necessidade do sertanista Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes Leme, de reduzir o tempo de viagem até o porto do Rio de Janeiro, destino do ouro e dos diamantes extraídos das Minas Gerais. Desde 1689, o transporte era realizado através do Caminho Velho, uma antiga trilha indígena, utilizada pelos Guaianás que, do litoral de Paraty, atingia o vale do rio Paraíba, atravessando a serra do mar (NOGUEIRA, 2011, p. 13).

Dessa forma, ainda de acordo com o pensamento da autora leopoldinense, pelo Caminho Novo era levado todo o ouro e diamantes para a cidade do Rio de Janeiro, e também por esse mesmo caminho também chegavam mantimentos e escravos para as minas de ouro. Sendo assim, com a origem dos povoados e o aumento da migração, começaram a ser abertas outras estradas aumento o acesso de pessoas no território até então habitados somente pelas tribos indígenas Puris e Coroados.

“Antes disso, desde 1689, este percurso era feito, através do Caminho Velho, uma antiga trilha indígena, utilizada pelos Guaianás, que passava pelo litoral de Paraty, pelo rio Paraíba e atravessava a Serra do Mar” (FRANCISCO, 2018, p. 13).

Os tropeiros também desempenharam um papel importante nesse processo. “Junto ao morro onde se vê o cemitério havia um rancho de tropeiros que navegam por estes sertões” (ACAIACA, 1954, p. 36).

Posteriormente, a doação de sesmarias abriu caminho para uma nova economia, diferente daquela que existia no Centro de Minas. Para que esse povoamento ocorresse, as famílias nessa área receberam sesmarias do governo, resultando em vários sítios e fazendas que posteriormente se tornariam municípios.

Segundo o pensamento de Nogueira (2007) no início do século XIX, a ocupação da Zona da Mata tornou-se mais significativa, impulsionada pela doação de sesmarias a famílias que buscavam estabelecer-se na região, visando revitalizar a economia da colônia.

Essas doações também obedeciam a critérios políticos, como o caso da concessão de terras por D. Pedro I a indivíduos que o apoiaram durante a pacificação do Brasil, como Henrique Halfeld, que recebeu terras onde hoje se

localiza Juiz de Fora.

A autora leopoldinense salienta que a abertura do Caminho Novo foi de suma importância nesse processo, propiciando o surgimento de ranchos ao longo do trajeto e estimulando atividades pecuárias e agrícolas. A região, marcada pela presença de densas florestas e diversas tribos indígenas, permanecia praticamente intocada devido à proibição do governo português quanto à exploração da área.

Orlando Valverde em seu discurso, afirma que:

A Zona da Mata permaneceu como terra sem história, uma área anecumência até o limiar do século XIX. Concorreram para isso razões naturais e razões políticas. Dentre as causas naturais avulta, sem dúvida, a densa cobertura florestal contínua, que constituía um obstáculo sério à penetração. Como um complemento a esse obstáculo figuravam os índios que aí habitavam - cataguás, puris -, os quais não pertenciam ao grupo tupi. Representantes deste grupo devem ter-se juntado aos primitivos ocupantes da Zona da Mata, em virtude de terem sido rechaçados pelos povoadores brancos da faixa litorânea (VALVERDE, 1958, p. 25).

Segundo o autor:

Abriu-se assim a primeira via de circulação através da Zona da Mata. Nenhuma outra estrada, até centenas de quilômetros para leste e para oeste, atravessava aquele mar de verdura denso e sombrio, mais difícil de transpor do que as nossas serras mais altas. O Caminho Novo era uma artéria estreita, porém única numa longa extensão, e vital para o organismo da Colônia (VALVERDE, 1958, p. 25).

Em consonância com Natania Nogueira:

Muitas famílias se fixaram na região da Mata, recebendo do governo um lote de terra (sesmaria). Em 1822 Bernardo José Gonçalves Montes chegou ao território que hoje pertence a Leopoldina, logo após seu segundo casamento, recebendo como dote, uma sesmaria do sogro e da avó da esposa. O povoamento ali fundado ficou inicialmente conhecido como Arraial do Feijão Cru. Tradicionalmente são considerados fundadores do Arraial do Feijão Cru o tenente Joaquim Ferreira Brito e seu genro Francisco Corrêa de Lacerda. Mas, segundo a pesquisadora Nilza Cantoni, Francisco foi apenas loteador de terras das quais se apossou e de uma das sesmarias que os tios dele receberam. Seu sogro comprou parte de uma delas e fez uma doação de terras para que, em 1831, fosse construída a primeira igreja (onde é a Igreja do Rosário) e as duas primeiras casas do arraial (NOGUEIRA, 2011, p. 14).

Ao refletir sobre a história de como Leopoldina foi fundada, torna-se preponderante questionar o papel dessas famílias enquanto elite leopoldinense e sua grande aquisição de poder econômico. Analisar criticamente as ações advindas de narrativas tradicionais que podem invisibilizar os processos de colonização e formação urbana, é fator indispensável.

Figura 6 Igreja do Rosário



Primeira imagem da Igreja do Rosário de Leopoldina, MG, provavelmente da década de 1890, sem autor, sem data. Acervo Pessoal.

Nogueira ainda inclui que ainda resta um questionamento sobre quem deu início à ocupação de Leopoldina “Se a família Almeida ou a família Monteiro de Barros. A lei, que teria criado o distrito de paz e policial foi a de 30 de setembro de 1830, por época da elevação da localidade a distrito da Vila de São Manuel do Pomba, em 1837 [...]” (NOGUEIRA, 2011, p. 14).

Dessa forma, no ano de 1854, o município de Leopoldina atingiu sua autonomia administrativa. Conforme Nogueira (2011, p. 15) “No dia 27 de abril daquele ano, através da Lei 666, criou-se o município da vila de Leopoldina. Sua instalação ocorreu no ano seguinte, no dia 20 de janeiro. Em 1861, a vila de Leopoldina, sede do município, é elevada à categoria cidade”.

O nome “Leopoldina” foi conferido à cidade em homenagem a princesa Leopoldina de Bragança e Bourbon, segunda filha do imperador D. Pedro II e da

imperatriz D. Tereza Cristina. Leopoldina recebeu a visita da comitiva imperial de D. Pedro II no ano de 1881.

A lei estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891, confirmou a criação do município de Leopoldina e, até a promulgação da lei estadual n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, pela qual Leopoldina perdeu os distritos de Conceição da Boa Vista, São Joaquim e Recreio (que passou a sede de município compreendendo os distritos citados), o município de Leopoldina compreendia os seguintes distritos: Conceição da Boa Vista, Recreio, São Joaquim (hoje Angaturama), Rio Pardo (hoje Argirita), Piedade de Leopoldina (hoje Piacatuba), Tebas, Providência, Santa Izabel (hoje Abaíba) e Campo Limpo (hoje Ribeiro Junqueira) (ACAIACA, 1957, p. 79).

Concentrando nos estudos de Natania Nogueira (2011), não podemos deixar de citar que Leopoldina foi um dos maiores e mais ricos centros cafeeiros de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira durante a segunda metade do século XIX. Minas Gerais se tornou destaque na produção do café graças às primeiras pessoas escravizadas, trabalhadores de lavouras e abundância em terra para cultivo.

Silveira (2009) frisa que o contingente de pessoas escravizadas não estava relacionada somente às lavouras cafeeiras e de aspectos agropecuários, mas também com a construção das estradas de ferro.

Rompendo as matas, abrindo caminhos, integrando lugares, agregando e separando homens, o café se firmará em definitivo até o início do século XX como principal produto de exportação da Zona da Mata. Mas, se por um lado ela contribuiu para estimular o comércio regional, por outro lado, foi responsável pela manutenção da mesma estrutura agrária e social que existia no país: latifúndio patriarcal, aristocracia e escravidão (SILVEIRA, 2009, p. 109).

Conforme demonstrado no censo do ano de 1872, a população de Leopoldina era de 41.886 habitantes, sendo 15.253 pessoas escravizadas. Leopoldina teve uma das maiores concentrações de pessoas escravizadas na Zona da Mata. No entanto, o pensamento de José (1962, p. 137) “Servidos por tão numerosa escravaria e apoiados na força econômica do café, os fazendeiros leopoldinenses levavam um padrão de vida faustoso e, até certo ponto, aristocrático, copiando, na medida do possível, os usos e costumes da Corte”.

As terras do município de Leopoldina desconheciam as tropelias do ciclo das minas. Foram desbravadas, a partir dos primeiros anos do século XIX, e colonizadas por agricultores e à agricultura continuariam dedicadas até o início da atual centúria, quando, com a queda sofrida pelo café, a pecuária passou a preponderar nelas. Era natural, por isso, que Leopoldina dispusesse, ao longo da época imperial, de numerosa população escrava, por sinal, a maior da Província em certa época (JOSÉ, 19, p. 137).

O trecho acima destacado coloca em evidência a relação da agricultura com a cidade de Leopoldina, principalmente no período da cafeeicultura, que fez girar fortemente a economia local até o século XX. A existência de uma comunidade de pessoas escravizadas na época, representa toda a estrutura social e econômica local, fundamentada no trabalho escravo com o propósito de prover a produção da agricultura. Dessa maneira, podemos dizer que essa circunstância de forte vinculação submissa da mão de obra escravizada para a construção da economia leopoldinense teve consequências sobre a dinâmica social e educacional da cidade.

A influência das elites, a presença da Igreja e as transformações econômicas desempenharam um papel de suma importância para a narrativa da história da educação de Leopoldina. Na próxima seção, discorreremos sobre como essas questões estiveram relacionadas ao desenvolvimento das escolas na cidade e a campanha pela erradicação do analfabetismo.

2.1 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LEOPOLDINENSE

O contexto educacional leopoldinense está diretamente relacionado ao processo de desenvolvimento político e econômico do município. A princípio, a educação contava com pouca infraestrutura e havia dependência da Igreja para a promoção do ensino, modelo existente nas áreas rurais do Brasil do século XIX. Poucos tinham acesso a essa educação, se limitando apenas a elite agrária. A maioria da população, especificamente os filhos de camponeses e trabalhadores rurais, não tinham acesso ao ensino.

No entanto, no século XX, a transição da economia do café para a pecuária, trouxe para a cidade significativas mudanças no que diz respeito às instituições educacionais. O declínio do poder das elites evidenciou, mais tarde, a necessidade da criação de novas demandas para a educação como: desafios para a modernização escolar, urgência da alfabetização, integração e diversificação de estudantes nas escolas.

Com a chegada da crise do café, a elite do município começou a investir na pecuária e pequenas indústrias para garantir sua fonte de renda. Nessa conjuntura, segundo Nogueira (2011), mais um tipo de empreendimento em larga escala de reprodução havia sido incorporado em meio a crise cafeeira: a rede de ensino.

A rede de ensino, segundo a pesquisadora citada acima: “[...] traria muito mais do que recursos financeiros, traria também prestígio e capital político para o município. Formava-se em Leopoldina uma elite cultural e política que compensaria a perda gradativa do status econômico local. Leopoldina não era mais um produtor de café, mas produzia mentes em sintonia com os interesses da sua oligarquia” (NOGUEIRA, 2011, p. 36).

Como é mencionado por Francisco (2018) baseado na ideologia dominante do período imperial e até mesmo pós Proclamação da República, esperava-se que a escola fosse uma instituição aberta a todos, porém, dividida de acordo com as condições das classes econômicas que a frequentava. Ou seja, mesmo sendo um órgão formalmente público, ainda havia segregação dos estudantes por seu poder aquisitivo.

A escola passou a ser, com o aumento da demanda por instrução e especialização – frutos do avanço do capitalismo no Brasil – parte importante do processo de formação de uma sociedade arbitrariamente hierarquizada, que pode ser melhor compreendida ao analisarmos o ensino público, destinado às classes menos privilegiadas, como forma de civilizar aqueles que eram considerados menos afortunados, ainda mergulhados na barbárie, adequando-os dentro do modelo social burguês que se implantava no país (NOGUEIRA, 2011, p. 37).

Nogueira (2011) menciona que somente 3% da população se valia de benefícios advindos da cafeicultura, enquanto o restante participava desse mercado como mão de obra trabalhista ou consumo, sendo completamente discriminados nos debates políticos da cidade, decorrente de sua situação econômica desfavorecida. Naquele período, pessoas que não eram alfabetizadas e de baixa renda eram isentas ao voto.

Segundo Nogueira (2011), no ano de 1902 a arrecadação do município havia sofrido um declínio em decorrência da queda do café, aumentando uma dívida ativa atingindo o valor de 135:653\$516. Vejamos a mensagem à Câmara Municipal de Leopoldina contida na obra de Natania Nogueira (2011) apresentada ao Agente Executivo José Monteiro Ribeiro Junqueira, em 31 de dezembro de 1902, procurando esclarecer a falta de investimento dos municípios nas escolas primárias.

“Com a persistência da crise persiste a precariedade das finanças municipais. As causas, por mim apontadas nas mensagens dos anos anteriores, tem sido motivo do decréscimo das rendas do município. A grande e continuada baixa do café, trazendo como consequência a desvalorização dos prédios rústicos; a desclassificação dos negócios, daí resultante: a diminuição extraordinária do número e preço das transmissões e a partilha, com o Estado do imposto que delas promana golpearam fundo o tesouro municipal.” (apud NOGUEIRA, 2011, p. 39).

Oliveira (2016) afirma que “Esse momento caracterizou-se pelo aumento no número de escolas particulares no município, acompanhado do fechamento das escolas municipais em alguns distritos [...]”

Diante desse fato, emerge a urgência de achar meios para continuar girando a economia local. Famílias que antes eram dependentes somente da cafeicultura, começaram a enxergar oportunidades na educação como forma de se manter no poder. Era formado em Leopoldina uma nova elite cultural. As escolas, tanto de iniciativa pública quanto privada, passaram a ter significativa importância na formação de líderes que tinham por objetivo manter seus próprios interesses.

Essas modificações afirmam a capacidade de adaptação de classes dominantes em meio a crises políticas e econômicas. Nogueira destaca um trecho em sua obra que representa o status de desigualdade educacional que afetou Leopoldina em 1897.

Em 1897, o ensino primário público havia sido “simplificado”, ou seja, conteúdos foram retirados da grade curricular. Enquanto se enriquecem os currículos da escola privada, a redução de conteúdos na escola pública merece uma especial atenção, uma vez que sinaliza pela disposição dos dirigentes em oferecer o mínimo necessário para que o futuro adulto seja capaz de desempenhar as atividades destinadas àqueles que não têm acesso a escolas particulares (NOGUEIRA, 2011, p. 40).

Nogueira (2011) também acrescenta que, posteriormente, o município repassa para o Estado e para a iniciativa privada sua obrigação, alegando a justificativa de que as escolas municipais motivariam o esvaziamento das escolas estaduais, e que o fechamento não traria prejuízo aos alunos. O município alegava haver a necessidade de superar a crise do café diante do cenário econômico complexo em que se encontrava. O município tentou delegar a responsabilidade das suas escolas para o Estado e escolas de iniciativa privada.

Não havia esforços do poder público em manter a rede de ensino municipal resultando no atraso do salário dos professores, escolas mal equipadas e falta de estrutura dos prédios para se manter em funcionamento. “Aliados à relutância do município em assumir um compromisso mais efetivo com a educação, outros fatores comprometiam o sucesso da instrução pública do município. O estado de conservação de escolas públicas era o mais precário possível” (NOGUEIRA, 2011, p. 45).

Em consonância com o pensamento de Oliveira

[...] Tanto que, nos anos decorrentes de seu discurso, puderam ser enumeradas algumas iniciativas que confirmaram essa suposição, tais como: a fundação, em 1905, da Companhia Força e Luz Cataguases/Leopoldina, a construção da Usina Maurício, em 1906, e a participação no Convênio de Taubaté, sendo um de seus signatários. No mesmo ano, fundou, junto com seu irmão, Custodio Ribeiro Junqueira, o Ginásio Leopoldinense, de caráter particular (OLIVEIRA, 2016, p. 71).

O Jornal Gazeta de Leopoldina (1903), importante veículo de informação da época, havia publicado uma notícia sobre a precariedade das escolas públicas estaduais:

Desabou uma das paredes laterais das escolas públicas estaduais. Aqueles prédios estão precisando de grandes e urgentes reparos pelo que pedimos ao honrado governo do estado providenciar neste sentido. A parede caiu sobre classe de bancos que ali se achava tudo estragado. Felizmente foi à noite e a sala estava vazia (...) (GAZETA DE LEOPOLDINA, 1903).

Segundo Oliveira (2016) a pauta que o município trazia evidenciava o descaso do governo estadual pela educação, o que resultou na oposição entre o presidente da Câmara e o governador Silviano Brandão. Essa briga levava os líderes locais a perderem seus privilégios.

Nogueira (2011) destaca em sua obra a existência de um documento publicado no período local intitulado “O Novo Movimento” (1910). Segunda a autora leopoldinense

Ele faz uma descrição impressionante da realidade da escola pública e das camadas mais baixas que viviam em Leopoldina, no início da Primeira República [...] Para Ricardo Martins, diretor e editor do periódico, as questões que norteavam a prática escolar estavam subordinadas a fatores além do controle do diretor. O primeiro desses fatores era a pobreza das famílias que para lá enviavam seus filhos: elas não possuíam condições de cuidar do uniforme de seus filhos, pois não tinham recursos nem para o sabão, sendo crianças obrigadas a trabalhar com seus pais para ajudar na manutenção da casa (NOGUEIRA, 2011, p. 47).

Havia também questões relacionadas a evasão escolar dessas crianças e adolescentes. Como foi indicado por Nogueira (2011), existia um problema com a metodologia de ensino aplicada nessas escolas, os responsáveis dos alunos reclamavam que não as crianças estavam aprendendo a ler e a escrever, dessa forma, acabavam tirando-as escola. Também havia o problema da distância das escolas e a casa dos alunos que moravam em áreas rurais.

Podemos notar as implicações sociais através do pensamento de Natania Nogueira. Naquele período, o ensino passava por um déficit gravíssimo. A educação pública leopoldinense carecia de políticas educacionais adequadas que garantissem a permanência das classes menos favorecidas. O ensino era excludente, precário e pouco voltado às necessidades locais.

Nesse mesmo período, ao início do século XX veremos o surgimento dos Grupos Escolares no país. Foram escolas públicas criadas com o objetivo de modernizar e expandir o ensino primário, vistas como um marco importante na educação, principalmente nas áreas urbanas. Antes desse modelo educacional, as escolas primárias funcionavam como “escolas isoladas”.

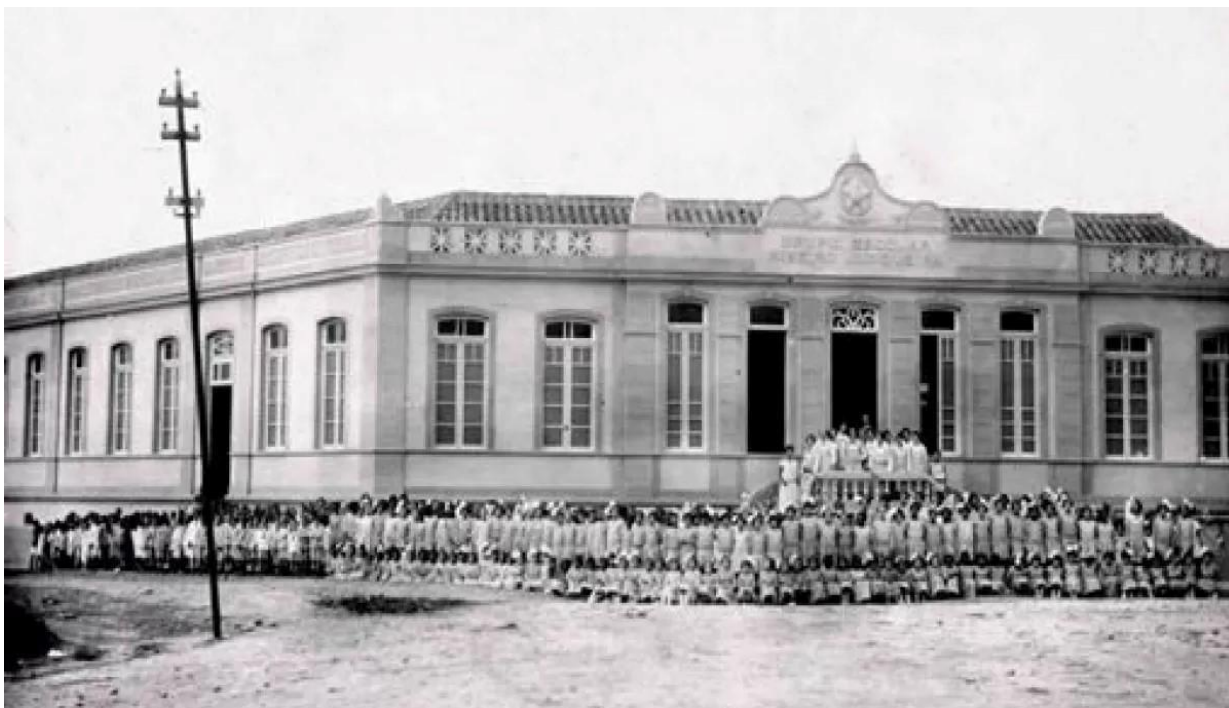
O ensino que acontecia nesses moldes, contava com o professor em sala de aula lecionando para uma classe de variadas faixas etárias e em diferentes níveis de aprendizado. Para a implementação do Grupo Escolar na cidade, a maioria das escolas isoladas dos distritos foram fechadas alegando falta de assiduidade dos alunos. O fechamento das escolas isoladas e a implementação dos Grupos Escolares demonstrava então, uma nova visão da educação local, agora mais moderna e estruturada, preparada para formar cidadãos capazes de enfrentar as dificuldades de uma sociedade em constante transformação.

Além de prédios próprios que tinham como princípio a racionalização dos espaços, outras novidades integraram-se à realidade dos grupos escolares, tais como: a mobília que substituíam os torturantes bancos em encostos; o quadro-negro; o material escolar vinculado ao novo método que marcaria a história do ensino primário brasileiro – método intuitivo ou lições de coisas – que previa o uso de mapas, gabinetes, laboratórios, globos, figuras e quadro de Parker, dentre outros, a fim de facilitar o desenvolvimento das faculdades de apreensão sensorial dos alunos; a instrumentalização das leituras didáticas repletas, diga-se de passagem, de uma linguagem que, a todo o momento, procurava enaltecer os brios republicanos (BENCOSTTA, 2005, p.71).

Em relação a essa nova estrutura educacional, tivemos em Leopoldina o Grupo Escolar Ribeiro Junqueira inaugurado em 1908 apoiado por ¹José Monteiro Ribeiro Junqueira, e tinha, por sua vez, a finalidade moral e civilizatória sobre os cidadãos: formar indivíduos disciplinados e moldados pela classe de poder.

¹José Monteiro Ribeiro Junqueira, nasceu em 27 de agosto de 1871 no município de Leopoldina. Ribeiro Junqueira era formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, entrou para a política bem cedo, se elegeu deputado estadual pelo Sul de Minas em 1894 e reeleito 1898. Foi eleito agente executivo no município de Leopoldina em 1903 e se elegeu deputado por Minas Gerais até 1930 pelo Partido Republicano Mineiro.

Figura 7 Alunos a frente da entrada Grupo Escolar Ribeiro Junqueira em 1924



Fonte: Site do Jornal Leopoldinense (2014)

Sobre o funcionamento do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, cabe destaque a fala de Oliveira (2016)

A construção e a legitimação desses novos tempos e ritmos perpassavam não apenas o horário das aulas, como enfatizado pelos autores, mas também a quantidade e o sexo dos alunos, os programas e métodos de ensino. Por exemplo, em 1916, o Grupo escolar Ribeiro Junqueira possuía 264 matrículas, sendo 192 alunos frequentes. Funcionava em dois turnos: de 7 às 11, para crianças do sexo feminino, e de 12 às 16 [...] (OLIVEIRA, 2016, p. 99).

Sobre a frequência dos estudantes

“Estas eram criadas como mantidas pelo Estado e seu descredenciamento ou suspensão era permanente, pois a frequência escolar ficava a cargo do professor, o que implicava em perda de subsídio ou em ficar disponível, podendo tornar-se auxiliar em outra escola ou ter seu salário reduzido” (OLIVEIRA, 2016, p. 99).

Torna-se importante salientar que

O destino da instrução primária no Brasil foi discutido na Conferência Internacional do Ensino Primário realizada em 12 de outubro de 1921. Dentre os assuntos tratados, estavam a difusão do ensino primário, as escolas rurais e urbanas e a organização dos programas, a organização e uniformização do ensino normal e primário nacionais, a criação do Patrimônio do Ensino Primário Nacional, a fiscalização de escolas estrangeiras e a criação de um

Conselho Nacional de Educação, indicando tentativas de centralizar e unificar o ensino nacional (GAZETA DE LEOPOLDINA, 1921, p.1).

O Grupo Escolar Ribeiro Junqueira foi uma grande referência de ensino para a comunidade local. O intuito do Estado para aquela instituição, era o de levar uma educação mais acessível e universal através de um ensino mais estruturado e voltado para as pautas da época, apesar de ainda ter enfrentado escassez de recursos e também falta de acesso para a população rural.

Portanto, como bem salienta Oliveira

Sob tal perspectiva, os homens seriam desiguais naturalmente e a educação teria o papel de desenvolver sua aptidão específica. A educação social deveria estimular todas as vocações individuais e a escola formar homens capazes de cumprir seus deveres e de impor seus direitos, tratando-se de uma ponte entre o lar e a sociedade (OLIVEIRA, 2016, p. 103).

O Grupo Escolar se tornou um marco relevante para a educação leopoldinense na formação de várias gerações de estudantes. Para tanto, o cenário de desenvolvimento educacional da cidade não se limitou apenas à educação primária. As demandas se tornavam cada vez maiores no que diz respeito a níveis de ensino mais elevados, e, conseqüentemente, houve a necessidade da continuação da instauração de novas instituições.

Durante esse mesmo período, Leopoldina ainda passava por transições políticas, culturais e educacionais principalmente no que refletia às questões da elite local. A elite, no entanto, tinha suas próprias aspirações no que se referia a educação da cidade: formar novos intelectuais que futuramente se destacariam como líderes políticos, professores, artistas, etc. Intelectuais que colaborassem com o desenvolvimento político econômico da cidade, mas que também fortalecessem a identidade cultural e elitizada de Leopoldina.

O Ginásio leopoldinense foi uma escola particular fundada em 1906, pelos irmãos José Monteiro Ribeiro Junqueira e Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira, pensada em proporcionar às classes dominantes a oportunidade de, futuramente, conduzir a sociedade dentro do seu campo de influência e poder.

A construção do Ginásio Leopoldinense se deu em local estratégico, em ponto de destaque na região do município de Leopoldina, e a arquitetura monumental de seu prédio, contrastava com a imagem das demais escolas, inclusive, do Grupo escolar. A ideia de “templos de civilização” que, aparece normalmente, na historiografia da educação, associada aos grupos escolares, criados no início do século XX, não se aplicou, no caso de Leopoldina, às escolas públicas [...] Foi o Ginásio Leopoldinense, instituição de caráter

particular, que teve seu prédio dotado de arquitetura própria, com o intuito de permitir a funcionalidade dos métodos pedagógicos, revestindo-se da monumentalidade que encarnava os ideais republicanos de progresso (OLIVEIRA, 2016, p. 108).

Figura 8 Ginásio Leopoldinense no ano de 1926



Fonte: Site História e Ensino sem Fronteiras (2008)

Existiu uma série de investimentos e esforços para que o Ginásio Leopoldinense fosse referência na formação de professores, líderes políticos, profissionais da saúde, empresários, etc. O currículo da instituição abarcava o ensino primário, secundário, cursos profissionalizantes e cursos de nível superior. Contava com a Escola Normal, Escola Agrícola e Escola de Comércio. O Ginásio também chegou a abrigar duas graduações: Odontologia e Farmácia, o que fez a cidade de Leopoldina virar destaque na época.

Vale destacar que os cursos técnicos formavam mãos de obra para trabalhar na região local, em contrapartida, o ensino secundário preparava os alunos para as faculdades do país ou até mesmo estrangeiras.

O Ginásio foi comparado na época, ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e a Escola Normal Oficial de Minas Gerais. Essas comparações demonstravam o padrão alto de estrutura e ensino que era oferecido, com isso, Leopoldina se tornava um símbolo, uma referência para a região.

Em 1926, a instituição foi municipalizada, sendo renomeado como Ginásio Municipal Leopoldinense, de acordo com a lei municipal n.399, de 20 de outubro de 1926, porém, não tornou o ensino gratuito (ALMANACK DO ARREBOL, 1986). Em 1922, com o decreto nº6181, de 04 de setembro de 1922, passou a funcionar no estabelecimento uma escola rural, com 40 alunos matriculados, onde operou suas atividades até o ano de 1926. Nos arredores do Ginásio foram implantados campos práticos para o ensino agrícola. Os desencontros da política acabaram com a ajuda financeira do governo federal a este tipo de ensino em Leopoldina, sendo o ensino agrícola substituído pelo curso comercial. Em 1921 o curso de Odontologia foi suprimido, em decorrência da falta de alunos matriculados (BONIN, 2020, p. 69).

O prédio do Ginásio Leopoldinense seguia o estilo neoclássico e de grande impacto. Sua arquitetura se destacava na paisagem urbana com seus detalhes ornamentais e suas grandes colunas. Era um projeto arquitetônico sofisticado, pensado para demonstrar imponência e impressionar a população, mas também simbolizar a presença da elite intelectual.

As duas classes sociais se encontravam naquela mesma instituição. Ambas em formação. Ambas com futuros distintos. O ensino técnico preparava os alunos mais pobres para sustentar e desenvolver o mercado local, em paralelo a isso, os filhos da elite estavam sendo preparados para obter títulos acadêmicos, influência e prestígio social.

Mais adiante, muitas modificações ocorreram na instituição que se manteve como iniciativa privada até o ano de 1926. Após isso, se tornou municipal até o ano de 1946 e em 1995 foi nomeada como Escola Estadual Professor Botelho Reis.

Ao longo da trajetória histórica do nosso país, a educação foi usada pela elite política como ferramenta de manutenção de poder. A educação para os menos privilegiados possuía um único objetivo: capacitar e formar para sustentar o sistema, fortalecendo as hierarquias e as classes dominantes. As políticas públicas, os currículos escolares e a educação formal, por vezes repetiam padrões completamente alinhados aos interesses das elites, o que atenuava a permanência do papel subalterno dessas classes sociais.

A manobra de controle social das classes dominantes através do sistema de ensino se tornou presente nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil, período fortemente marcado por transições políticas e sociais. A Educação Popular surge nesse cenário com a proposta de cortar os laços com a estrutura de dominação, e se propõe a dar voz às camadas populares, levando uma educação voltada para a democracia, pensamento crítico e emancipação dos indivíduos.

3 O CENÁRIO EDUCACIONAL DO BRASIL NO PERÍODO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Feito a reflexão sobre o panorama político e social de Leopoldina, lugar que testemunhou as transformações educacionais da época colonial até as modificações mais modernas no Brasil, torna-se relevante expandir a discussão para o contexto educacional do país nas décadas de 1950 e 1960. Período que definiu inúmeras mudanças consideráveis e desafiadoras na educação, colocando em evidência as tramas entre o desenvolvimento da modernização e a desigualdade que assolava a nação. A luta pela democratização do ensino e pela inclusão de camponeses e jovens advindos de setores marginalizados ganhavam cada vez mais destaque.

De acordo com Gomes e Bedrath (2011), esse período da história foi marcado por mudanças significativas que refletiam não apenas as complexidades internas em que o Brasil experimentava, mas também os impactos de eventos globais, como o término da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945). A ordem político global trouxe consigo mudanças em diversos os setores, dentre eles, a educação, que passou a ter papel fundamental na construção do novo domínio social.

O início da década de 50 foi de extrema importância para a narrativa da história do Brasil, se tratando dos âmbitos nacional e internacional. Esse período foi marcante para a história do país, visto que o panorama econômico e político do país sofreu grandes transformações no período pós Segunda Guerra Mundial. O país buscava se estabelecer na visão internacional e lidava com os desafios do processo de desenvolvimento em meio à tantas transições.

O cenário socioeconômico do Brasil sofria inúmeras mudanças na estrutura de padrão capitalista. O antigo modelo baseado na exportação de produtos agrícolas estava sendo substituído por outro mais voltado para a vida urbana e para a indústria. A modernização econômica era uma prioridade.

O Brasil enxergava na industrialização uma possibilidade essencial para ter mais autonomia. Essa concepção estava alinhada com a perspectiva de que a diversificação da economia e o avanço de setores industriais impulsionariam o desenvolvimento e promoveria uma base mais consistente para a autonomia nacional. A autora Claudia Maria de Castro Amaral bem salienta que

O Brasil, na década de 1950, apresentou características resultantes das influências de modernidade, em diferentes aspectos, como: processo de capitalismo, industrialização em marcha, secularização das instituições, progressos tecnológicos, liberalismo político, estatismo econômico, progressiva liberdade de pensamento e desenvolvida organização das classes trabalhadoras e patronais. Apesar da presença de características da modernidade, o país conservava alguns vestígios de atraso, com imensas áreas rurais no interior e com subáreas urbanas com situação de subemprego e de semi-escravidão, além do coronelismo político e do populismo demagógico (AMARAL, 2017, p. 16).

O trecho acima aponta algumas contradições no cenário político do Brasil na década de 50. Embora tenha sido um período marcado por pelo projeto de modernização, manteve-se, ao mesmo tempo, suas amarras a uma estrutura socioeconômica atrasada e obsoleta. Para tanto, essas modificações trouxeram grandes impactos para a maneira como as pessoas viviam e trabalhavam e “o contexto socioeconômico em que o Brasil estava inserido marcava-se por profundas modificações da sociedade capitalista – o modelo agroexportador é substituído pelo urbano - industrial” (SANTOS, LIMA e GOUVÊA, 2017, p. 131).

O Brasil se encontrava imerso em um intenso debate nacional, estudando as rotas de sua busca pela modernização nas esferas econômicas, políticas, sociais e culturais para deixar sua imagem de nação subdesenvolvida. O anseio de consolidação nessas esferas era motivado pelo crescimento econômico.

No entanto, o envolvimento do país no processo de modernização era constantemente afetado pela falta de inclusão social e políticas públicas pensadas nos trabalhadores e jovens de classes sociais menos favorecidas.

Segundo Miranda e Mattos (2021, p. 6) “o processo histórico do país é percebido por seus atores de maneira específica e as experiências do presente cada vez mais exerciam influência sobre a leitura do passado e sobre as expectativas do futuro”. Para Colesel e Lima (2010), as correntes políticas de esquerda respaldavam a industrialização como uma oportunidade para a mobilidade social, dando origem à ideologia do nacionalismo desenvolvimentista. Nesse contexto, a educação era concebida com uma ferramenta para conscientizar a população sobre o desenvolvimento nacional.

Nessa conjuntura, houve um marco na história do território nacional, pois, o crescimento da população urbana estava ocorrendo de forma acelerada superando a população rural.

Diante desse cenário, no processo de industrialização e urbanização, o trabalho de mão de obra nas fábricas e indústrias se tornou importante naquele período. No entanto, o Brasil passava por grandes dificuldades, segundo o pensamento de Janice Theodoro:

O crescimento da população em ritmo acelerado se fez acompanhar pela desintegração dos laços de solidariedade que existiam anteriormente no campo. Ao mesmo tempo, o Estado se mostrava incapaz de desenvolver políticas que proporcionassem outras formas de integração social. O resultado foi um aumento da tensão social e das reivindicações por serviços públicos que não chegavam às populações mais pobres ou recém-chegadas às grandes cidades. Com relação à zona rural, o problema era ainda muito mais grave, pois o número de analfabetos era enorme e a ausência de escolas um problema endêmico (THEODORO, 2018 p. 11).

Nesse ínterim, o país deveria prosperar economicamente e contribuir para a consolidação da democracia, missão difícil após a Segunda Guerra Mundial. Nessa época, o Brasil estava decidido a cortar os laços com a exploração econômica e o retrocesso que havia marcado sua era colonial. Em busca de uma identidade moderna e progressista, o país buscava afirmar seu protagonismo e autonomia em meio às variadas transformações globais.

Os efeitos do colonialismo sobre a economia e a cultura do povo brasileiro encontravam-se no centro das interpretações e dos debates acerca dos desafios e dos elementos limitantes ao desenvolvimento brasileiro. Quase todos os estudiosos da época tomavam o colonialismo como ponto de partida de suas análises e interpretações, embora tenham apresentado perspectivas de superação diversas. (FARIA, 2018, p. 81)

A possibilidade de ingresso de capitais estrangeiros era debatida como uma alternativa para acelerar o progresso econômico do país. Houve consenso entre diversos grupos sociais quanto à necessidade de industrialização como meio de impulsionar o desenvolvimento nacional. Silva e Souza (2009) complementam:

Momento histórico conturbado, em que os ideais de progresso e modernização ganhavam novo fôlego, e os discursos da época advogavam – além de questões ligadas à industrialização, bem como a infraestrutura que esta viria a exigir, como transporte, energia, mão de obra e outros – questões ligadas à educação, com foco especial à expansão e democratização no acesso ao sistema público de ensino (Silva; Souza, 2009, p. 788).

A chegada de Juscelino Kubitschek em janeiro de 1956 à presidência do Brasil, aconteceu em circunstâncias de transformação política, marcadas pela mudança de rota do país em direção ao desenvolvimento econômico. Kubitschek alcança a

presidência com seu famoso discurso “50 anos em 5”, prometendo fazer do Brasil um país modelo de desenvolvimento econômico, industrialização e modernização. Mas, sua promessa se expandiu à reestruturação do modelo educacional, com a necessidade de formação de novos profissionais para atender as demandas de uma nação industrializada.

Apesar da oposição, Juscelino Kubitschek foi eleito e tomou posse no dia 31 de janeiro de 1956. JK apresentou à nação, em fevereiro do mesmo ano, ou seja, quase imediatamente após sua posse, o Plano Nacional de Desenvolvimento, posteriormente conhecido como seu Plano de Metas, com propostas de medidas que levariam ao desenvolvimento do país de forma a provocar importantes mudanças e impactos na economia nacional, nos diferentes setores do Brasil (AMARAL, 2017, p. 15).

Na esfera educacional, JK concentrou esforços e investiu no ensino técnico, com o objetivo de capacitar os cidadãos para o mercado de trabalho, e, conseqüentemente impulsionar o processo de industrialização. O modelo educacional promovido por Kubitschek visava atualizar o currículo escolar, incluindo conteúdos que acompanhassem as necessidades da sociedade brasileira naquele momento. Foi nesse período que tivemos a implementação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). As duas instituições promoviam a formação técnica e industrial. Com isso, o Estado passou a investir em escolas técnicas e universidades que visavam as demandas da economia industrializada.

De acordo com o pensamento de Holanda (2021) “em suma, percebemos que existiu uma interdependência entre a política educacional e a política econômica, uma vez que o avanço da educação só ocorria no ritmo e necessidade do setor industrial” (HOLANDA, 2021, p.80).

Obstante a isso, não houve a mesma concentração de esforços no âmbito da educação básica e ao combate das altas taxas do analfabetismo de jovens e adultos naquele período. O governo de JK recebeu muitas críticas perante a esse fato.

Em decorrência da migração das pessoas do campo à cidade, o crescimento da população urbana ganhou força, e, por consequência também houve o aumento da demanda por educação básica – o ensino primário e secundário. No entanto, a crítica que se fez foi em razão das carências de recursos, escassez estrutural e acesso precário das comunidades às escolas.

Amaral afirma que

As políticas educacionais do governo de JK eram concebidas pelos pragmáticos do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos composto, em sua maioria, por intelectuais escolanovistas, e os desenvolvimentistas do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Havia, então, uma convergência de ideias que norteava os rumos da educação no país, nesse momento (AMARAL, 2017, p.25).

Para a autora “tanto o desenvolvimentismo como o pragmatismo, representados pelo ²ISEB e pelo ³INEP, no Brasil, na década de 1950, tornaram-se fundamentais para a formulação de uma política econômica, social e educacional” (AMARAL, 2017, p.25).

Segundo Oliveira (1955) era importante que a educação estivesse direcionada para a formação das elites e de mão de obra qualificada para exercer novas funções a fim de atender às demandas do processo de industrialização do país. Dessa maneira, o ensino profissionalizante passou a ser promovido como forma de prover força de trabalho para os setores da indústria nacional. Fator importante para que o Brasil pudesse adquirir independência industrial em relação aos produtos importados.

No entanto, a Constituição de 1946 preparou o terreno para as reestruturações educacionais, garantindo a educação dos cidadãos brasileiros como um direito universal, estabelecendo o Estado como o principal responsável pela oferta de educação pública no país. Quanto a esse fato, houve a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros às esferas educacionais.

Segundo Lafer

[...] em obediência ao art. 169 da Constituição de 1946, que determinava que a União deveria aplicar 10% da receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino. [...] no conjunto, a administração Kubitschek atacou o problema da educação e obteve resultados satisfatórios (LAFER, 2002, p. 145).

Emergiam movimentos e discussões que refletiam a necessidade de uma expressão autêntica da identidade brasileira. Viabilizou “diferentes propostas e ações, nas áreas: econômica, política e sociocultural, com o objetivo de superar o ‘atraso e o subdesenvolvimento da região” (WEBER, 1984, p. 01).

No entanto, o país presenciou um período crucial de reflexão e reconfiguração em seu cenário educacional que formaria uma nova conjuntura geopolítica, marcando o despertar de discussões primordiais sobre a educação

² ISEB ou Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi uma instituição cultural criada em 1955 no Rio de Janeiro e fez parte do Ministério de Educação e Cultura. Formado por um grupo de intelectuais, o objetivo do ISEB era apresentar soluções para os problemas sociais que atravessavam a sociedade brasileira.

³ INEP ou Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira fundado em 1937 como Instituto Nacional de Pedagogia, o INEP é um órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) responsável pelas ações educacionais do país.

de base. O país vivenciava um momento de transformação e obstáculos no contexto educacional e socioeconômico.

No Brasil, durante os anos de 1950/1960, a mobilização em torno da modernização do país, para uns, e, para outros, a superação da situação de dependência econômica e a busca de emancipação social orientaram um conjunto de ações no âmbito do debate intelectual e da formulação de projetos de reorientação das políticas de Estado, que visavam a articulação entre industrialização, desenvolvimento científico e renovação educacional (MENDONÇA et al., 2006, p.98).

Todavia, o Brasil mantinha-se estático em sua diversidade, exibindo, por um lado, o potencial de uma nação industrial e urbana, e, por outro, revelando-se como um país sujeito a um notável isolamento que, naquele momento, fortalecia as distâncias entre os sujeitos. Ocorria então, período marcado por diversas campanhas que respondiam ao chamado da modernização.

A necessidade imediata de uma força de trabalho qualificada tornou-se uma realidade irredutível diante do contexto de industrialização acelerada. As antigas estruturas educacionais, no entanto, se revelavam insuficientes para suprir todas as demandas dessa nova ordem econômica. Diante disso, carecia a emergência de reformas educacionais significativas e potentes, pensadas para preparar a população para os desafios e as possibilidades da crescente urbanização.

Segundo Sposito (1984), propõe-se que ao longo dos anos 1950, foram promovidos diversos debates acerca do dinamismo da educação para o êxito do projeto de desenvolvimento em andamento, no entanto, apesar de um aumento nas expectativas dos setores marginalizados de ampliar suas oportunidades por meio do acesso expandido ao conhecimento, as possibilidades ainda permaneciam limitadas.

Sob a pressão das classes populares em busca de uma educação digna de seus filhos, especialmente em meio ao crescimento urbano acelerado, observou-se uma expansão notável do ensino secundário. Obstante a isso, esse movimento possibilitou uma inclusão mais ampla de jovens vindos das camadas socioeconômicas menos favorecidas nesse nível de ensino.

Todavia, esse crescimento exacerbado nem sempre foi acompanhado pela qualidade necessária e pelas oportunidades relevantes para capacitar de maneira significativa esse grupo específico, a fim de atender as novas demandas do mercado.

A grande dificuldade não estava apenas em proporcionar acesso ao ensino secundário, mas também em assegurar que esse acesso se voltasse a uma educação de qualidade e em oportunidades para os jovens das classes menos favorecidas. A busca por igualdade e bom desempenho no sistema educacional permanecia como uma narrativa fundamental nesse contexto de mudanças que evoluía a todo tempo.

Portanto, argumentava-se que a industrialização era a única forma de resolver a desigualdade social na nação. Em vez disso, sugere-se implementar uma estratégia de "transformação produtiva com equidade social" (LOMBARDI, 2014, p. 31), visando um crescimento econômico sustentável associado a uma distribuição de renda mais igualitária.

Esse modelo elevou a substituição de estrangeiros, mas isso foi feito por meio do fortalecimento à globalização de empresas oligopólicas e do capital financeiro internacional. Essa visão destacava a complexidade que existia entre as metas de desenvolvimento econômico e social quando se tratava de buscar por equidade em cenários regionais específicos.

Lombardi (2014) ainda complementa que, na abordagem de desenvolvimento, a educação era designada para assumir uma função crucial. Nesse contexto educacional, a visão de planejamento amplo, abrangendo todos os setores da vida social, desde a economia até as medidas assistenciais, passou a ser priorizada pelas instâncias internacionais. Isso reflete uma compreensão absoluta de que o progresso não deveria ser setorial, mas sim, de maneira totalizada, abarcando diversas esferas para alcançar uma transformação social abrangente.

Segundo Brandão (2002), a emergência da educação popular na América Latina, especificamente durante a fase de industrialização, foi impulsionada pelo objetivo de proporcionar alfabetização em larga escala à população. A finalidade dessa iniciativa era fazer com que as pessoas participassem do processo de planejamento do futuro da sociedade, levando em consideração o preocupante número de pessoas não alfabetizadas e com defasagem educacional.

Em meio às transformações sociais e econômicas, a educação popular se mostrava como uma resposta essencial para empoderar e incluir as camadas mais

amplas da população na construção de um futuro coletivo.

Contudo, “nos anos 50, passa a ser vista como forma de desenvolvimento comunitário, e em fins desta década, é compreendida tanto como educação libertadora, como educação funcional para a formação de mão de obra [...]” (ARAÚJO, 1996, p.120).

Martins (1975) destaca que é no cenário das interações entre o desenvolvimento e a industrialização da economia nacional, com suas consequências na sociedade e na economia agrária, que se torna possível entender a origem dos estereótipos relacionados ao estilo de vida do homem rural.

Esses estereótipos eram influenciados pelas repercussões que incentivavam a "intervenção" das instituições urbanas na vida rural. Esse movimento buscava dinamizar a realidade rural e criar condições propícias para transformar a figura estereotipada do caipira em um cidadão (MARTINS, 1975).

No contexto de democratização e industrialização do país, essas duas esferas demandavam urgências contemporâneas – exigências científicas e técnicas que sustentassem o conceito de um país mais moderno e produtivo, respondendo, dessa forma, às necessidades do mercado de trabalho.

Segundo Ghiraldelli (1994), nos anos 1950, no cenário político, os partidos União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrata (PSD) detinham considerável influência da burguesia industrial e agrícola, fortalecendo assim o governo de Vargas. Simultaneamente, a esquerda brasileira era influenciada pelos países socialistas, levando o Partido Comunista (PC) a buscar a implementação do regime por eles defendido no país. De acordo com Colesel e Lima

Juscelino Kubitschek, durante o período de 1955-1960, assume a liderança do país com a promessa de alcançar um crescimento equivalente a "50 anos em 5". Isso ocorre juntamente à promoção do aumento populacional nas cidades, ao crescimento das favelas e à desvalorização do mercado agrícola, em um contexto em que o país mantinha uma essencial característica rural. Observa-se ainda a desnacionalização das indústrias, refletindo o impacto gerado por um modelo econômico concebido pela burguesia e implementado através do populismo (COLESEL; LIMA, 2010, p.3).

Conforme registrado por Rodrigues (2003, p. 35), os progressos do desenvolvimentismo

Entre as camadas altas e médias da população urbana assiste-se a uma padronização do consumo provocada pela expansão da propaganda, instrumento básico para a ampliação do comércio e da produção. [...] Esta é a época em que o avanço dos meios de comunicação de massa [...] a padronização dos hábitos do consumo e dos comportamentos atinge apenas parcela da população, em parte devido ao baixo padrão e vida do brasileiro. Nossa cultura hoje continua imensamente diferenciada e marcada por conflitos de classe e por desníveis regionais (RODRIGUES, 2003, p. 35, apud COLESEL; LIMA, 2010, p. 3).

As circunstâncias financeiras em que o Brasil enfrentava resultavam em um crescente estado de escassez e precarização das condições de vida de acordo com Coesel e Lima (2010). As autoras ainda salientam que essa conjuntura estimulava ações populares, instigadas por movimentos como a Teologia da Libertação, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), partidos políticos e sindicatos.

Segundo Aranha (1996), o ISEB estabelecido em 1955 com a missão de analisar a cultura ideológica brasileira, conta com a contribuição significativa de, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado, que apresentavam uma vasta visão de perspectivas ideológicas.

Para Coesel e Lima (2010, p. 5) “o intuito desse instituto adere à estratégia do nacionalismo desenvolvimentista, dentro do contexto político de direita que governava o país, chegando ao fim em 1964 durante o período de ditadura militar”. É nesse contexto econômico, político e social que se desenvolve a concepção de Educação popular no Brasil.

É importante destacar que em 1942 foi criada a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário por intermédio do Decreto Lei nº 4.958, datado de 14 de novembro. Logo depois, no ano de 1946, mediante o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro, concebeu a Lei Orgânica do Ensino Primário, provendo ações financeiras destinadas ao ensino supletivo de adolescentes e adultos não alfabetizados.

Destaca-se aqui, a fala de Maria Luiza Marcílio “não é de pouca importância o fato de que, já durante o governo de Gaspar Dutra (1946-1951), Lourenço Filho e Anísio Teixeira eram reconhecidos como assessores de destaque para questões educacionais” (Marcílio, 2005, p. 122).

Marcílio (2005) ainda destaca a liderança de figuras importantes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Francisco Campos, e a maneira de

como a educação ganhou força relevante com o término da fase ditatorial, transformando-se em uma verdadeira missão para combater o desconhecimento nas massas.

Esse período marcou não apenas uma era de transição política, mas também uma mobilização intelectual dedicada a traçar os destinos educacionais do país.

De acordo com Gomes (2020), a Unesco, órgão institucional da ONU, estava imersa no desenvolvimento do conceito de "educação fundamental". Este conceito abraçava uma série de ideias que não apenas influenciaram as décadas seguintes, mas também definiram algumas das trajetórias percorridas pela educação popular no Brasil, especialmente no âmbito da educação de adultos.

Rodrigo Lima Ribeiro Gomes faz a seguinte colocação

Entendendo o desenvolvimento como objetivo de qualquer sociedade, em especial, das sociedades capitalistas periféricas, ou do "Terceiro Mundo", a Unesco defendia a hipótese de que a educação seria um instrumento fundamental para a consecução de seu escopo a partir de três aspectos: 1) o "ensino técnico" – com a devida assistência da Unesco para a formação de engenheiros e de outros profissionais das áreas tecnológicas, além do fornecimento da estrutura material e intelectual para formar escolas técnicas e "adaptá-las" às indústrias;

2) o "ensino elementar" – o auxílio, em parceria com os países desenvolvidos (que já tinham muitas décadas de experiência na difusão da escolarização, conhecendo, portanto, suas dificuldades), à criação de sistemas de ensino elementar capazes de fugir do "formalismo estéril" para se adaptarem às mudanças econômicas e sociais relacionadas ao desenvolvimento, através de materiais, de métodos de ensino e de formação de profissionais capazes de fazê-lo e 3) a "educação fundamental para adultos" – levando-se em consideração que o desenvolvimento econômico não poderia "esperar" pela formação das novas gerações, a formação dos adultos fazia-se necessária, a começar pela assistência técnica para a realização de campanhas massivas de ensino (GOMES, 2020, p. 10).

No âmbito das questões levantadas, surgiu a problemática em torno da concepção da educação desse público como apenas uma transmissão de conteúdo. Profissionais da educação começaram a refletir sobre a abordagem de sua forma de lecionar, perguntando-se sobre uma educação direcionada às camadas populares de forma que ocorresse apenas a transferência de conhecimento.

Para esses educadores, a visão se expandia para além da mera transmissão de conteúdo; a ênfase recaía na formação de indivíduos críticos e conscientes (PEREIRA; PEREIRA, 2010). Nesse panorama, os educadores passaram a visualizar uma maneira mais abrangente e transformadora de lecionar. A educação, para esses profissionais, não deveria apenas transmitir informações, mas também buscar de forma ativa a formação de indivíduos críticos e conscientes.

Essa mudança de pensamento reflete não apenas uma evolução nas práticas educacionais, mas também um compromisso mais amplo e aprofundado com o desenvolvimento integral e emancipatório dos cidadãos.

3.1 O ANALFABETISMO NO BRASIL EM 1950 E 1960 E SUAS CAMPANHAS

O cenário analfabetismo destaca-se como um aspecto recorrente ao longo da história educacional no Brasil. O panorama da desigualdade social, que é um dos principais entraves na nossa sociedade, tem alimentado a perpetuação desse cenário. As camadas populares, ao longo da história da humanidade, foram e continuam sendo excluídas das discussões políticas, sociais e econômicas. Sem uma participação efetiva e consolidada nos processos de importantes decisões, seus anseios e demandas de forma frequente ocuparam posições excludentes.

Dessa forma, o analfabetismo no Brasil é um desafio recorrente que tem raízes fortes e profundas na história do país, não sendo apenas entendido como uma questão educacional, mas também como uma problemática de exclusão dos grupos marginalizados e de um sistema que sempre beneficiou a elite e sua manutenção de poder.

Apesar dos avanços nos últimos anos, ainda existem muitos obstáculos a serem enfrentados. Ao longo da história, as classes populares enfrentaram grandes barreiras no acesso à educação de qualidade, o que resultou em altas taxas de analfabetismo. Grupos à margem da sociedade, historicamente sofreram maior exclusão e discriminação educacional. A falta de acesso e a ausência de programas educacionais específicos, muito contribuiu para a perpetuação do analfabetismo nessas comunidades.

Acreditamos que revisitar a história do analfabetismo possa ser oportuno para elucidar a origem das desigualdades na educação, conforme a perspectiva adotada nesta pesquisa. Durante a análise deste trabalho, observamos que o domínio teórico e prático da educação de jovens e adultos é amplo e abrangente, apresentando diversas interconexões com temas relacionados. Conforme evidenciado pelas palavras-chave e conteúdo, assim, escolhemos delimitar nossa abordagem aos anos de 1950 e 1960.

Para Viana, “A Educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades” (VIANA, 2006, p. 130). A Educação, em sua totalidade, engloba todas as ações destinadas ao desenvolvimento humano.

Nesse panorama mais amplo, ela abarca não apenas a instrução formal, mas todo o conjunto de experiências e práticas que contribuem para o crescimento absoluto do indivíduo. Assim, a educação realiza um papel essencial na formação de indivíduos capazes, éticos e preparados para contribuir positivamente para a sociedade.

Paulo Freire (2003, p.40) evidenciava que “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática [...]”. A visão defendida por Freire expressa a ideia principal de que o processo educacional não é somente um conjunto de práticas pedagógicas, mas também uma execução prática de uma determinada compreensão sobre como o conhecimento é adquirido, constituído e transmitido.

Esse pensamento sugere que por trás de cada método educacional, currículo ou abordagem de ensino, possui uma teoria implícita sobre como os alunos aprendem e como o conhecimento é concebido. Ele destaca a interconexão entre a filosofia educacional e as práticas concretas na sala de aula. Dessa maneira, a eficácia da educação está intrinsecamente ligada à coerência entre a teoria educacional subjetiva e as estratégias implementadas no ambiente de aprendizado.

Na obra “Educação e esperança”, Paulo Freire (2003, p.52) ressalta o seguinte pensamento “seria uma agressiva contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse num permanente processo de esperançosa busca. Este processo é a educação”. Nessa máxima, é enfatizado o diálogo entre educação e esperança. Perante essa perspectiva, Freire concebe a educação como o veículo por meio do qual o indivíduo se insere nesse processo dinâmico e contínuo de progresso e construção de significado.

Essa compreensão ressalta a totalidade transformadora da educação, não apenas como uma transmissão de conhecimento, mas como um meio de empoderar os sujeitos, estimulando a reflexão crítica e a busca por um entendimento mais profundo de si próprio do mundo.

A esperança, nesse contexto, é concebida como uma força maior que impulsiona o aprendizado e o desenvolvimento humano.

Os movimentos educacionais e culturais predominantes nas décadas de 50 e 60 foram, em sua maioria, influenciados pelas ideias de Paulo Freire. Eles adotaram seu método de alfabetização que visava uma abordagem educacional dialógica, destacando a valorização da cultura popular e a forma de utilizar temas geradores. Essas expressões tinham como objetivo principal a conscientização, participação e transformação social, partindo do entendimento de que o analfabetismo é uma consequência de uma sociedade injusta e desigual (ROMANELLI, 2002).

Em consonância com o pensamento de Holanda (2021, p. 70), “[...] pensando a alfabetização para além de um processo mecanizado de leitura e escrita, conseguiremos percebê-la numa dimensão que envolve os saberes, as experiências e as sensibilidades”. A autora vai mais além em sua concepção ao afirmar:

A Educação de pessoas Jovens e Adultas vai além do processo de alfabetização e um contexto de treinamento de leitura e escrita, pois trata-se de uma modalidade de ensino que envolve várias dimensões, desde culturais, etárias e emocionais para outros aspectos. (HOLANDA, 2021, p. 70)

Conforme a isso, a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela um panorama permeado de discordâncias e interesses ao longo dos anos, o que resultou em uma sequência de práticas pedagógicas que foram interrompidas. Ao analisarmos a educação no Brasil entre 1950 e 1960, torna-se claro que, apesar das mudanças e reformas, na prática a realidade não estava em consonância a esse intuito.

No ano de 1952, teve início a Campanha de Educação Rural e, mais tarde, em 1958, foi lançada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001). De acordo com Fávero e Freitas (2011), a Campanha Nacional de Educação Rural se fundamentou no conceito de educação de base, configurando-se como uma iniciativa voltada especificamente para a educação rural, marcando o início de ações institucionalizadas no Brasil.

Posteriormente, Antônio Balbino assumiu tanto o Ministério da Educação e Cultura quanto, de maneira temporária, em dezembro de 1953, o Ministério da Saúde, permanecendo nessa função até passá-la para o primeiro titular da pasta, Miguel Couto Filho. No segundo governo, Edgar Santos ocupou a posição de ministro da Educação de 6 de julho de 1954 a 24 de agosto de 1954 (BERNARDES, 2010).

O ministro da Educação em 1953, Antônio Balbino, representava uma liderança ainda não plenamente estabelecida no cenário político nacional, o que tornava improvável que ele contrariasse o ex-ministro. Em decorrência dessas complexidades, a Lei 4.024, conhecida como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), só foi aprovada em dezembro de 1961, marcando uma reconfiguração significativa no sistema educacional brasileiro (XAVIER, 2001).

Em 1955, impulsionado por Anísio Teixeira, teve sua instauração o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma iniciativa que reuniu intelectuais para apontar possíveis soluções para os desafios daquele período. Na passagem da década de 1950 para os anos 1960, testemunhou-se um aprofundamento dos destinos políticos e sociais no Brasil, culminando em descontentamento popular, e problemáticas educacionais em debate.

Na década de 50 e 60, o cenário político brasileiro foi marcado pelo fenômeno do populismo, tendo líderes como Getúlio Vargas, eleito para o período de 1951 a 1954, e Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961. Nesse cenário, surgiram movimentos de Educação Popular, sendo iniciativas notáveis que perduram até os dias de hoje, como as propostas inovadoras de Paulo Freire (1921-1997).

As primeiras experiências de Paulo Freire ocorreram em 1962, em Angicos, quando 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 dias. Para Freire, em uma sociedade de classes, os privilégios de alguns impedem uma grande parte da sociedade de usufruir de certos bens, como a educação, que deveria estimular a reflexão sobre a própria condição social (FERREIRA, 2017).

O contexto desenvolvimentista demonstrava, com clareza, a instabilidade educacional que se seguia em território brasileiro. O segundo governo Vargas, conhecido pela questão nacionalista do desenvolvimento, muito ficou devendo no quesito ações pela educação.

Silva afirma que

Ainda durante o segundo governo, outra medida provocou impacto sobre a política educacional do país. O ministério que cuidava simultaneamente da educação e da saúde foi desmembrado em 1953. Até a separação dos dois ministérios, Ernesto Simões Filho respondeu pelos assuntos da educação e saúde (31/1/1951 a 25/6/1953) (SILVA, 2022, p.3).

A atenção estava voltada para o processo de industrialização e avanço econômico do país, visto que, esses dois aspectos careciam de mão de obra qualificada. Portanto, havia a necessidade de reforçar a ideia de investimento na educação como meio de desenvolvimento e progresso. No entanto, entraves ocorreram nesse contexto, pois, apesar do suposto panorama favorável, o progresso econômico não acompanhou o investimento para a educação pública, impedindo que ocorressem mudanças consideráveis e a longo. A economia e educação estavam interligadas nesse sentido.

Essa visão de JK sobre a educação indica sua representação como algo que deriva do crescimento econômico e não precedente a ele. E dessa forma foi apropriada no Plano de Metas de Juscelino, como formação de pessoal capacitado para diversos setores da indústria brasileira. Observa-se que problemas educacionais estavam na pauta do plano do governo federal, mas dentro da ótica que só poderiam ser solucionados se antes fossem resolvidos os entraves da industrialização e da economia brasileira (GÜTTSCHOW, 2011, p. 34)

O Plano de Metas de JK revelou que a atenção dada ao ensino superior e técnico, atendia aos critérios para o avanço do desenvolvimento industrial, enquanto na educação básica, a desigualdade persistia. A falta de investimento nessa área, para a erradicação do analfabetismo e ensino primário, fez com que o sistema educacional permanecesse excludente e fora da garantia de oportunidade aos cidadãos.

Kuenzer, (2002) traz à luz o conceito de “inclusão excludente” para elucidar a reforma do ensino de JK

[...] a inclusão excludente, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2002, p. 14-15)

Diante desse cenário, entra em pauta a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Através do reconhecimento da necessidade de um projeto de política educacional melhor elaborada e estruturada, a UNESCO denuncia as deficiências da educação brasileira da época. A preocupação era que houvesse uma educação pensada não somente para atender às demandas do ensino técnico voltado para as indústrias, mas também à educação básica para a democratização do ensino.

Entre 1958 e 1968, a UNESCO realiza 12 conferências regionais focalizando a problemática educacional da América Latina, Ásia e África; entre 1958 e 1966 envia 60 missões de planejamento a países que as solicitaram; entre 1960 e 1963 cria centros regionais de planejamento em Beirute, Nova Delhi, Santiago do Chile e Dacar. Nesse último ano, surge, sob sua égide, o Instituto Internacional de Planejamento Educacional, com sede em Paris, enquanto a OCDE realiza conferências internacionais e implementa o Projeto Mediterrâneo (envolvendo Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Turquia e Iugoslávia), adotando como objetivo principal a fixação de políticas relacionando educação e desenvolvimento de mão-de-obra. (SILVEIRA, 1986, p.8, apud BARBOSA, 2006 p. 36).

Segundo Barbosa (2006, p. 36), “[...] sessões de estudo, seminários, conferências, entre várias iniciativas, foram preparadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras instituições, além dos debates sobre educação promovidos no âmbito dos países periféricos”.

Em conformidade com Güttschow (2011), a autora diz que em 1956, a UNESCO apresentou o Maior Projeto número 1, criado na Conferência Geral em Nova Deli, que visava o desenvolvimento do Brasil. Campos (1958) relata

1) envio de especialistas da UNESCO para colaborar com os técnicos brasileiros nos Centros de Pesquisas Educacionais, em cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, diretores e inspetores de Escolas Normais; 2) realização de um seminário, com a assistência de técnicos estrangeiros, destinado ao aperfeiçoamento do pessoal que, no país, tem a seu cargo o treinamento e aperfeiçoamento de professores em exercício; 3) concessão, por parte da UNESCO, de 20 bolsas de estudo, destinadas ao preparo de especialistas, vindos de diferentes Estados brasileiros, os quais, de futuro, atuariam, em articulação com os Centros de Pesquisas Educacionais, nas áreas de onde proviessem. (CAMPOS, 1958, p. 85).

Nesse contexto, a UNESCO formulou várias iniciativas globais, conhecidas como Projetos Principais, para falar de questões de relevância destacada, destacava-se a "expansão da educação primária e a eliminação do analfabetismo" (SOUZA, 1999, p. 34).

Junto a UNESCO, seguindo o pensamento de Güttschow (2011), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) tinha o papel de realizar pesquisas e levantamento de dados educacionais, para tanto, "ressalta-se que houve um grande ganho para a educação, com a entrada dos intelectuais, em sua discussão. Entre eles se destaca a figura de João Roberto Moreira, coordenador da CNEA, nos órgãos do INEP e do CBPE" (GÜTTSCHOW, 2011, p. 38).

Durante o governo de JK, podemos afirmar que a UNESCO teve um papel fundamental para a estruturação de novas políticas educacionais, principalmente no que tange a formulação de novas campanhas para a alfabetização. O relatório de 1957 deixou em evidência a emergência em levar a educação de base ao povo, visto que o índice de analfabetismo no Brasil atingia 50% das pessoas adultas no país. JK, por sua vez, delegou aos pensadores e estudiosos da educação, a tarefa de elaboração de campanhas na tentativa de solucionar essa problemática que assolava o país.

Essas iniciativas de campanhas tinham como foco a erradicação do analfabetismo, destacando-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) de 1947 e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) de 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) 1958, além de outras ações em âmbito local e nacional ao longo da segunda metade da década de 1940 e durante a década subsequente. A ligação entre a UNESCO, INEP e CBPE, tornou possível o movimento para a redução do analfabetismo no Brasil por meio de diagnóstico, avaliação e implementação de novas políticas educacionais no país.

Para Güttschow (2011), a princípio, o município de Leopoldina - MG, foi escolhido para sediar o primeiro centro piloto para dar início às atividades do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE), órgão pertencente ao INEP.

Para João Roberto Moreira, essa cidade transformou-se em "um extenso centro de treinamento voltado para a renovação dos conhecimentos didáticos do magistério" (A NOTÍCIA, 1958, apud GÜTTSCHOW, 2011, p. 41).

Posteriormente, o projeto se expandiu para outras regiões do Brasil. Segundo registros do INEP (1987, p. 334) "além disso, foram iniciados levantamentos preliminares em outros pontos do país. Em 1960, a Campanha, assumindo uma abordagem mais executiva do que experimental, estender-se-á a 40 municípios".

O intervalo das décadas de 1950 e 1960 foi de grande destaque no cenário educacional, especialmente no que diz respeito às estratégias educativas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Para uma análise mais aprofundada das políticas educacionais durante os mandatos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, é importante considerar as complexidades políticas que influenciaram a formação dessas iniciativas educativas.

Segundo Braghini (2005), Juscelino Kubitschek contou com o ministro da Educação, Clóvis Salgado¹. Nesse ínterim, a gestão de Kubitschek ficou registrada como aquela que sugeriu a criação da Universidade de Brasília, apresentando a respectiva proposta ao Congresso, e incentivou o desenvolvimento de cursos superiores voltados para a administração

Figura 9 Juscelino Kubitschek e Clóvis Salgado



Fonte: Boletim da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005

Durante esse intervalo, as influências do pensamento de Paulo Freire começaram a se fazer presentes no campo social e político, principalmente na pauta sobre Educação Popular, o que veremos no próximo capítulo a seguir.

Segundo Barbosa (2010), a década de 1950 proporcionou um ambiente aberto a mobilização da população à procura de seus objetivos, reflexões e desejos por mudanças políticas e sociais. Nesse momento, Paulo Freire conseguiu articular em seu pensamento e método as necessidades mais urgentes da população, que prontamente se engajou nessas propostas.

Nota-se que estes movimentos não apenas iniciaram práticas educativas inovadoras e promoveram a valorização da cultura popular, mas também desempenharam um papel essencial no desenvolvimento da consciência política da população. Esse processo de amadurecimento contribuiu significativamente para a expansão e fortalecimento do sistema democrático.

¹ Clóvis Salgado da Gama nasceu em Leopoldina (MG) no dia 20 de janeiro de 1906. Filho de Luiz Salgado Lima e Virgínia da Gama Salgado, Clóvis foi médico, professor e político brasileiro. Na presidência de Juscelino Kubitschek, Clóvis Salgado tomou posse como ministro da Educação e Cultura.

3.2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR

Durante o intervalo de 1950 a 1962, é possível notar a presença marcante da Educação Popular nas iniciativas de Campanhas de Alfabetização. O conceito de educação popular tem sido atrelado por uma diversidade de significados ao longo do tempo. De maneira geral, é compreendido como um processo educativo dirigido às classes populares, seja de forma realizada "para" elas, seja conduzida de maneira mais participativa, "com" essas classes.

Todavia, as propostas que se encaixam a esse termo apresentaram uma notável variação ao longo da história. Podemos reconstruir a prática de educação direcionada às classes populares até a antiguidade, embora nesse cenário estivesse, em grande medida, limitada ao objetivo de formação para a mão de obra.

Dentro dessa perspectiva, a Educação Popular apresenta contornos distintos dependendo do período histórico e das circunstâncias socioeconômicas. Na esfera contemporânea, especialmente levando em consideração as últimas décadas, a educação popular tem buscado cada vez mais uma abordagem mais participativa e inclusiva, na qual as comunidades desempenham um papel ativo na definição de suas metas educacionais.

É relevante ressaltar que a evolução do termo "Educação Popular" está intrinsecamente vinculada à dinâmica social, política e econômica de cada época. Portanto, o seu significado se encontra em constante transformação, refletindo as demandas e propósitos em mudanças das classes populares ao longo do tempo. No entanto, ela se manifesta como uma resposta específica às demandas e desafios da época, especialmente no que diz respeito à alfabetização de adultos.

A referida proposta educacional, delineada ao longo dos anos 50 e consolidada no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, se revela como um movimento importante em direção a métodos e abordagens mais inclusivos e engajados.

Assim, o período compreendido entre 1950 e 1962 é crucial para o entendimento da evolução da Educação Popular, e o II Congresso Nacional de Educação de Adultos emerge como um ponto de virada, contribuindo de forma considerável para a configuração e consolidação dessa perspectiva educacional.

De acordo com Pereira e Pereira (2010), a Educação Popular, originada fora do ambiente escolar, emergiu no seio de organizações populares. Contudo, seus princípios e metodologia que se baseiam na emancipação, vão além dos limites institucionais, influenciando não apenas as práticas educativas dentro das escolas, mas também em diversos outros espaços, como sindicatos, ONGs, associações de moradores, conselhos populares, entre outros.

Os princípios emancipatórios da Educação Popular atravessaram barreiras. Sua influência se manifesta não apenas nas salas de aula, mas também nos espaços de participação cidadã e organizações sociais, onde a busca pela autonomia e conscientização ganha protagonismo.

Entretanto, nos dias atuais, a Educação Popular enfrenta grandes desafios, principalmente no cerne da integração efetiva desses princípios emancipatórios na prática educacional, especialmente em contextos formais. Além disso, a expansão e consolidação dessas abordagens em outros espaços, demandam esforços contínuos para superar obstáculos e garantir a contribuição dessas práticas transformadoras.

Em conformidade com a percepção de Dulcinéia Pereira e Eduardo Pereira:

Falar em Educação popular é falar do conflito que move a ação humana em um campo de disputas de forças de poder. É falar da forma como o capitalismo neoliberal vem atuando de forma perversa, causando dor e sofrimento humanos. É uma possibilidade de retomarmos o debate proposto por Paulo Freire acerca da conscientização, da compreensão da realidade e de nossa ação no mundo. É falar de uma práxis educativa cujo ponto de partida é a realidade social. (PEREIRA e PEREIRA, 2010).

A Educação Popular é fundamentada em princípios que se não limita a transmissão de saberes, ela se destaca especialmente pelo protagonismo da participação popular, na emancipação desses indivíduos. Esses princípios se inclinam para a construção de um projeto político que aponta para uma sociedade mais justa, crítica e humana.

No entanto, ao fazer sua trajetória histórica nos anos de 1950 e 1960, é importante ressaltar que, de acordo com Francisca Pini:

Concomitantemente ao MEB, a Educação Popular se reconhece também nos Movimentos de Cultura Popular (MCPs). O destaque aqui é apenas para afirmar que os princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire não ficaram restritos à alfabetização de adultos. Os diversos estados brasileiros, em particular, o estado de nascimento de Paulo Freire, Pernambuco, é a expressão da produção da cultura popular, como transformadora da realidade. O Movimento de Educação de Base, após sua criação, atuava de forma articulada, sendo um dos integrantes do MCP (PINI, 2012, p. 2)

Conforme Paiva

[...] o MCP de Pernambuco desenvolveu suas atividades a partir de 1960. Entre setembro de 1961 e fevereiro de 1963 realizou uma experiência de educação pelo rádio com recepção organizada em escolas experimentais, e para a qual foi preparado o Livro de Leitura do MCP, transmitindo programas de alfabetização (50 a 60 minutos de aulas noturnas durante os dias úteis) e de educação de base (10 a 20 minutos). Aos sábados e domingos eram feitas transmissões musicais e teatrais por intermédio da Divisão do Teatro do MCP ou levados ao ar as novelas gravadas pela SIRENA (PAIVA, 1973, p. 238, apud PINI, 2012, p. 2).

De acordo com Brandão e Fagundes (2016, p. 91) “[...] por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em março de 1961, criou o Movimento de Educação de Base (MEB), com o apoio do governo federal”. Dessa forma, segundo os autores, a preocupação do MEB era o desenvolvimento do processo educativo através de escolas radiofônicas, atingindo as zonas rurais das regiões menos favorecidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A atenção estava concentrada no homem do campo, cuja vivência até então era em âmbito rural. Era imprescindível que se adquirisse noções de leitura, escrita e até mesmo de higiene, capacitando-se assim para lidar com as demandas da vida contemporânea e contribuindo para a produção e defesa da nação.

Conforme Fávero (2006, apud BRANDÃO; FAGUNDES, 2016 p. 91), as escolas radiofônicas já haviam sido utilizadas no ano de 1950 em uma experiência de alfabetização de adultos em Valença, no Rio de Janeiro, no entanto “[...] indica-se normalmente como sua matriz principal a experiência de Monsenhor Salcedo, em Sutatenza, que deu origem à Acción Cultural Popular (ACPO), na Colômbia”. (FÁVERO, 2006, p. 3, apud BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 91).

Fávero (2006) destaca que a iniciativa de educação de base, no início, fazia parte do objetivo da UNESCO, em seus programas de educação para os povos não favorecidos, e havia sido incutida no Brasil a partir de 1947, pela Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos e pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com atuação considerável até os anos de 1950.

“As experiências se apresentavam como extensão rural, desenvolvimento de comunidades, educação de base e educação de adultos (FÁVERO, 1983, p. 8)”.

Os autores Brandão e Fagundes destacam o seguinte trecho em seu estudo:

A proposta de educação de base, estimulada pela UNESCO, desde 1947, fazia aproximações entre os altos índices de analfabetismo das populações adultas nas regiões consideradas como atrasadas e o baixo grau de desenvolvimento econômico, tomando como referência a ótica do capital. Logo, sob essa lente, o analfabetismo era um câncer que precisava ser eliminado, pois atrasava o desenvolvimento do Brasil (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 91).

A tabela abaixo demonstra a taxa de analfabetismo nos de 1940 a 2010.



Fonte: IBGE, censo demográfico 1940/2010

Apoiando-se ao discurso de Brandão e Fagundes (2016) nessa perspectiva, o currículo apresentado se baseava em conhecimentos, como: ler, escrever e calcular, considerados como aquisição de conhecimento fundamental – assim como

[...] trabalhos na agricultura, técnicas comerciais, trabalhos caseiros e edificação, para promover o desenvolvimento profissional e o progresso econômico; desenvolvimento de habilidades domésticas, para poder trabalhar com crianças, enfermos e preparação de alimentos; meios de higiene pessoal e coletiva, para o desenvolvimento moral e intelectual, entre outros (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 92).

Conforme Paiva (1987), no fim da década de 50, ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde educadores expressaram diversas perspectivas relacionadas à nova abordagem educacional. Nesse ínterim, destaca-se o pensamento de Paulo Freire, que chamou a atenção de inúmeros educadores, intelectuais, estudantes e líderes comunitários de todo o país, em prol de uma Educação popular.

Paulo Freire, juntamente com outros educadores, sugeriu: a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o Homem e não para o Homem, a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante do trabalho de soerguimento do país; e, finalmente, a renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais. (PAIVA, 1987, p. 210)

Conforme mencionado por Paiva:

A educação dos adultos convertia-se num requisito indispensável para uma melhor reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social (PAIVA, 1987, p.179).

A luta visa emancipar e incluir indivíduos que estão à margem da sociedade em um chamado que empodera, que apresenta oportunidades dignas de vida. Mas também podemos dizer que "[...] o propósito primordial do projeto educacional emancipatório é recuperar a capacidade de surpresa e indignação e direcioná-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes" (SANTOS, 1996, p. 17). Pini (2012, p.4) traz à luz a seguinte reflexão “Os

contextos da Educação Popular ampliam-se como forma de enfrentamento ao modo de produção capitalista, tendo em vista, que a estrutura social vigente é promotora da desigualdade, violência, individualismo e barbárie”.

Após uma análise das circunstâncias políticas e sociais e também da história da Educação Popular no Brasil, podemos reiterar, conforme Freire (2000), que essa visão educacional e sua metodologia têm muito a contribuir na resistência das classes populares no complexo jogo de forças, por vezes invisíveis, que sustentam o capitalismo neoliberal.

O potencial do projeto político educacional evidencia-se na forma como, mesmo perante inúmeros obstáculos, a Educação Popular continua resistindo à eles nos dias de hoje. Não apenas permanece ativa, mas também leva motivação aos educadores a estenderem para as escolas o conhecimento adquirido em sua atuação política nos movimentos de caráter social e sindical.

Como bem destaca Valla "ponderar sobre a Educação Popular em um contexto de crise também pode evocar a imagem de abrir uma janela. A crise pode nos impelir a explorar perspectivas que não consideraríamos em tempos de estabilidade" (VALLA, 1998, p. 4).

As problemáticas levantadas pela crise na sociedade despontam a existência de oportunidades para o recomeço, para o reinventar o cotidiano. Em uma sociedade marcada pelo capitalismo e pela desvalorização das experiências pessoais, ressuscitar a pauta sobre a Educação Popular se apresenta como uma ferramenta poderosa na perseverança contra a invisibilidade desse grupo.

Ao refletir sobre a Educação Popular, logo nos vêm em mente sobre os atores que protagonizam essa trama que possui longas temporadas no palco nacional: pessoas de classes marginalizadas e invisibilizadas. É nesse cenário que as luzes se voltam ao Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo – presença marcante na tentativa de levar educação de base às camadas populares, especialmente aos sujeitos do meio rural.

4 O PLANO PILOTO

As discussões feitas nos capítulos anteriores revelaram os desafios enfrentados dentro da pauta da educação de jovens e adultos ao final da década de 40 e início dos anos 50. Inúmeras campanhas, movimentos sociais, e iniciativas governamentais foram elaboradas para levar a educação de base a esse público, algumas fracassadas, bem sucedidas. No entanto, agora retornamos a Leopoldina com a CNEA e seu Plano Piloto para a erradicação do analfabetismo.

Para iniciar a discussão, Vanilda Paiva (1987) já demonstrava que todo o movimento em prol da educação de adultos logrou intensidade nos anos entre 1958 e 1964. Segundo a autora, existia uma grande problemática no que diz respeito ao preconceito contra a pessoa não alfabetizada e que, atravessava alguns grupos, como ela bem salienta em sua obra

Este nunca fora aceito pelos marxistas; a partir da experiência da CEEA passa a ser rejeitado pelos próprios técnicos da Campanha. Esta rejeição que atingirá fortemente os cristãos está na base da luta pelo voto do analfabeto, fundamentando-a. Finalmente, com os movimentos voltados para a promoção da cultura popular, valorizando as expressões artísticas e culturais do povo, o combate ao preconceito torna-se mais compacto e o sistema Paulo Freire - desenvolvido a partir do conceito antropológico de cultura e sua difusão serão de fundamental importância para formar uma nova imagem do analfabeto, como homem capaz e produtivo, responsável por grande parcela da riqueza da Nação (PAIVA, 1987, p. 205)

Para Paiva

No início do governo Juscelino, também não se observa quaisquer modificação no campo da educação dos adultos. No Programa de Metas, a educação é restrita à formação técnico-profissional. Entretanto, logo em 1956 alguns técnicos já influenciados pelo desenvolvimento da economia da educação e das primeiras recomendações internacionais em favor do planejamento educacional tentam apresentar a educação como um pré-investimento necessário ao desenvolvimento do país, influenciando na criação da CNEA; entram em cena no vos "realistas", inicia-se a "tecnificação do campo educativo com base nos avanços da economia e da sociologia, Tenta-se, além disso, a revitalização da CEEA, surgindo a SIRENA. O "desenvolvimentismo" Juscelinista começa a se acompanhar da exigência de que a educação (PAIVA, 1987, p. 161).

Sobre o Plano de Metas, Amaral acrescenta:

Esse Plano não contemplava, inicialmente, a educação. Por insistência de Clóvis Salgado, que seria ministro de seu governo, o tema passa a ser incluído no plano de governo e, conseqüentemente, na agenda política do país. O Plano de Metas, que objetivava o avanço do crescimento do país, passou a incluir, dessa forma, uma única meta para a educação brasileira, referindo-se à formação de pessoal técnico, que prescrevia a orientação da educação como fator estratégico para o desenvolvimento e a modernização do país (AMARAL, 2017, p. 17).

No que diz respeito ao ensino primário e secundário do país, pouco eram os avanços obtidos. A educação do governo de JK até então, estava voltada para o cenário desenvolvimentista, ou seja, o foco era o ensino profissionalizante com ênfase na mão de obra trabalhista para os dois níveis de ensino. A educação, portanto, deveria ser democrática e de acesso à todos, e que visasse a formação técnica dos brasileiros para o progresso do país.

O analfabetismo, em especial, era posto como um impedimento para o avanço do Brasil em tempos de modernização. Entretanto, de acordo com a narrativa de João Roberto Moreira (1960), os especialistas que integravam o Ministério da Educação e Cultura discutiram o tema com maior profundidade, e concluíram que o desenvolvimento socioeconômico do país dependeria, sobretudo, da educação dos indivíduos e de uma nova estrutura de ensino para o país.

Em conformidade com Lopes; Silvana; Damasceno (2016, p. 155) “o atual presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) Anísio Teixeira realizou pesquisas referentes às questões educacionais do país, onde os resultados não foram tão satisfatórios ou eram de eficácia duvidosa”.

Para Fávero “partiam de outra premissa: o desenvolvimento econômico e a mudança social dependiam principalmente da formação do homem, e dessa óptica propunham uma reformulação da teoria do desenvolvimento brasileiro” (FÁVERO, 2006, p. 47). De acordo com o autor, o intuito era tornar possível o acesso das crianças à escola, mas que também fosse atravessado os obstáculos que impediam o ingresso das mesmas, e após esse movimento, criar “classes ou escolas de emergência” voltadas para a educação de adolescentes e adultos não alfabetizados.

Até então, o desenvolvimento econômico serviria de base para o progresso da educação, no entanto, “o desenvolvimento educacional como pré-condição para o desenvolvimento econômico”, de acordo com o Plano Piloto de Erradicação do Analfabetismo, de 1958, que traça os objetivos principais da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA)” (TEIXEIRA, 2008, p.38).

Segundo dados do MEC

Já não se pode, nos dias contemporâneos, tentar movimentos que visem os mesmos objetivos a que se propunham os sistemas de ensino do século XIX. Daí porque não podemos pensar, ao ter em vista uma Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em simplesmente dotar a população brasileira com a mera capacidade de ler (MEC, 1958, p. 5).

Segundo Teixeira (2008), fazia-se necessário um bom plano com financiamento adequado para as campanhas para garantir o progresso das mesmas, pois, não bastava o alcance quantitativo sem a qualidade esperada.

O autor ainda reitera que

Sem deixar de levar em consideração essas limitações, não há como negar a importância daquelas experiências. Primeiro, porque contribuíram para alterar de forma significativa o quadro eleitoral do país, em dez anos o eleitorado brasileiro teve um aumento de 50%, de quase 8 milhões em 1950 para quase 12 milhões de eleitores em 1960. Segundo, porque suas experiências, tanto os fracassos como as vitórias serviram de base para o surgimento dos movimentos e campanhas posteriores (TEIXEIRA, 2008, p. 39).

Destacaremos aqui a CNEA, criada em janeiro de 1958 e teve por objetivo levar a educação popular às regiões mais afetadas do Brasil com os índices altos de analfabetismo, em resposta a mobilização do processo de industrialização.

Segundo Paiva (1987, p. 213) “ela surgiu exatamente no momento em que se iniciava no país uma nova etapa na educação de adultos: reconhecia amplamente a ineficácia das campanhas lançadas há alguns anos pelo DNE, mobilizavam-se os educadores em busca de novas soluções para o problema”.

Paiva nos fala de forma clara sobre o objetivo da CNEA

Os objetivos da CNEA foram mais claramente definidos como "a verificação experimental da validade sócio-econômica dos métodos e processos de ensino primário, de educação de base e de educação rural, utilizados no Brasil, visando determinar os mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo no Brasil". Efetivamente, a CNEA preocupava-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial so desenvolvimento econômico-social. Sua programação, destinada a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas as suas frentes, enfocando-o como fenômeno social que tem causas sócio econômicas que devem ser conhecidas (PAIVA, 1987, p. 2015).

A CNEA foi concebida pelo anseio do governo de entregar o ensino primário adequado às crianças, e pretendia-se também escolarizar os adolescentes e adultos que não tiveram acesso à educação básica. João Roberto Moreira, em sua fala sobre a organização inicial da implementação da CNEA em relação ao ensino primário, faz o seguinte destaque

a) Organização das escolas já existentes, de modo a que se pudesse, em classes especiais, atender aos alunos que apresentassem maior dificuldade para a aprendizagem, evitando, tanto quanto possível, a reprovação ou a repetição dos mesmos graus ou séries escolares. Isso, até certo ponto, era responsável por analfabetismo, uma vez que as crianças reprovadas, quando

provindas das classes sociais mais pobres, tendiam a abandonar a escola sem ter obtido os benefícios que esta lhes deveria proporcionar.

b) Preparação do magistério existente e do que viesse a trabalhar nas novas escolas e classes, para as tarefas especializadas que a atual organização exigiria.

c) Introdução, nas mesmas escolas, de classes de emergência, vespertinas, para maiores de 12 e menores de 15 anos, ainda analfabetos.

d) Reorganização do currículo das escolas primárias, de modo a tornar seu conteúdo mais rico de fatos e experiências locais, com o sentido progressista de resolver os principais problemas do Município.

e) Transformação das pequenas escolas rurais, tanto quanto possível, em pequenos centros, onde não só as crianças fossem adquirir os conhecimentos e habilidades básicas, comuns, mas em que também toda a população encontrasse um lugar de reunião, para o estudo de seus problemas ou com fins recreativos (MOREIRA, 1960, p. 15).

Moreira (1960) aponta que ocorreu o planejamento de revitalização das escolas primárias em áreas rurais mais isoladas e carentes de recursos. Com o foco no ensino primário, seria necessário também investir o ensino secundário, ou seja, na educação dos adolescentes e adultos, ambos se complementariam. Desse modo, pensou-se nas seguintes medidas para a educação de jovens e adultos

a) Atender aos analfabetos de 15 a 35 anos de idade, para os quais ler e escrever poderia, ainda, ter sentido instrumental no trabalho e na vida em sociedade.

b) Organizar os cursos ou classes especiais para aquele fim, na cidade, nas vilas e pequenas aglomerações rurais, onde seria mais fácil e econômica sua realização, e onde, possivelmente, os analfabetos demonstrariam maior interesse pela aprendizagem, em virtude de estímulos sociais.

c) Dar ao processo de alfabetização sentido educativo, social e econômico, tendo em vista a motivação da aprendizagem e o conteúdo das lições, as quais sempre deveriam ter relação com a vida social e econômica de Passa-Quatro.

d) Despertar interesses e ideais cívicos e de progresso do seu município. (MOREIRA, 1960, p. 16).

Iniciou-se então, movimentos para a organização de um plano piloto que iria ocorrer em “áreas – laboratórios” na tentativa de erradicar o analfabetismo. No entanto, essa iniciativa carecia de altos recursos financeiros, e corria-se o risco da empreitada não ser bem sucedida como nas campanhas anteriores.

No entanto, em conformidade com o discurso de Lopes; Silvana e Damasceno (2016), a CNEA não obteve sucesso com o objetivo de erradicar o analfabetismo do país, razão de ter gerado polêmica internacional. A partir desse fato, novos movimentos foram iniciados posteriormente em diversas regiões do país de maneira isolada.

Fávero (2006) relata que, visto as diferenças sociais e econômicas que o país vivenciava naquele período alarmantes para o governo, pensou-se em um plano piloto que visava analisar todas as condições da campanha em busca de melhorias do ensino primário e investimento da educação da população de um modo geral. Com o seu sucesso, a experiência se expandiria para todo o Brasil.

Vanilda Paiva (1987) em sua obra, detalha o início do planejamento

Ainda em 1956 a nova visão do papel da educação no desenvolvimento brasileiro ganhou a adesão do ministro Clóvis Salgado e em princípios de 1957 várias comissões estudaram o assunto tentando apontar soluções e apresentar um programa de realizações a curto prazo. Pensou-se em dinamizar, reorientar ou criar uma nova campanha contra o analfabetismo com a colaboração do voluntariado. Para que fosse eficaz, entretanto, seria necessário investir nela cerca de 1/5 do orçamento do MEC, com o risco de um novo fracasso; como não existiam recursos disponíveis (a União já aplicava sua quota de 10% da receita e quase todos os Estados chegavam ao nível dos 20%) a hipótese foi afastada. Em seu lugar surgiu a proposta de organização de um projeto-piloto de escolarização primária da população em idade escolar e dos que já ultrapassassem tal idade, cujos resultados servissem de base a um programa a ser realizado em nível nacional, Com base nesta sugestão o diretor do DNE encarregou João Roberto Moreira de estudar a viabilidade de uma experiência, nascendo assim o projeto de Passa Quatro em Minas, mais tarde tomado como base para as atividades da CNEA (PAIVA, 1987, p. 214).

Nesse momento, estava sendo colocado em discussão no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com iniciativa da UNESCO, um estudo com cientistas sociais sobre as regiões do Brasil afetadas pelo alto índice de analfabetismo. O município deveria ter área reduzida, com uma pequena população. Posteriormente, as coletas realizadas a partir desse estudo, deu origem ao Plano Piloto da CNEA, que, a princípio deu vida à Escola Parque no Parque Primário Complementar, e logo após, ao SIRENA.

Sob a luz do pensamento de Fávero

Com efeito, é nova a postura dos técnicos e especialistas de educação do MEC na busca das raízes econômico-sociais do analfabetismo e na crítica à crença de que a educação teria força para sustar ou reorientar as mudanças estruturais que ocorriam e ocorreriam na sociedade brasileira, como se deduzia dos pressupostos e da ação das campanhas educativas anteriores. Da mesma forma, é inovadora a formulação de projetos com o respaldo de um programa de pesquisas socioeducativas promovido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, e a tentativa de “secar as fontes do analfabetismo” (FÁVERO, 2006, p. 48).

Segundo Paiva (1987), as áreas selecionadas para para as pesquisas deveriam ser próximas ao Rio de Janeiro. O Ministro da Educação Clóvis Salgado propôs Leopoldina, sua cidade natal, para fazer parte das 5 cidades cogitadas pelos cientistas. Dessa maneira, Leopoldina foi uma das cidades escolhidas a fazer parte do experimento e as análises foram feitas a partir de sua realidade socioeconômica e educacional.

Assim, foi aprovada uma verba do Congresso sob o valor de 20 milhões de cruzeiros para custear o Plano Piloto em um município pelo norte, nordeste, leste, centro-oeste e sul, aplicados à CNEA (PAIVA, 1987). Leopoldina foi a cidade selecionada para ser o primeiro centro piloto de erradicação do analfabetismo dentre os outros 4 municípios, sendo eles: o de Santarém - Pará; Timbaúba - Pernambuco; Júlio de Castilhos - Rio Grande do Sul e o de Catalão em Goiás.

4.1 O QUE TEM NAS ONDAS DO RÁDIO? O SIRENA ATRAVÉS DOS ARQUIVOS DO CEFET – LEOPOLDINA MG

Nos capítulos anteriores, percorremos sobre a trajetória educacional que contempla as campanhas de erradicação do analfabetismo de jovens e adultos em um período de inúmeras transformações no país. Por conseguinte, retornamos ao final década de 50 em Leopoldina com a seguinte questão: o que tem nas ondas do rádio? Essa indagação nos leva a refletir sobre o papel fundamental que o rádio, enquanto meio de comunicação, desempenhou na propagação da educação de base e no combate ao analfabetismo em Leopoldina.

Desse modo, o Centro Federal de Educação Tecnológica unidade Leopoldina nos demonstra através dos seus arquivos bem preservados que, o acervo da rádio Sirena é, o passaporte para uma viagem no tempo que nos permite percorrer por diferentes momentos da história dessa escola radiofônica.

Seu valor não está presente somente em seus registros físicos, como as fotografias, discos, correspondências e recortes de jornais, mas, sobretudo, nos arquivos que demonstram a vida existente de uma emissora que teve seu impacto regional. O CEFET unidade Leopoldina, situado na região central da cidade em uma das maiores áreas verdes da zona urbana de Leopoldina foi inaugurado no dia 13 de março de 1987, o campus III Leopoldina é uma extensão do CEFET - MG.

A princípio, o acervo se consolidou a partir da colaboração da professora de artes da unidade Renata Lima e Arantes e também da técnica administrativa, já falecida, Maria Aparecida Moraes, entre os anos de 2001 e 2002. As servidoras da instituição recolheram e organizaram tudo o que havia restado da Rádio Sirena e prepararam um pequeno acervo em um espaço reservado na instituição. Atualmente, o acervo da Rádio Sirena no CEFET campus III possui um gerenciamento que privilegia a preservação de seus documentos históricos.

Sua organização conta com a colaboração da técnica administrativa da Coordenação de Engenharia de Controle e Automação, Glaucia Maria Nascimento Costa de Oliveira, e da supervisora pedagógica da unidade, Vera Márcia Minelli. As servidoras da instituição realizaram a reconstrução do acervo da Rádio Sirena e a organização do espaço foi finalizada no ano de 2015 e, desde então, aberto para visitação e pesquisa.

Foi feito um projeto que visava a estruturação do acervo, para isso, Vera e Glaucia contaram com o auxílio de dois bolsistas acadêmicos do curso de Engenharia de Controle e Automação, que, na ocasião, colaboraram na organização do acervo, onde juntos, digitalizaram e fizeram todo o trabalho com o objetivo de preservar a documentação existente, que hoje se encontra no prédio dos cursos de engenharia de controle e automação e de computação, no campus III.

O acervo é composto por fontes históricas físicas e também digitalizadas em pastas de aparelho de HD externo. Nele contém o material pedagógico utilizados nas aulas radiofônicas, como também se encontra documentos oficiais, cartas, correspondências e fotos. A análise desses arquivos, nos permite entrar em contato com a narrativa, padrões, lacunas e interpretações da memória de uma sociedade.

Figura 10 Aparelhos de rádio utilizados para transmitir as aulas na época. Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET - Leopoldina



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022)

No entanto, em um primeiro momento será apresentado um panorama dessas pastas digitalizadas em HD externo, que foram cedidas pelas atuais organizadoras responsáveis do acervo e catalogados por mim. Por conseguinte, percorreremos pela trajetória do SIRENA em Leopoldina através da demonstração de seus registros. Os temas das pastas catalogadas estão apresentados por meio de quadros, procurando classificar esses documentos, como demonstrados à seguir:

Quadro 1: Documentos da pasta intitulada “Atas”

Documento	Atas das próprias aulas
-----------	-------------------------

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina

Quadro 2: Fotos da pasta intitulada “Banner”

Foto 1	Banner da Rádio Sirena com os seguintes dizeres: “Memória, CNEA, Escola Parque, Rádio Sirena”
Foto 2	Banner da Rádio Sirena contendo seus personagens

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 3: Documentos da pasta intitulada “Cartas”

Documento	Carta de alunos relatando sua experiência nas oficinas
Foto	Carta em apoio ao Sirena
Documento	Carta – Relato da aluna Maria Sebastiana

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 4: Fotos da pasta intitulada “Certificados”

Foto	Certificado modelo de monitor da Rádio Sirena
Foto	Certificado de Maria do Carmo Dutra monitora da Rádio Sirena

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 5: Documento da pasta intitulada “Cidades”

Documento	Cidades da Zona da Mata
-----------	-------------------------

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 6: Documentos da pasta intitulada “Contabilidade”

Documento	Nota Fiscal do Banco do Brasil
Documento	Planilha contendo notas fiscais, recibos e orçamentos

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 7: Documentos da pasta intitulada “Convites, Avisos e Comunicados”

Documento da Pasta “Estatística”	- Carta relatando sobre o IBGE - Carta sobre recenseamento
Documento	Convites, cartas e avisos diversos relacionados ao Parque Primário Complementar e Rádio Sirena e seus respectivos atores
Documento	Informativo “Tenha saúde – Combata a verminose”
Documento	Nota de falecimento do deputado Dr. Carlos Coimbra da Luz
Documento	Correspondências e Portarias da Prefeitura Municipal de Leopoldina e Serviço Eleitoral

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 8: Documentos da pasta intitulada “Correspondências”

Documento	Cartões de Natal para a Rádio Sirena
-----------	--------------------------------------

Documento	Cartas estrangeiras enviadas por Cônego Geraldo
Documento	Cartas enviadas por Cônego Geraldo para território nacional (1)
Documento	Cartas enviadas por Cônego Geraldo para território nacional (2)
Documento	Cartas nacionais recebidas
Documento	Cartas recebidas de entidades e ouvintes internacionais

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 9: Documentos da pasta intitulada “Declarações”

Documento	Correspondência telegráfica oficial federal
Foto	Declaração da Professora da Rádio Sirena Herondina Domingues da Cruz Machado por Cônego Geraldo e Mauro de Almeida Pereira
Documento	Depoimentos de um ex funcionário da Rádio Sirena e servidores do Cefet Leopoldina

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 10: Documentos da pasta intitulada “Discos de programa”

Documentos da pasta “Discos – A família do Seu Galdino”	16 arquivos em mp3 – aulas sobre puericultura
Fotos das capas dos discos da pasta “.picasaoriginals”	3 fotos das capas dos discos musicais (orquestra e jazz)
Fotos das capas dos discos da pasta “A BBC Programe”	104 fotos das capas dos discos da BBC – British Broadcasting Corporation
Fotos das capas dos discos da pasta “A família do Seu Galdino”	8 fotos das capas dos discos “A família do Seu Galdino”
Fotos das capas dos discos da pasta “A	12 fotos das capas dos discos “A nação e

Nação e seu governo”	seu governo”
Fotos das capas dos discos da pasta “Aprenda a fazer contas”	27 fotos das capas dos discos “Aprenda a fazer contas”
Fotos das capas dos discos da pasta “Aprenda a ter mais saúde”	45 fotos das capas dos discos “Aprenda a ter mais saúde”
Fotos das capas discos da pasta “CBC Rádio Canadá”	43 fotos das capas dos discos “CBC Rádio Canadá”
Fotos das capas dos discos da pasta “Correio Imperial”	15 fotos das capas dos discos “Programas Recreativos para Escolas Radiofônicas – Radionovelas”
Fotos das capas dos discos da pasta “Discos Musicais”	305 fotos das capas variadas dos discos “Discos Musicais” Ritmos: Jazz e orquestra
Fotos dos discos da pasta “Nossa Terra nossa gente”	5 fotos das capas dos discos “Nossa Terra nossa gente”
Fotos das capas dos discos “Problemas da vida diária”	12 fotos das capas dos discos “Problemas da vida diária”
Fotos das capas dos discos “Sítio do Gabiroba”	64 fotos das capas dos discos intitulados “Sítio do Gabiroba”

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 11: Documentos da pasta intitulada “Discos editados MP3”

Documento em mp3	40 arquivos em mp3 sobre Curso de Leitura para adultos
------------------	--

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 12: Documentos da pasta intitulada “Discos Verinha”

Documento em mp3	20 arquivos em mp3, sendo 10 intitulados “O Guarani” e 10 intitulados “Cantigas do povo”. Ambos musicais.
------------------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 13: Documentos da pasta intitulada “Endereços e Telefones”

Documento	Endereços de Embaixadas, fábricas de discos, emissoras e repartições
-----------	--

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 14: Documentos da pasta intitulada “Folha de Ponto”

Documento	Livro de ponto dos funcionários da Rádio Sirena
-----------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 15: Documentos da pasta intitulada “Fotos”

Documentos da pasta “Fotos de Jornais”	Recortes de reportagens do Jornal “O Leopoldinense” à respeito da inauguração da Rádio Sirena em Leopoldina
Documentos da pasta “Fotos Laranjal Editadas”	Fotografias da Casa de Cultura Monsenhor Geraldo Mendes Monteiro e parte de seu acervo – Arquivos sobre a trajetória de vida de Monsenhor Geraldo Mendes Monteiro, ex diretor da Rádio Sirena.
Fotos	Fotos da inauguração da Escola Parque e Rádio Sirena, com a presença do Ministro da Educação Clóvis Salgado

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 16: Documentos da pasta intitulada “Horários”

Documento	Horário de ônibus das cidades da região
-----------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 17: Documentos da pasta intitulada “Jornais”

Documento	Recortes de jornais com reportagens relacionadas à inauguração da Rádio Sirena e Escola Parque, à CNEA e sobre a visita do Ministro da Educação Clovis Salgado.
-----------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 18: Documentos da pasta intitulada “Livros”

Documento	Livros: “A criança”, “A matemática dos universos e a matemática dos homens”, “Aprenda a ter saúde”, “Acaica”, “Delegação, descentralização, diversificação”, “Les Missions culterelles mexicaines”, “Aprenda a ter saúde”, “livros de matemática e português”, “Livro de ponto”, “Formação agrícola”, “Puericultura”, “Um serviço, uma mensagem”, “Uma experiência de educação”, “Problemes d’education”, “Problema de rádio informação agrícola” “Sutatenza”
-----------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 19: Documentos da pasta intitulada “Política”

Documento	Notas da British news service, Ministério da Cultura e lista para prefeitos da Zona da Mata
-----------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 20: Documentos da pasta intitulada “Rádios Emissoras”

Documento	Relação de emissoras da zona da mata e rádios
-----------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 21: Documentos da pasta intitulada “Recados”

Documento	Carta relacionada à oficina de sapataria
-----------	--

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 22: Documentos da pasta intitulada “Relação de livros e pessoas”

Documento	Relação de livros emprestados por Cônego Geraldo Mendes à Rádio Sirena, Relação de pessoas à quem foram enviados os mapas mensais
-----------	---

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 23: Documentos da pasta intitulada “Religioso”

Documento	Relação do Clero, Nomes de párocos e vigários e emissoras de orientação católica
-----------	--

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 24: Documentos da pasta intitulada “Roteiro para noticiário”

Documento	Roteiro para noticiário por emissora das cidades localizadas ao longo da rodovia Rio Bahia
-----------	--

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 25: Documentos da pasta intitulada “Roteiros”

Documento	Roteiro para programas, entrevista entre locutor e aluna
-----------	--

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 26: Documentos da pasta intitulada “Telegramas”

Documento	Telegramas à Rádio Sirena
-----------	---------------------------

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Quadro 27: Documentos da pasta intitulada “Treinamentos de monitores para as escolas radiofônicas”

Documento	Livro de treinamento dos monitores da Rádio Sirena
-----------	--

Parte do acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET unidade Leopoldina (2019)

Iniciaremos pela apresentação da logo do SIRENA. Na imagem abaixo, é descrito o ano que começou os trabalhos da rádio em Leopoldina, e o ano do fim de suas atividades. A frase “A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMEÇOU POR AQUI...” sinaliza todo o plano traçado para a viabilidade da educação de base através da radiodifusão educativa - um meio que dispusesse de pouco investimento financeiro, mas que sua propagação tivesse considerável alcance.

Figura 11 Logo da rádio Sirena retirada da pasta “Fotos”



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

No entanto, a história do rádio a serviço da educação no Brasil está intimamente ligada à Roquette-Pinto⁴, fundador da primeira emissora de rádio educativa no país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. Para ele

“O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado” (Bilhão; Klafke apud Tavares, 1999, p. 8).

Bilhão e Klafke afirmam que

Roquette-Pinto foi um dos principais responsáveis pelas primeiras iniciativas de radioescolarização no Brasil. Um projeto pioneiro nessa linha foi o da Rádio-Escola Municipal do Distrito Federal (PRD-5), inaugurada em 1934, que oferecia um ensino mais sistemático. Com uma concepção cultural ampla e ambiciosamente civilizatória, a programação contava com o apoio decisivo de Anísio Teixeira (Gilioli, 2008). Nas primeiras décadas do rádio no Brasil, além desse exemplo, surgiram variadas tentativas, pelas emissoras privadas [...] (BILHÃO; KLAFFE, 2020, p.3).

Em harmonia ao pensamento de Fávero

Profundamente idealista, mas realmente precursor em vários pontos, esse plano já propunha uma educação verdadeiramente popular. Previa uma radioescola na capital de cada estado, com função diretora, e uma rede de rádio-escolas municipais retransmissoras, servindo diretamente ao povo. Propunha, ainda, que fossem mobilizados todos os elementos disponíveis nos “municípios centrais”, em benefício da educação dos pobres (FÁVERO, 2006, p. 33).

Também ocorreu no ano de 1951 a iniciativa de curso de alfabetização pelo rádio elaborado pelo professor Geraldo Januzzi em Valença, no Rio de Janeiro. O projeto de Januzzi foi um importante modelo no meio educacional com resultados positivos obtidos através do programa.

No entanto, apesar dos projetos de radiodifusão educacional nas décadas anteriores, foi com o projeto intitulado “Acción Cultural Popular” promovido pela Rádio Sutatenza na Colômbia e dirigido por Monsenhor José Salcedo, que serviu de inspiração para o professor João Ribas da Costa na direção do SIRENA no Brasil. A campanha na Colômbia atingiu significativos números em prol da educação rural através da radiodifusão com o apoio do governo da UNESCO.

Ribas da costa foi professor do ensino primário na zona rural no Espírito Santo e gerente de relações públicas da Philips no Brasil no ano de 1956, quando

⁴ Edgar Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1884. Professor de sociologia, médico, antropólogo e escritor, foi Roquette-Pinto quem fundou a primeira emissora de rádio do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e enxergou o rádio como uma grande ferramenta para levar a educação às camadas populares.

apresentou um projeto de ensino básico denominado “Educação Fundamental pelo Rádio” e subtítulo “Alfabetização de Adultos e Cultura Popular por meio de Sistemas Radiofônicos com recepção organizada” para as camadas populares do nordeste, através do ensino radiofônico.

De acordo com Fávero (2006, p. 36) “A base do sistema era a recepção organizada, que teria como exigências mínimas: núcleos de recepção bem organizados e eficientes; receptores qualificados, isto é, sintonizados para recepção exclusiva da emissora do sistema”.

Para João Ribas, o ensino por meio das escolas radiofônicas tinha um custo mais vantajoso no contexto da educação de jovens e adultos, pois, o referido modelo de ensino visava atingir um público considerável com a iniciativa, e diminuiria os gastos com planejamento técnico do trabalho.

Questões como o salário dos professores e infraestrutura eram colocadas em pauta “a razão dessa diferença espantosa entre os custos dos dois sistemas, reside na substituição de milhares e milhares de professores por uns poucos especialistas, atuando ao microfone das emissoras” (Costa, 1956, p. 43 apud Bilhão; Klafke, 2020, p. 15).

Fávero em sua obra relata a participação de Ribas no Plano Piloto

Pelo seu plano, Ribas da Costa foi convidado pelo Ministério da Educação e Cultura, no início de 1957, para organizar o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA). Mesmo antes da instalação oficial ocorrida em meados de 1958, o SIRENA iniciou suas atividades visando: fomento à criação de sistemas radioeducativos regionais de iniciativa oficial ou particular, assim como orientação e assistência em sua implantação e funcionamento. Evidentemente por interesses comerciais, a Phillips do Brasil apoiava e divulgava essas iniciativas. No MEB também é forte sua presença, tanto na venda de equipamentos às emissoras católicas quanto na exclusividade da fabricação e venda dos receptores de recepção cativa utilizados nas escolas radiofônicas (FÁVERO, 2006, p. 36).

Bilhão e Klafke (2020, p.10) argumentam que “assim, o fornecimento de aparelhos de rádio talvez fosse uma forma de direcionar a produção mais simples e barata para mercados com menor poder aquisitivo”. Ou seja, uma tentativa mais barata para substituir as escolas tradicionais de ensino primário e secundário.

“O prestígio de Ribas da Costa era demonstrado na exposição de motivos para a criação do sistema que Heli Menegale, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, enviara para o ministro da Educação Clóvis Salgado da Gama”(BILHÃO; KLAFKE, 2020, p. 18).

Nas imagens abaixo retiradas do acervo, é demonstrada a relação direta da Phillips com a rádio Sirena. Nas linhas existentes na correspondência enviada ao Cônego Geraldo Mendes Monteiro, diretor da rádio Sirena em Leopoldina, o assunto tratado em questão é em relação aos receptores de ondas cativas⁵ – os aparelhos de rádio fornecidos pelas Phillips, juntamente a uma nota fiscal contendo os custos de manutenção dos receptores.

Figura 12 Imagem retirada da pasta “Notas Fiscais”

Notas Fiscais - Rádio Sirena						
	Número da Nota	Data	Emitente	Descrição	Valor	Obs:
1						
2						
3	11468	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	2 Auto falantes KF23937	1.214,20	2 vias
4	4789	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	2 Resistencias KF20264/2K, 4 Condensadores 2821236 2Condensadores AC5713/100	628,60	2 vias
5	11465	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	2 Caixas Pilha KA 99249	192,00	2 vias
6	11467	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	1 Transformador KF16419	237,00	2 vias
7	1309	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	2 Transformadores A316172	755,40	2 vias
8	11466	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	2 Bobinas KA11181 2 Bobinas KA11182 2 Bobinas KA11148 2 Bobinas KA11149 2Bonibas KA11147	1.933,60	2 vias
9	1310	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	2 Válvulas OC45 2 Válvulas 20C72 2 Válvulas OC71 2 Válvulas 0A85 1 Condensador AC5717132 2 Condensadores AC5713150	1.959,70	2 vias
10	4790	5/10/1961	S.A, Philips do Brasil	2 Válvulas OC170	707,20	2 vias
11	6138	7/11/1960	S.A, Philips do Brasil	1 Receptor BOR118T	5.390,00	2 vias
12	504	2/2/1962	Indústria Brasileira de Eletricidade S.A	Compras feitas na Indiana Rádio	-	1 Via, não especificando valor nem produto
13	VV283995	9/15/1960	Cássio Muniz S.A.	-	-	1 Via, não especificando valor nem produto
14	71243	8/14/1961	Interbrasil	1 Vol-Jornal de todos	900,00	1 via
15	436134	7/7/1961	Interbrasil	1 Pet-Discos	-	1via, não especificando valor
16	20155	1/24/1961	Interbrasil	8 Vol - Cadernos	13.320,00	1 via
17	14599	07/06/1960	Empresa de Transportes São Luiz S.A	1 Transformador	58.140,00	1 via, Frete 893,00
18	5073	3/8/1960	Empresa de Transportes São Luiz S.A	1 Válvula	3.074,00	Frete 88,00
19	146R	11/20/1963	Serviço de Reembolso Postal	1 Fita Magnetofônica	1.238,50	1 via
20	* Moeda - Cruzeiro					

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)


⁵ O termo “onda cativa” é utilizado para definir uma frequência de rádio restrita, direcionada a um público específico, um sistema fechado na garantia de não haver interferência de transmissão.

Figura 13 Imagem retirada da pasta "Correspondências"

S. A. Philips do Brasil

SEDE: SÃO PAULO

ESCRITÓRIO CENTRAL
Av. Senador Queiroz, 312 - Telefone 35-8881
Caixa Postal 8881 - End. Teleg. PHILCENTRAL
SÃO PAULO



ESCRITÓRIO EXECUTIVO NA CAPITAL FEDERAL
Av. Rio Branco, 211 - 4.ª and. - Telefone 53-8883
Caixa Postal 840 - Endereço Teleg. ARGENTA
RIO DE JANEIRO

REF. DEPT. B.35.00.62/169-50

São Paulo, 16 de fevereiro de 1962.

Exmo. e Revmo.
Cónego Geraldo Mendes Monteiro
DD. Diretor da RÁDIO SIRENA
C. Postal 6
LEOPOLDINA, Minas.

Prezado Cónego Geraldo,

Saudações

Recebeu o signatário, ao mesmo tempo, suas cartas de 9 e 10 de corrente, as quais foram alvo de nossa melhor atenção.

Reportando-nos aos assuntos nas mesmas contidos, apraz-nos informar ao Amigo sobre o que segue:

a) ficamos satisfeitos com a confirmação da notícia que o MEC autorizou e o Dr. Fanneres já está de mãos à obra, no reajuste da Emissora, principalmente na parte referente ao Sistema Irradiante.

b) Quanto aos receptores já tomamos as providências necessárias quanto à modificação sugerida pelo Sr. Dr. Fanneres, sobre que nos permitimos tecer o seguinte comentário:

§ 1) é perfeitamente possível que o seu elemento técnico, o qual já fêz estágio no Departamento Técnico de nossa Filial Rio, esteja capacitado a proceder a modificação em pauta, mediante nossas instruções de Serviço, que lhes enviaremos oportunamente.

§ 2) essa operação consistirá de, apenas, retirada da antena interna -ferroceptor (nomenclatura Philips) ou ferrite, como é mais conhecida. Para substituí-la deverá ser colocada em lugar adequado uma nova bobina de antena, bem como - proceder a troca de alguns condensadores. Após isto, calibrar-se-á cada aparelho pelo próprio núcleo da dita bobina de antena, ao ponto de maior saída, utilizando o próprio sinal da Emissora (2.410 Kc/s).

c) Dada a escassez de tempo, isto é, aparelhos modificados para que entrem em funcionamento já em março p. fut., não nos é possível fazê-lo em tempo hábil, pois tal medida implica na fabricação especial de bobinas de antena (novas, pois não existem prontas para o caso) aferidas em 2.410 Kc/s., referenciadas no item b) § 2, desta.

d) Assim, para que não fossem criados problemas a V. Revma., por falta de receptores para instalação das Escolas dessa Diocese, cujo ano letivo radiofônico deverá iniciar-se agora em março, resolveu o signatário enviar-lhe as 40 unidades, como estão. Nesse ínterim, as bobinas vão sendo fabricadas, as instruções de Serviço compiladas e em pouco tempo, teremos o assunto resolvido a contento do Amigo.

Na certeza de sua boa acolhida à presente, firmamo-nos,

Cordialmente
S. A. PHILIPS DO BRASIL
Walter R. Machado
Walter R. Machado

FIJARI - SÃO PAULO - RIO - BELO HORIZONTE - RECIFE - PORTO ALEGRE - SALVADOR - CURITIBA - BELÉM

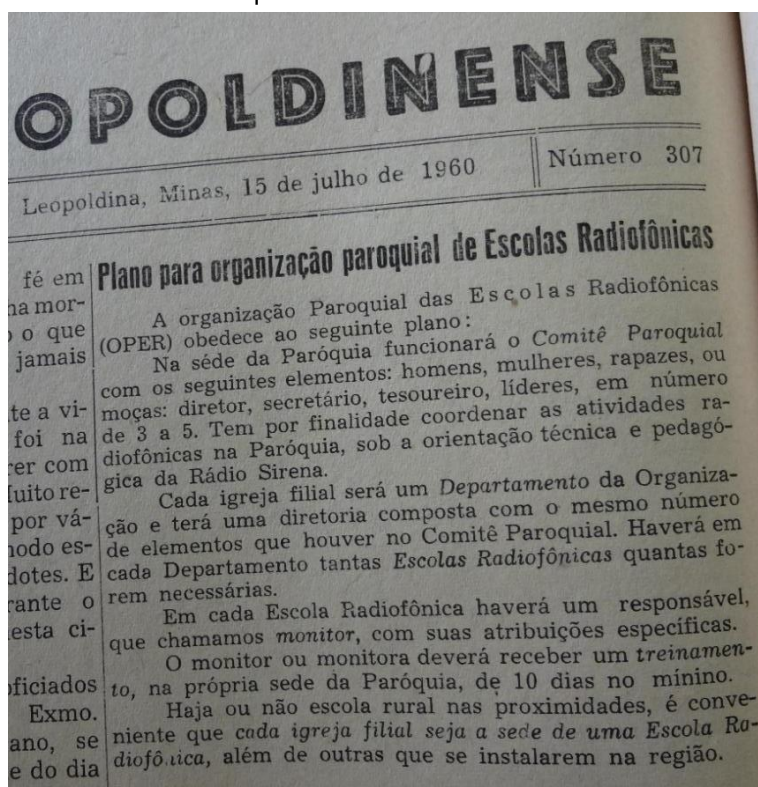
DEPT. APARELHOS - SETOR RÁDIO ESCOLAR

KG 714 03 - 5.000 - 10/59

A implementação do SIRENA em 1957, ação governamental na cidade, teve participação direta com a igreja. Foi escolhido para a direção do SIRENA o cônego Geraldo Mendes Monteiro⁶, sua nomeação deixa evidente a correlação entre a rádio e a diocese de Leopoldina.

Rádio Sirena (Sistema Rádio Educativo Nacional) – Nossa reportagem palestrou rapidamente com o Revmo. Sr. Cônego Geraldo Mendes Monteiro, recentemente nomeado pelo Ministério da Educação para exercer o elevado posto de diretor da emissora local das Escolas radiofônicas para educação popular. A novel emissora transmitirá não só ensinamentos de alfabetização, mas também noções fundamentais de cultura geral e de educação, e seu possante som será ouvido em toda a região da zona da Mata. As obras estão em vias de conclusão devendo a rádio-emissora inaugurar-se, assim como a Escola Parque, na 1ª quinzena de março. A montagem dos pares obedece à competente orientação técnica dos Srs. Ivan Borghi, Roberto Moreira da Silva e Pe. Laurindo Rauber. Muito se espera da Rádio Sirena, pois seus objetivos são educativos e patrióticos: a) planificar, elaborar, gravar e distribuir Cursos Básicos de cultura popular; b) fomentar a criação de sistemas radiofônicos de iniciativa particular, orientar e assistir sua implantação e funcionamento (JORNAL O LEOPOLDINENSE, 1960, apud FILGUEIRA, 2019, p. 73).

Figura 14 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

⁶ Padre Geraldo, como era conhecido popularmente, foi professor, escritor, comunicador e esteve a frente da rádio Sirena como diretor em Leopoldina. Figura que teve grande importância para Laranjal, a biblioteca da cidade carrega seu nome em homenagem à sua trajetória.

Figura 15 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”

RÁDIO SIRENA
(Sistema Rádio Educativo Nacional)

Nossa reportagem pa-
lestrou rapidamente com o
Revmo. Sr. Cônego Ge-
raldo Mendes Monteiro,
recentemente nomeado pe-
lo Ministério da Educa-
ção para exercer o ele-
vado pôsto de diretor da
emissora local das Esco-
las Radiofônicas para e-
ducação popular.

A novel emissora trans-
mitirá não só ensinamen-
tos de alfabetização, mas
também noções funda-
mentais de cultura geral
e de educação, e seu pos-
sante som será ouvido em
tôda a região da zona da
Mata.

As obras estão em vias
de conclusão, devendo a
rádio-emissora inaugurar-

se oficialmente, assim co-
mo a Escola Parque, na
1^a. quinzena de março.

A montagem dos apa-
relhos obedece à compe-
tente orientação técnica
dos Srs. Ivan Borghi, Ro-
berto Moreira da Silva e
Pe. Laurindo Rauber.

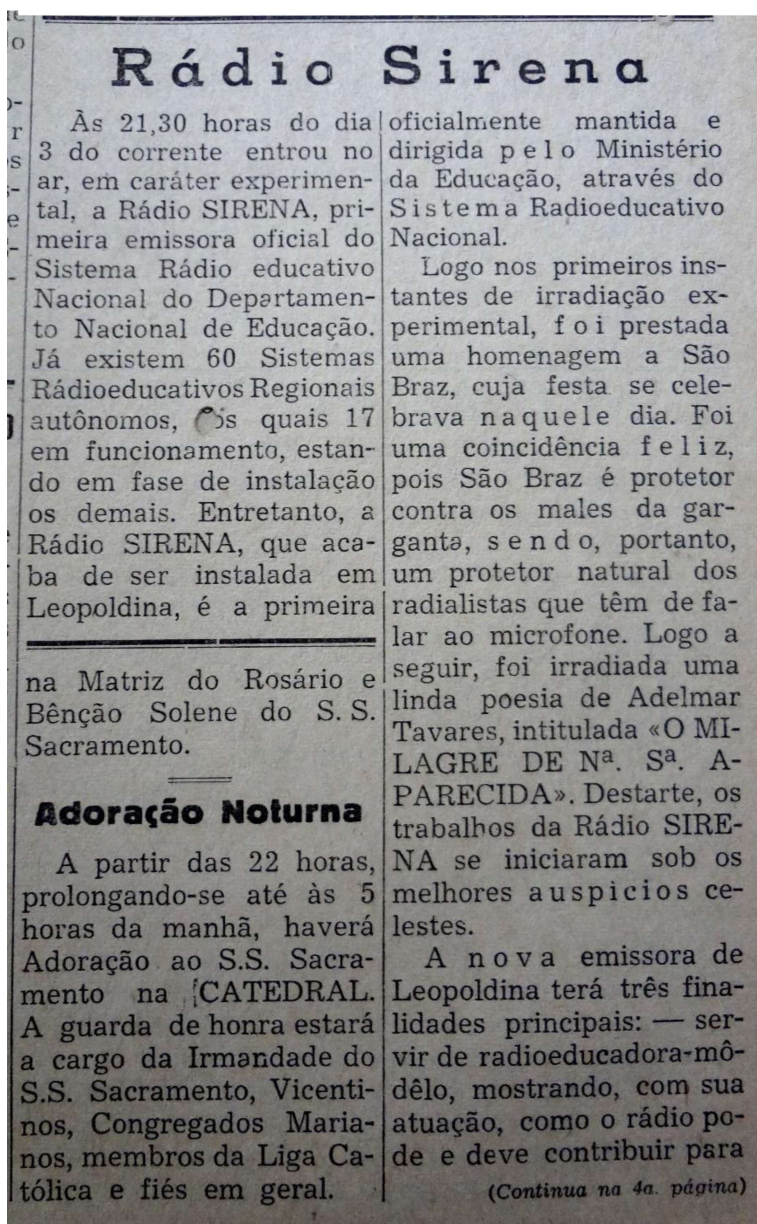
Muito se espera da Rá-
dio Sirena, pois seus ob-
jetivos são educativos e
patrióticos:

a) Planificar, elaborar,
gravar e distribuir Cursos
Básicos de cultura popu-
lar;

b) Fomentar a criação
de sistemas radiofônicos
de iniciativa particular, o-
rientar e assistir sua im-
plantação e funciona-
mento.

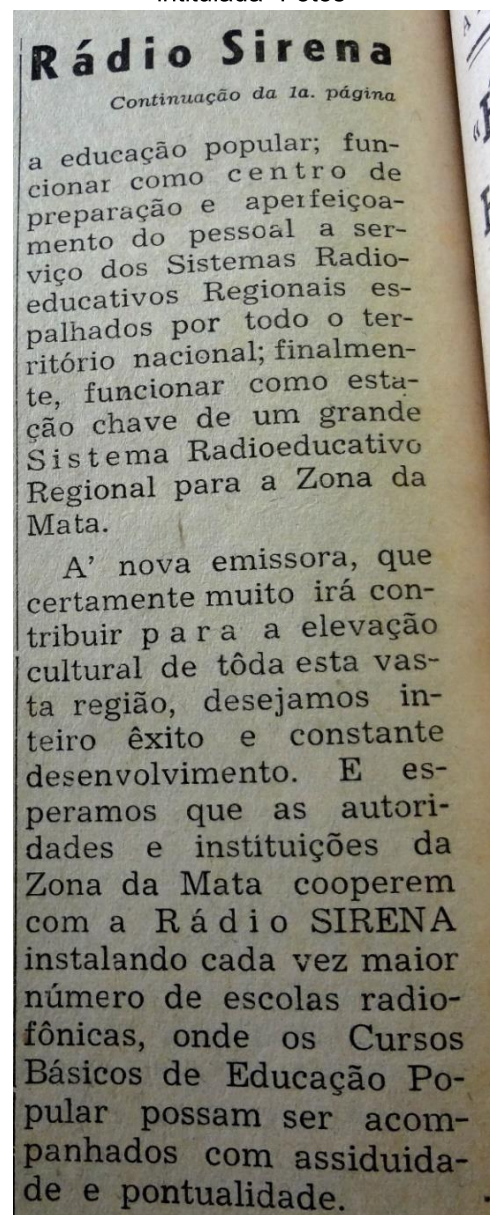
Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 16 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET-Leopoldina (2022)

Figura 17 Recorte de jornal de “O Leopoldinense” encontrado na pasta intitulada “Fotos”

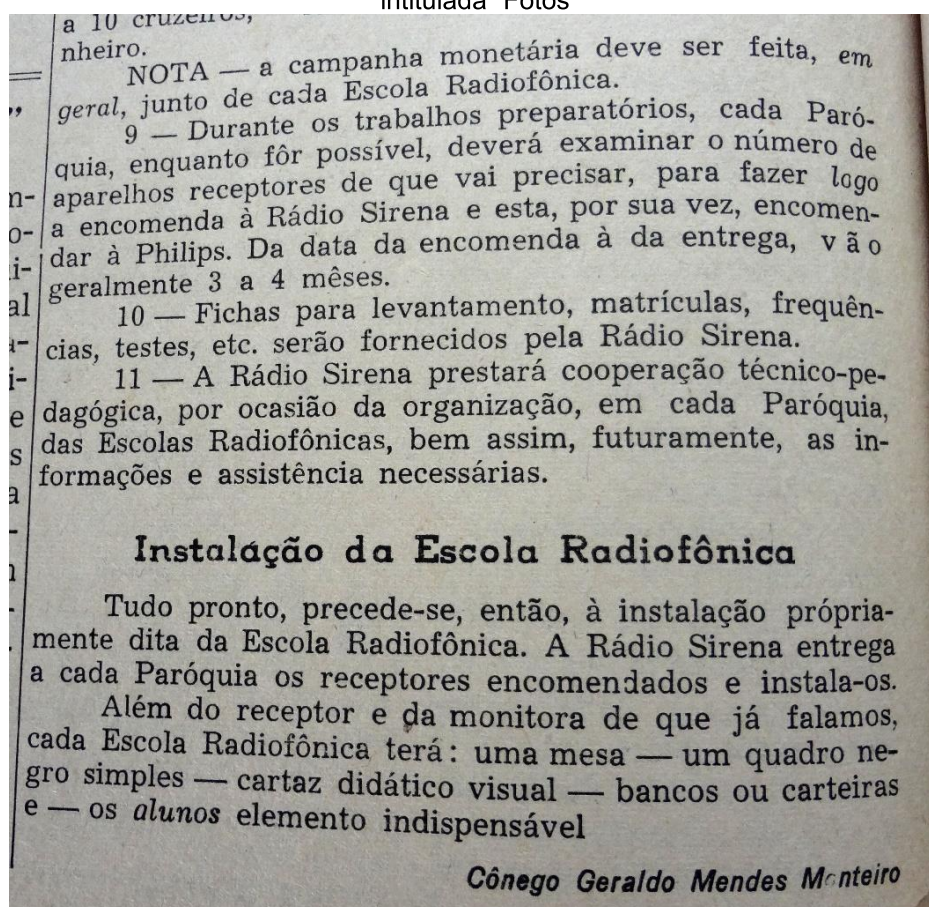


Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Nos recortes acima retirados do jornal O Leopoldinense, é apresentado a grande influência da igreja católica sobre o SIRENA. Se trata de anúncios relatando a programação de inauguração da rádio na cidade conveniada com algumas dioceses. Observemos que o dia da abertura da rádio, também é celebrado São Braz.

Segundo documento elaborado pelo Cônego Geraldo Mendes (1960), a diocese leopoldinense havia encomendado 100 receptores de onda cativa para as escolas radiofônicas nas paróquias, firmando então, um convênio entre as partes. Para tanto, a iniciativa de escolarizar a população por meio do rádio era do governo por intermédio do Departamento Nacional de Educação. No entanto, o Sirena recebia apoio financeiro, pedagógico e técnico através desses convênios, sendo eles partes da igreja católica, como relatado na figura abaixo do recorte de jornal do O Leopoldinense.

Figura 18 Recorte de jornal de "O Leopoldinense" encontrado na pasta intitulada "Fotos"



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Percorrendo pela trajetória educacional do Brasil, notaremos que o interesse da igreja católica sobre as campanhas educativas populares se manifestou entre as décadas de 50 e 60 em um contexto de grande desigualdade social no país. A educação de base atrelada a emancipação do povo, a cultura e a formação dos

indivíduos, dava a ideia de evolução espiritual e, combate às ideologias que vão na contramão de seus princípios cristãos. “Contra mais um amaciamento do povo em face da injusta situação sócio-econômica, de um ponto de vista cristão, precisava salvar os homens, dando lhes condições de vida” (VALLA, 2001, p. 7).

O cristianismo também se fazia presente no roteiros das programações da escola radiofônica.

Figura 19 Imagem retirada da pasta intitulada “Roteiros”

ROTEIRO DE PROGRAMAS DA RÁDIO SIRENA - LEOPOLDINA - MINAS

SEGUNDA - QUARTA E SEXTA FEIRA - PRIMEIRA FASE.

8:00 - 8:30 - ABERTURA - MUSICAL.
 8:30 - 8:40 - INFORMAÇÃO AGRÍCOLA.
 8:40 - 9:00 - MUSICAL
 9:00 - 9:30 - NOSSA TERRA, NOSSA GENTE
 9:30 - 10:00 - PROBLEMAS DA VIDA DIÁRIA.
 10:00 - 10:30 - REPRÍSE DO "PROGRAMA DAS EMBAIXADAS"
 10:30 - 10:40 - ALGÉRIA E SAÚDE.
 10:40 - 10:55 - ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ MUSICAL
 10:55 - 11:00 - ENCERRAMENTO.

TERÇA - QUINTA E SÁBADOS - PRIMEIRA FASE.

8:00 - 8:30 - ABERTURA - MUSICAL.
 8:30 - 8:40 - COMÉRCIO E INDÚSTRIA.
 8:40 - 9:00 - MUSICAL.
 9:00 - 9:30 - FIGURAS E FATOS.
 9:30 - 10:00 - PROBLEMAS DA VIDA DIÁRIA
 10:00 - 10:30 - REPRÍSE DO "PROGRAMA DAS EMBAIXADAS"
 10:30 - 10:40 - UTILIDADES PARA O LAR.
 10:40 - 10:55 - MUSICAL
 10:55 - 11:00 - ENCERRAMENTO.

SEGUNDA - TERÇA - QUARTA - QUINTA - SEXTA E SÁBADO. segunda fase

17:55 - 18:00 - ABERTURA
 18:00 - 18:05 - AVE MARIA
 18:05 - 18:15 - SOCIAIS
 18:15 - 18:45 - PROGRAMA DAS EMBAIXADAS.
 18:45 - 19:00 - MUSICAL.
 19:00 - 20:40 - AULAS RADIOFÔNICAS.
 20:40 - 21:00 - MÚSICA CLÁSSICA.
 21:00 - ENCERRAMENTO

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 20 Cartilha de treinamento para monitores por cônego Geraldo Mendes retirada da pasta "Treinamento de Monitores"

XXXXXXXXXX

III- ASSISTENCIA SOCIAL E RELIGIOSA A COMUNIDADE RURAL

11ª. aula

Instrução religiosa

Não podemos pretender uma alfabetização e educação de base do nosso povo, sobretudo tratando-se de um povo na totalidade católico, sem lhe dar uma formação religiosa.

Isso é indispensável.

Não pode e não deve haver escola sem Deus, seja qual for.

Portanto, além da instrução religiosa a ser dada pela professora-locutora, na emissora, na hora das aulas, cada monitor deverá quer antes, quer depois da emissão da aula radiofônica, instruir os seus alunos no conhecimento e no amor de Deus.

Para facilitar aos monitores nesta tarefa, damos, a seguir, uma síntese geral dos principais dogmas de fé e das principais obrigações de cada católico. Os monitores, usando apenas o que aqui se contém, ou servindo-se de outros livros adequados, deverão explanar o assunto, de forma simples e acessível à inteligência dos seus alunos.

Instrução

O que todos devem saber e crer: Deus é um só, verdadeiro, em três Pessoas distintas, Pai, Filho e Espírito Santo. O prêmio dos bons é o céu. O castigo dos maus é o inferno para sempre. A Hóstia, consagrada na Missa e que se recebe na Comunhão, é o verdadeiro Corpo, Sangue, alma e Divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo. Nosso Senhor Jesus Cristo é o Filho de Deus, feito Homem, que morreu na Cruz para nos salvar. Os Mandamentos da Lei de Deus são dez. Esses dez Mandamentos se resumem apenas em dois: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos, por amor de Deus. Para observar os Mandamentos, precisamos da Graça de Deus. Esta Graça nos é dada pelos Sacramentos que recebemos.

Os Sacramentos são sete (1)

Batismo	(S. Mateus, 28,9)
Confirmação ou Crisma	(Atos, 8,15)
Eucaristia	(S. João, 6, etc)
Confissão ou Penitência	(S. João, 20, 21 a 23)
Extrema-Unção	(S. Tiago, 5,14)
Ordem,	(S. Lucas, 22,19)
Matrimônio	(S. Mateus, 19,4 a 6, etc.)

É obrigação de todas as pessoas bem intencionadas procurarem saber, com certeza, qual a verdadeira Igreja, que Nosso Senhor Jesus Cristo fundou e seguir, depois, fielmente, a sua orientação para a eternidade.

Aos católicos compete conhecerem, de modo claro e cada vez mais perfeito a sua Religião, pelo estudo das suas verdades, e difundí-la pelo bom exemplo e pelo apostolado.

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 21 Cartilha de treinamento para monitores por cônego Geraldo Mendes retirada da pasta “Treinamento de Monitores”

- 14 -

to: rezar pela manhã e a noite. Todos os domingos, dias santos de preceito: ouvir Missa inteira. Todo ano: confessar-se e comungar pelo menos uma vez.

Além disso, deve o monitor estimular entre os alunos e a comunidade a devoção a Nossa Senhora, pela prática do têrço e outros atos de piedade filial para com a Mãe de Deus.

Não obstante essa instrução sucinta, o monitor procurará dar a seus alunos mais alguns conhecimentos úteis sôbre a Religião, mantendo sempre nêles a fé viva em Deus. Empenhe, ainda, em promover a Primeira Comunhão tanto dos seus alunos, que ainda não fizeram, como das demais crianças ou adultos do meio. Se a emissora irradiava Missa para o meio rural, nos domingos, como o caso da Rádio SIRENA e de outras emissoras, convide a todos para êste ato litúrgico fundamental na vida de qualquer católico.

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

As emissoras do SIRENA ligadas à diocese, utilizavam as aulas radiofônicas para evangelizar e ensinar princípios com valores cristãos, como assistência social e religiosa de acordo com o preparatório para os monitores da rádio. O rádio, como um meio de comunicação com capacidade de atingir um grande número de pessoas, especialmente aquelas das áreas rurais e periféricas, seria a ferramenta ideal para levar o catolicismo à comunidade. Uma forma de controle ideológico onde a religião é utilizada para pautar opiniões e comportamentos.

De acordo com o documento intitulado “Treinamento de monitores para as escolas radiofônicas” elaborado por Cônego Geraldo Mendes Monteiro (1960), as aulas pelas ondas do rádio poderiam ocorrer em um salão paroquial, capela, igreja, em uma escola da zona rural ou na casa das famílias que dispusessem de suas moradia para tal. As matrículas seriam feitas de casa em casa, já fazendo a divulgação para as pessoas que residem ao redor, e mais alunos seriam contemplados.

No documento feito por Monteiro (1960) também é mencionado que as aulas seriam transmitidas por um professor ou professora normalista através da emissora. Os receptores ficariam disponíveis em escolas, casas ou paróquias, onde vários alunos iriam se reunir. Os monitores ou monitoras - pessoas que recebiam apenas um treinamento para o trabalho exercido - ficariam disponíveis nessas turmas para esclarecimentos de dúvidas ou orientações para os alunos.

Na cartilha de treinamento também encontra-se as seguintes exigências para os monitores

Saber ler e escrever, ainda que pouco. Não se exige curso secundário ou normal. Tendo, tanto melhor. Saber utilizar-se do material escolar, quando preciso. Ter o mínimo suficiente da comunicabilidade necessária para lidar com os alunos, afim de tornar agradável a aula. Qualidades físicas: idade não inferior a 14 anos, boa saúde, boa disposição, etc. Qualidades moral e religiosa: Humildade, caridade, firmeza, piedade, disciplina, ser amável, atento, dar bom exemplo, ter espírito apostólico, paciência, etc. O professor procurará explanar, convenientemente, os vários itens da presente lição, insistindo muito pelo espírito de dedicação ou apostólico. O monitor ou monitora, embora receba alguma gratificação pelo seu trabalho na escola radiofônica, nunca deverá tomar como base do seu serviço o dinheiro, mas o bem que fará aos da sua comunidade (MONTEIRO, 1960, p. 11).

O ensino no final da década de 50 e início dos anos 60 estava fortemente ligado aos princípios religiosos, especialmente ao catolicismo. Na fala de padre Geraldo para elaboração das aulas, fica em evidente que os monitores eram pessoas leigas quanto ao funcionamento das aulas, portanto, não são escolhidos por sua formação técnica, mas por seus preceitos religiosos. A educação também era voltada para moldar a crença dos alunos, baseada em uma ótica conservadora e distante do ensino laico.

Os monitores também deveriam confeccionar todo material didático para as aulas com orientação dos professores durante o treinamento, como: cartazes, quadros, murais, etc. O papel do professor seria o de fazer a apresentação e recapitulação das aulas gravadas, no entanto, durante as aulas práticas, era intercalado as aulas dos discos junto da presença do professor na escola. Também era oferecido material didático e merenda escolar nas escolas radiofônicas. O MEC havia disponibilizado discos de aulas gravadas para o SIRENA, juntamente a Radiocartilha em cores. A programação ocorria da seguinte maneira:

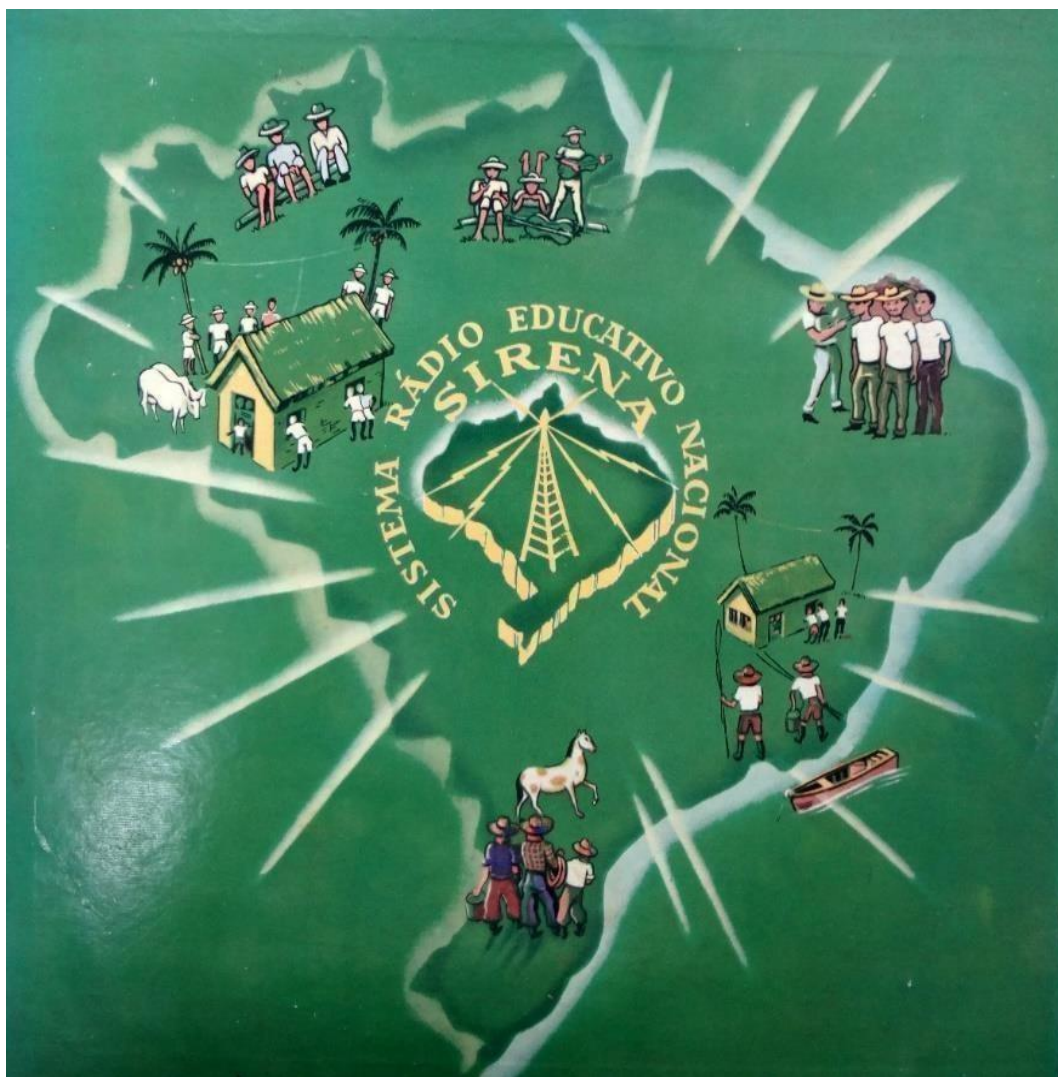
- Aula de abertura/Introdução;
- Aula sobre saúde; Disco – Aprenda a ter saúde
- Aula sobre agricultura; Disco – O sítio do Guabirola
- Aula sobre puericultura; Disco – A família do Seu Galdino
- Aula sobre família; Disco – Nossa terra nossa gente/ Problemas da vida diária
- Uma aula ou duas de alfabetização; Disco – Curso de leitura para adultos
- Uma aula ou duas de aritmética; Disco – Aprenda a fazer contas
- Aula de encerramento

Ao início de sua implementação, o SIRENA contava com 11 emissoras espalhadas na região. Três anos depois, haviam 65 sistemas regionais. Para tanto, em relação a organização e elaboração do programa, Horta nos traz os seguintes dados

Quanto à elaboração de programas básicos os dados são os seguintes: em 1958, 909 programas planejados e elaborados e 5760 discos editados; em 1959, 1113 programas elaborados, dos quais 655 já gravados em discos long-playing e 458 em fase de gravação; em 1960, distribuição de cerca de 2.000 discos L.P. de 12 polegadas, correspondendo a mais de 900 programas; em 1961 o SIRENA contava com um total de 1511 programas elaborados e gravados e tinha em estoque 8843 discos L.P. de 12 polegadas (HORTA, 1972, p. 110).

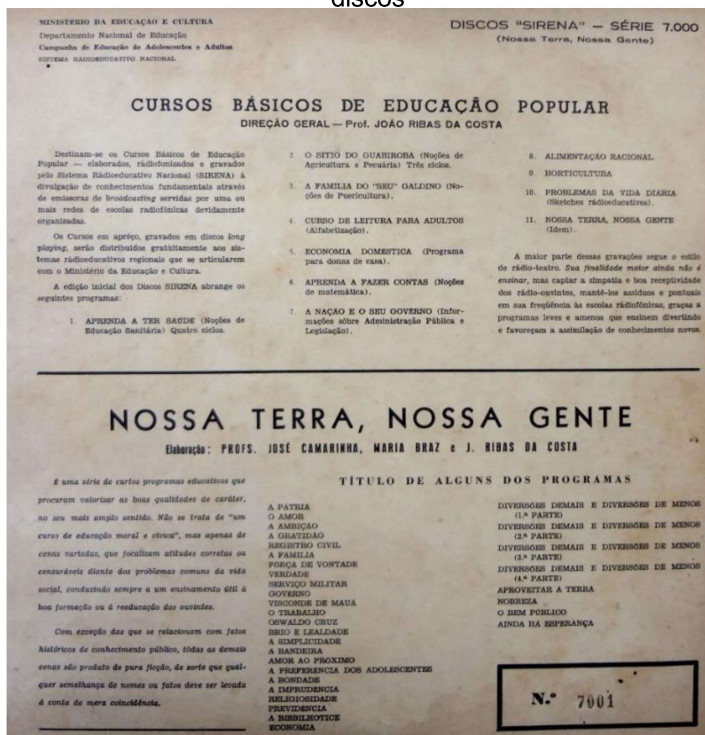
Abaixo as capas dos discos que contemplam a programação do SIRENA:

Figura 22 Capa verso padrão dos discos retirada da pasta "Fotos dos discos"



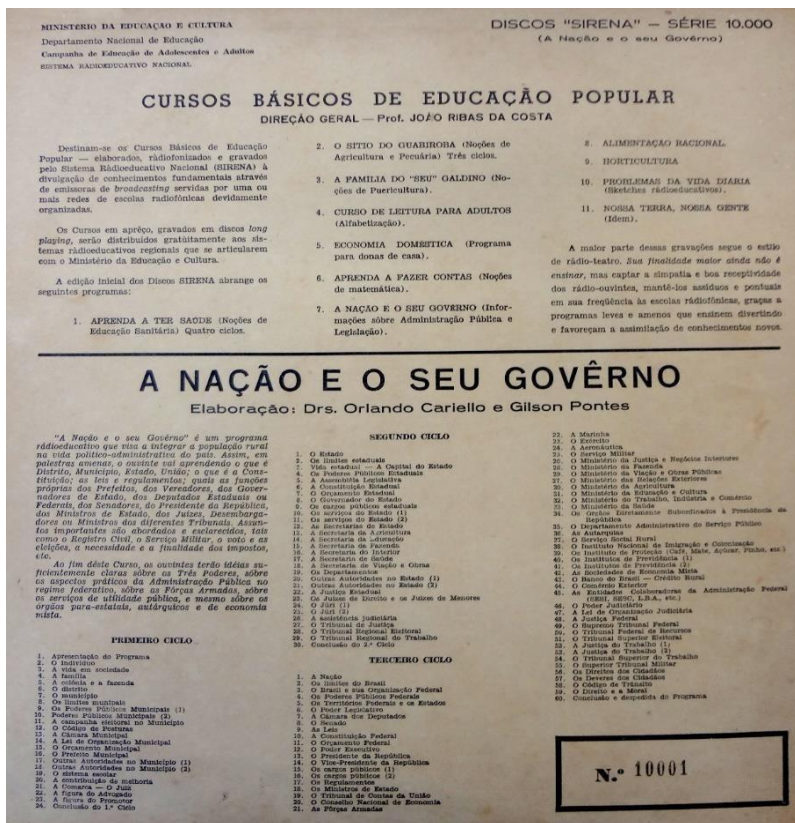
Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 23 Capa do disco “Nossa terra, nossa gente” retirada do pasta “Fotos de discos”



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 24 Capa do disco “A nação e seu governo” retirada do pasta “Fotos de discos”



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 25 Capa do disco "O sítio do Gabiroba" retirada do pasta "Fotos de discos"

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
Departamento Nacional de Educacao
Companhia de Educacao de Adolescentes e Adultos
SISTEMA RADIOEDUCATIVO NACIONAL

DISCOS "SIRENA" - SERIE 4.000
(Noções de Agricultura e Pecuária)

CURSOS BÁSICOS DE EDUCACAO POPULAR
DIREÇÃO GERAL - Prof. JOAO RIBAS DA COSTA

Destinam-se os Cursos Básicos de Educação Popular — elaborados, radiodifundidos e gravados pelo Sistema Rádioeducativo Nacional (SIRENA) à divulgação de conhecimentos fundamentais através de emissoras de broadcasting servidas por uma ou mais redes de escolas radiofônicas devidamente organizadas.

Os Cursos em apreço, gravados em discos long playing, serão distribuídos gratuitamente aos sistemas rádioeducativos regionais que se articularem com o Ministério da Educação e Cultura.

A edição inicial dos Discos SIRENA abrange os seguintes programas:

1. APRENDIA A TER SAUDE (Noções de Educação Sanitária) Quatro ciclos.
2. O SÍTIO DO GUABIROBA (Noções de Agricultura e Pecuária) Três ciclos.
3. A FAMILIA DO "SEU" GALDINO (Noções de Pecuicultura).
4. CURSO DE LETURA PARA ADULTOS (Alfabetização).
5. ECONOMIA DOMESTICA (Programa para donas de casa).
6. APRENDIA A FAZER CONTAS (Noções de matemática).
7. A NAÇÃO E O SEU GOVERNO (Informações sobre Administração Pública e Legislação).
8. ALIMENTAÇÃO RACIONAL.
9. HORTICULTURA
10. PROBLEMAS DA VIDA DIÁRIA (Sketches radioeducativos).
11. NOSSA TERRA, NOSSA GENTE (Idem).

A maior parte dessas gravações segue o estilo de rádio-teatro. Sua finalidade maior ainda não é ensinar, mas captar a simpatia e boa receptividade dos rádio-ouvintes, mantê-los atentos e pontuais em sua frequência às escolas radiofônicas, graças a programas leves e amenos que estejam diversificados e favoreçam a assimilação de conhecimentos novos.

O SÍTIO DO GUABIROBA
(Noções de Agricultura e Pecuária)
Direção Técnica: DR. PIMENTEL GOMES

Este programa procura transmitir conhecimentos elementares, imediatamente úteis ao desenvolvimento da produção animal e agrícola, nos seguintes aspectos: a) a criação e a conservação dos principais animais domésticos; b) a criação e a conservação dos principais animais domésticos; c) a criação e a conservação dos principais animais domésticos.

Em programas anteriores e outros, destinados ao ciclo, o Agrônomo vai transmitindo ao sítio do Guabiroba uma longa série de ensinamentos práticos, ilustrados sempre em que é de os demais cidadãos e cidadãos em geral, como os órgãos próprios do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura e Pecuária.

Nos Ciclos seguintes, há menos diálogos. Os ensinamentos, apresentados por meio de especialidades, se transmitem através de palestras, pontualmente de exemplos e seguidas por um resumo final.

N.º DOS DISCOS	NOME DAS AULAS	1.º CICLO	2.º CICLO	3.º CICLO
4.001-A	A criação do gado bovino	4.001-A	4.001-B	4.001-C
4.002-A	A criação do gado caprino	4.002-A	4.002-B	4.002-C
4.003-A	A criação do gado equino	4.003-A	4.003-B	4.003-C
4.004-A	A criação do gado suíno	4.004-A	4.004-B	4.004-C
4.005-A	A criação do gado avícola	4.005-A	4.005-B	4.005-C
4.006-A	A criação do gado porcino	4.006-A	4.006-B	4.006-C
4.007-A	A criação do gado canino	4.007-A	4.007-B	4.007-C
4.008-A	A criação do gado felino	4.008-A	4.008-B	4.008-C
4.009-A	A criação do gado felino	4.009-A	4.009-B	4.009-C
4.010-A	A criação do gado felino	4.010-A	4.010-B	4.010-C
4.011-A	A criação do gado felino	4.011-A	4.011-B	4.011-C
4.012-A	A criação do gado felino	4.012-A	4.012-B	4.012-C
4.013-A	A criação do gado felino	4.013-A	4.013-B	4.013-C
4.014-A	A criação do gado felino	4.014-A	4.014-B	4.014-C
4.015-A	A criação do gado felino	4.015-A	4.015-B	4.015-C
4.016-A	A criação do gado felino	4.016-A	4.016-B	4.016-C
4.017-A	A criação do gado felino	4.017-A	4.017-B	4.017-C
4.018-A	A criação do gado felino	4.018-A	4.018-B	4.018-C
4.019-A	A criação do gado felino	4.019-A	4.019-B	4.019-C
4.020-A	A criação do gado felino	4.020-A	4.020-B	4.020-C
4.021-A	A criação do gado felino	4.021-A	4.021-B	4.021-C
4.022-A	A criação do gado felino	4.022-A	4.022-B	4.022-C
4.023-A	A criação do gado felino	4.023-A	4.023-B	4.023-C
4.024-A	A criação do gado felino	4.024-A	4.024-B	4.024-C
4.025-A	A criação do gado felino	4.025-A	4.025-B	4.025-C
4.026-A	A criação do gado felino	4.026-A	4.026-B	4.026-C
4.027-A	A criação do gado felino	4.027-A	4.027-B	4.027-C
4.028-A	A criação do gado felino	4.028-A	4.028-B	4.028-C
4.029-A	A criação do gado felino	4.029-A	4.029-B	4.029-C
4.030-A	A criação do gado felino	4.030-A	4.030-B	4.030-C

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 26 Capa do disco "Problemas da vida diária" retirada do pasta "Fotos de discos"

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
Departamento Nacional de Educacao
Companhia de Educacao de Adolescentes e Adultos
SISTEMA RADIOEDUCATIVO NACIONAL

DISCOS "SIRENA" - SERIE 6.000
(Problemas da Vida Diária)

CURSOS BÁSICOS DE EDUCACAO POPULAR
DIREÇÃO GERAL - Prof. JOAO RIBAS DA COSTA

Destinam-se os Cursos Básicos de Educação Popular — elaborados, radiodifundidos e gravados pelo Sistema Rádioeducativo Nacional (SIRENA) à divulgação de conhecimentos fundamentais através de emissoras de broadcasting servidas por uma ou mais redes de escolas radiofônicas devidamente organizadas.

Os Cursos em apreço, gravados em discos long playing, serão distribuídos gratuitamente aos sistemas rádioeducativos regionais que se articularem com o Ministério da Educação e Cultura.

A edição inicial dos Discos SIRENA abrange os seguintes programas:

1. APRENDIA A TER SAUDE (Noções de Educação Sanitária) Quatro ciclos.
2. O SÍTIO DO GUABIROBA (Noções de Agricultura e Pecuária) Três ciclos.
3. A FAMILIA DO "SEU" GALDINO (Noções de Pecuicultura).
4. CURSO DE LETURA PARA ADULTOS (Alfabetização).
5. ECONOMIA DOMESTICA (Programa para donas de casa).
6. APRENDIA A FAZER CONTAS (Noções de matemática).
7. A NAÇÃO E O SEU GOVERNO (Informações sobre Administração Pública e Legislação).
8. ALIMENTAÇÃO RACIONAL.
9. HORTICULTURA
10. PROBLEMAS DA VIDA DIÁRIA (Sketches radioeducativos).
11. NOSSA TERRA, NOSSA GENTE (Idem).

A maior parte dessas gravações segue o estilo de rádio-teatro. Sua finalidade maior ainda não é ensinar, mas captar a simpatia e boa receptividade dos rádio-ouvintes, mantê-los atentos e pontuais em sua frequência às escolas radiofônicas, graças a programas leves e amenos que estejam diversificados e favoreçam a assimilação de conhecimentos novos.

PROBLEMAS DA VIDA DIÁRIA
Direção Técnica: Zuleika Melo

Esta série de cursos apresenta conteúdos simples e sua apresentação se faz de maneira acessível, em linguagem popular, de modo a promover assimilação sem necessidade de laboriosas reflexões. Observa-se que seria muito fácil elaborar programas desse gênero em nível muito mais elevado. Mas a orientação seguida não se afasta da simplicidade, tendo em vista que as transmissões se destinam a grupos de educandos que só agora se inseriram pelos diversos caminhos da educação cultural.

N.º DOS DISCOS	NOME DAS AULAS	1.º CICLO	2.º CICLO	3.º CICLO
6.001-A	As baratas (I)	6.001-A	6.001-B	6.001-C
6.002-A	As baratas (II)	6.002-A	6.002-B	6.002-C
6.003-A	As baratas (III)	6.003-A	6.003-B	6.003-C
6.004-A	As baratas (IV)	6.004-A	6.004-B	6.004-C
6.005-A	As baratas (V)	6.005-A	6.005-B	6.005-C
6.006-A	As baratas (VI)	6.006-A	6.006-B	6.006-C
6.007-A	As baratas (VII)	6.007-A	6.007-B	6.007-C
6.008-A	As baratas (VIII)	6.008-A	6.008-B	6.008-C
6.009-A	As baratas (IX)	6.009-A	6.009-B	6.009-C
6.010-A	As baratas (X)	6.010-A	6.010-B	6.010-C
6.011-A	As baratas (XI)	6.011-A	6.011-B	6.011-C
6.012-A	As baratas (XII)	6.012-A	6.012-B	6.012-C
6.013-A	As baratas (XIII)	6.013-A	6.013-B	6.013-C
6.014-A	As baratas (XIV)	6.014-A	6.014-B	6.014-C
6.015-A	As baratas (XV)	6.015-A	6.015-B	6.015-C
6.016-A	As baratas (XVI)	6.016-A	6.016-B	6.016-C
6.017-A	As baratas (XVII)	6.017-A	6.017-B	6.017-C
6.018-A	As baratas (XVIII)	6.018-A	6.018-B	6.018-C
6.019-A	As baratas (XIX)	6.019-A	6.019-B	6.019-C
6.020-A	As baratas (XX)	6.020-A	6.020-B	6.020-C
6.021-A	As baratas (XXI)	6.021-A	6.021-B	6.021-C
6.022-A	As baratas (XXII)	6.022-A	6.022-B	6.022-C
6.023-A	As baratas (XXIII)	6.023-A	6.023-B	6.023-C
6.024-A	As baratas (XXIV)	6.024-A	6.024-B	6.024-C
6.025-A	As baratas (XXV)	6.025-A	6.025-B	6.025-C
6.026-A	As baratas (XXVI)	6.026-A	6.026-B	6.026-C
6.027-A	As baratas (XXVII)	6.027-A	6.027-B	6.027-C
6.028-A	As baratas (XXVIII)	6.028-A	6.028-B	6.028-C
6.029-A	As baratas (XXIX)	6.029-A	6.029-B	6.029-C
6.030-A	As baratas (XXX)	6.030-A	6.030-B	6.030-C

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 27 Capa do disco “Aprenda a fazer contas” retirada do pasta “Fotos de discos”

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
Departamento Nacional de Educacao
Campanha de Educacao de Adolescentes e Adultos
SISTEMA RADIOEDUCATIVO NACIONAL

DISCOS "SIRENA" — SÉRIE 8.000
(Aprenda a Fazer Contas)

CURSOS BÁSICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR
DIREÇÃO GERAL — Prof. JOÃO RIBAS DA COSTA

Destinam-se os Cursos Básicos de Educação Popular — elaborados, radiodifundidos e gravados pelo Sistema Rádioeducativo Nacional (SIRENA) à divulgação de conhecimentos fundamentais através de emissoras de broadcasting servidas por uma ou mais redes de escolas radiofônicas devidamente organizadas.

Os Cursos em áudio, gravados em discos long playing, serão distribuídos gratuitamente aos sistemas rádioeducativos regionais que se articularem com o Ministério da Educação e Cultura.

A edição inicial dos Discos SIRENA abrange os seguintes programas:

1. APREENDA A TER SAÚDE (Noções de Educação Sanitária) Quatro ciclos.
2. O SÍTIO DO GUABUROBA (Noções de Agricultura e Pecuária) Três ciclos.
3. A FAMÍLIA DO "SEU" GALDINO (Noções de Paericultura).
4. CURSO DE LECTURA PARA ADULTOS (Alfabetização).
5. ECONOMIA DOMÉSTICA (Programa para donas de casa).
6. APREENDA A FAZER CONTAS (Noções de matemática).
7. A NAÇÃO E O SEU GOVERNO (Informações sobre Administração Pública e Legislação).
8. ALIMENTAÇÃO RACIONAL.
9. HORTICULTURA
10. PROBLEMAS DA VIDA DIÁRIA (Sketches radioeducativos).
11. NOSSA TERRA, NOSSA GENTE (Idem).

A maior parte dessas gravações segue o estilo de rádio-teatro. Sua finalidade maior ainda não é ensinar, mas captar a simpatia e boa receptividade dos rádio-ouvintes, mantê-los atentos e pontuais em sua frequência às escolas radiofônicas, graças a programas leves e amenos que ensinam divertindo e favoreçam a assimilação de conhecimentos novos.

APREENDA A FAZER CONTAS
Supervisão Técnica — PROF.^a DULCIE KANTZ VICENTE VIANNA
Elaboração: PROF.^a IRIS FADEL

O Curso Básico de Matemática sob o título "APREENDA A FAZER CONTAS", tem por finalidade integrar o adulto na própria vida, esclarecendo mediante simples conhecimentos espaciais relacionados com cálculos em geral, levando-o à aquisição de técnicas indispensáveis de suas atividades cotidianas e à aprendizagem das contas escritas, para que possa resolver com mais eficiência, os problemas de cada dia.

Consta o curso de 69 aulas, gravadas em discos "long-playing" de 12 polegadas.

Das 69 aulas, as 54 primeiras foram elaboradas de acordo com as Noções do "Guia de Matemática", livro organizado pelo Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adultos do M.E.C. para o Professor Voluntário da Campanha de Educação de Adultos. As 6 últimas correspondem a uma recapitulação geral do assunto.

Cada aluno deve possuir o "Guia de Matemática" para poder aproveitar as aulas do curso "APREENDA A FAZER CONTAS", porque as lições e exercícios dele constantes precisam ser acompanhadas atentamente nas páginas do referido "Guia", sem o que se tornariam completamente inúteis.

Como a constante repetição de exercícios e noções essenciais é um fator importante no ensino da Matemática, cada aula deve ser repetida três vezes.

Sendo as aulas destinadas a alunos que, em sua maioria, não dominam a técnica da leitura e da escrita, torna-se necessário que haja sempre um Auxiliar, pessoa capaz de ajudar o professor locutor e os alunos no cumprimento da complexa tarefa: ensinar e aprender.

No curso básico "APREENDA A FAZER CONTAS" o aluno encontrará meios de melhorar as condições de sua situação, pois essas primeiras noções de Matemática são de grande utilidade para a vida.

TÍTULO DAS AULAS

Unidade e coleção
Quantidade e número (1ª parte)
Quantidade e número (2ª parte)
Numeração, algarismo
Como fazer os exercícios
Contagem de números
Contagem de números (2ª parte)
Exercício n.º 2
Ordem crescente e decrescente
Exercício número 3
Noções de dezena, meia dezena, dezena e meia
Noções de dezena, meia dezena, dezena e meia (2ª parte)

Exercício n.º 4
Soma e subtração
Correção de exercícios — Subtração
Subtração (2ª parte)
Correção de exercícios — Exercício 6
Organização e complementação de séries
Correção do exercício 7 — Noção de número par e número ímpar
Noção de dúzia — meia dúzia e dúzia e meia — Exercício n.º 8
Multiplicação — Noção de dobro e metade
Exercício n.º 9
O zero e sua significação no número — Exercício 10
Multiplicação por 10, 100, 1.000 pelo acréscimo de zeros
Exercício 11
Noção de triplo — Quadruplo e quintuplo
Centena — meia centena — centena e meia — Exercício 12
Composição e decomposição dos números
Exercício 13. Cantagatas de 3 em 3, de 10 em 10, de 8 em 8 (Proseguir)

N.º 8002

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 28 Capa do disco “100% dançante” retirada do pasta “Fotos de discos”

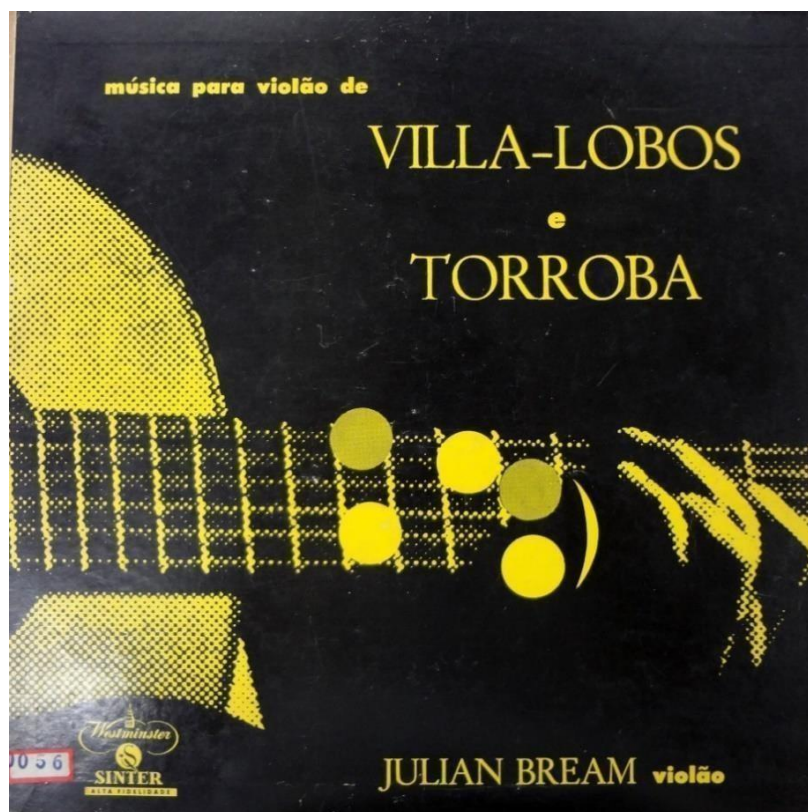
100% DANÇANTE
QUINTETO "OK" com JOSÉ MENEZES

HI-FI SINTER EP

MISTURA FINA
RECADO
LUNA DE MIEL EN PUERTO RICO
ESO ES EL AMOR

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 29 Capa do disco “Villa- Lobos e Torroba” retirada do pasta “Fotos de discos”



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

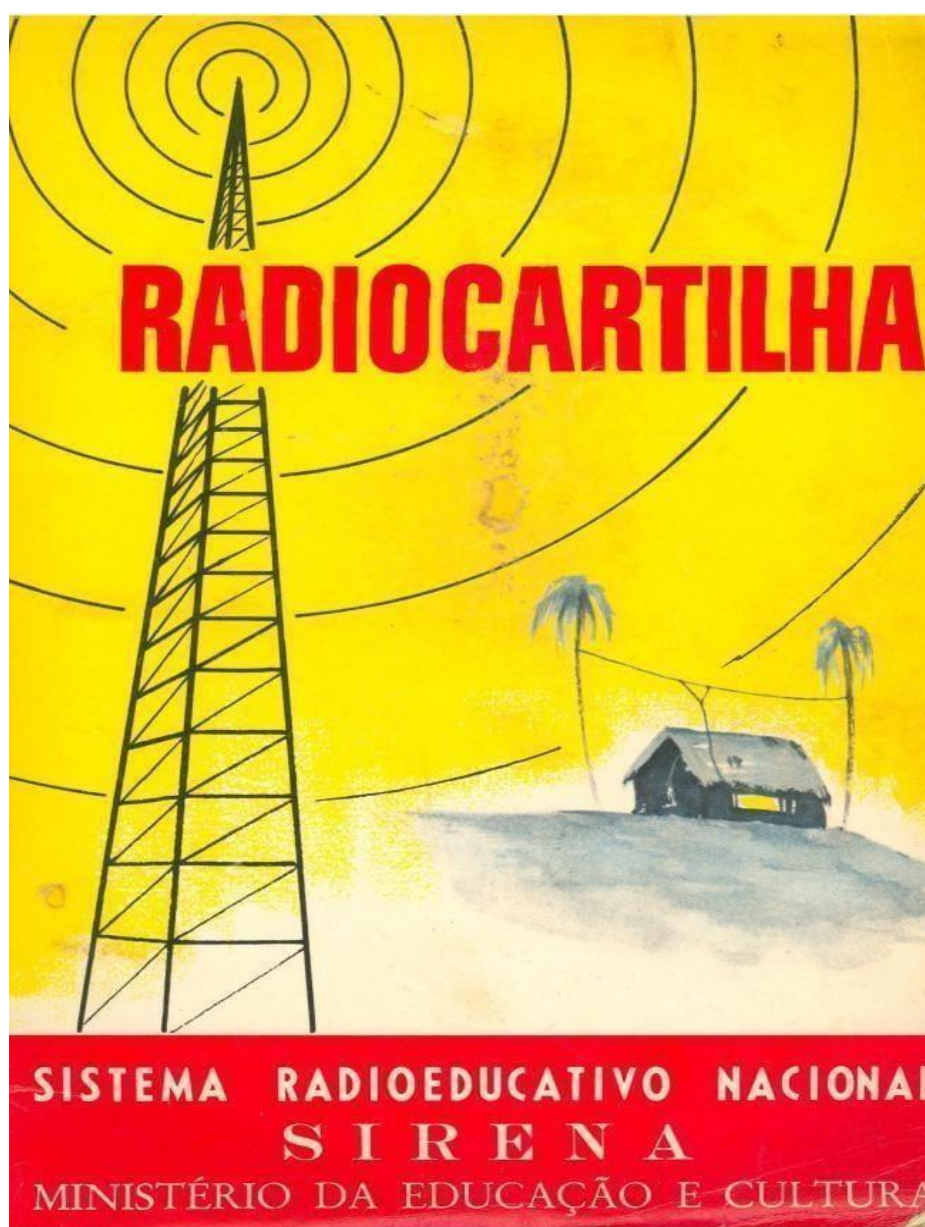
O conteúdo transmitido pelas ondas do rádio foi significativo para a narrativa histórica no que tange a iniciativa de uma rádio educativa em lugares em que o ensino não chegava, onde não haviam escolas e o deslocamento dos alunos era impossibilitado por questões socioeconômicas.

Em contrapartida, o SIRENA recebeu incontáveis críticas em relação ao seu aspecto didático pedagógico, principalmente relacionada a alfabetização. Ouvindo as aulas dos discos intitulados “Curso de leitura para adultos”, ficou evidente que a metodologia se baseava em repetição e memorização de palavras em com textos desconexos da realidade, sem a construção de seu sentido e da prática do uso da linguagem em vivências condizentes a realidade.

Ao início da aula, o professor cumprimenta os alunos, e em seguida, pede aos mesmos para abrir a página do livro para o exercício do dia. A presença do monitor durante as aulas serve para auxiliar os alunos na abertura do livro e na mudança dos cartazes no quadro. Cada aula gravada tem duração de 15 a 25 minutos.

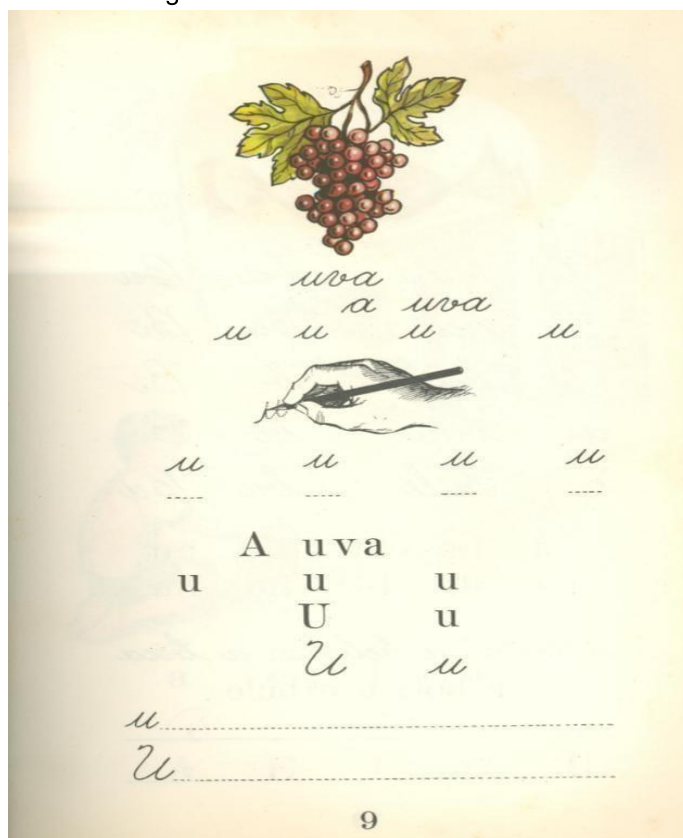
O processo de alfabetização conta com o emprego do uso das letras isoladas e, posteriormente, para a construção de palavras e frases. A Radiocartilha, material didático auxiliar para a alfabetização, era considerada de conteúdo infantilizado para o público adulto. O contexto desses exercícios não fazia ligação com a realidade social dos estudantes ouvintes, além de ser um método mecânico de aprendizagem, o que foi considerado na época, um elemento limitador do aprendizado.

Figura 30 Capa Radiocartilha



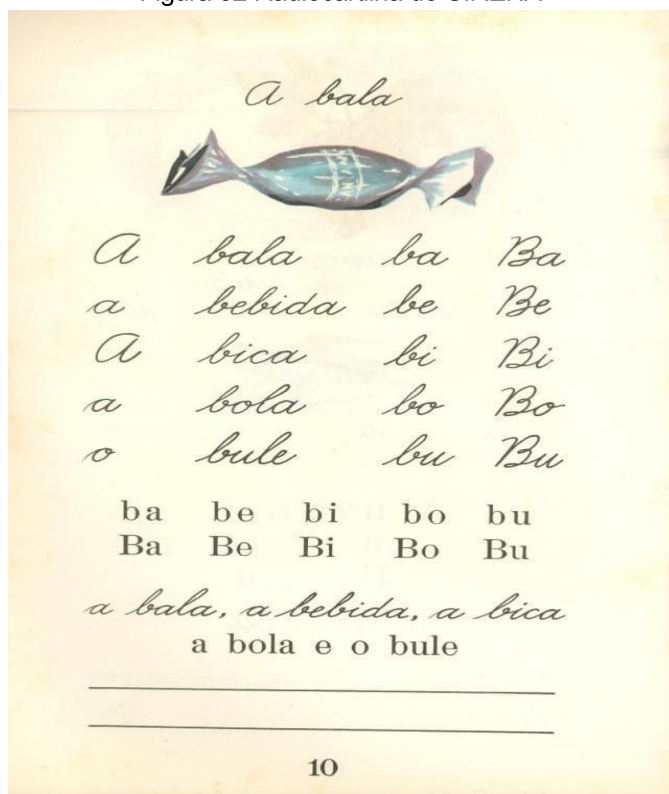
Fonte: Site Fórum EJA

Figura 31 Radiocartilha do SIRENA



Fonte: Site Fórum EJA

Figura 32 Radiocartilha do SIRENA



Fonte: Site Fórum EJA

Figura 33 Radiocartilha do SIRENA



Fonte: Site Fórum EJA

Além das aulas gravadas, também havia atividades práticas e avaliação para os alunos aplicadas pelos monitores. Na imagem abaixo retirada da pasta intitulada "Atas", contém o relato de uma monitora da Rádio Sirena, Maria do Carmo Dutra Valle, que lecionava na escola rural em Ribeiro Junqueira, hoje distrito de Leopoldina.

Figura 34 Ata das escolas radiofônicas

Ata das provas das aulas radiofônicas.

As 18 horas do dia 1º de dezembro de 1960 foram aplicadas as provas dos alunos das aulas radiofônicas, da escola rural de Santa Marta, distrito de Ribeirão Quaqueira, Município de Leopoldina, Minas Gerais, pela monitora da referida escola. Devido as grandes chuvas nesta região só compareceram às provas os alunos frequentes que moram mais próximos à escola. Alguns não conseguiram fazer prova escrita; fazendo oralmente, as notas que mereceram foram inscritas na coluna de aproveitamento da folha de frequência mensal. Neste mesmo dia, as 13 horas, foram aplicadas as mesmas provas nos alunos da aula diurna, sendo as mesmas entregues à Rádio Sirena, juntamente com esta ata.

Dito alunos destas aulas fizeram oralmente a mesma prova, tendo o resultado em média de 6 a 8.

Junto também a esta ata a frequência a missa aos domingos, constando de: 1º domingo - 25 pessoas. 2º domingo - 26 pessoas e 3º domingo - 28 pessoas. Nada mais tendo a afirmar, eu, professora e monitora, da referida escola, escrevi e assino: Maria do Carmo Dutra Valle.

Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET - Leopoldina (2022)

Segundo a ata escrita pela monitora, houve a aplicação da prova escrita, mas também a necessidade de uma prova oral. Surge a indagação do porquê da adaptação da prova para alguns alunos. Uma possível explicação seria que esses

alunos ainda não soubessem ler e escrever, o que dificultava a compreensão das atividades numa prova escrita, necessitando de uma atenção mais direcionada.

Outro ponto que chama a atenção do leitor, é o fato da ata ser entregue juntamente a lista de presença de pessoas à missa dominical. Essa questão chama a atenção novamente para a forte ligação que a igreja tinha com a educação da época, já que as igrejas católicas eram conveniadas ao SIRENA. De acordo com Bilhão e Klafke (2020, p. 8) “A postura da Igreja, de esforço pela difusão da educação de base no meio rural, como mencionado, pode ser lida como parte de suas estratégias visando contrapor-se a novos contendores na arena política e religiosa”.

A rádio Sirena, enquanto meio de comunicação de baixo custo e acessível às camadas populares, teve alcance significativo na região da Zona da Mata Mineira nas áreas rurais. O alcance às regiões rurais e periféricas foi, sem dúvida, o ponto alto do SIRENA. A rádio possuiu uma forte influência não só a nível regional, mas também nacional e para além das fronteiras. Outros países tiveram conhecimento do SIRENA como demonstrado nas correspondências e cartas pertencentes ao acervo.

Figura 35 Carta em apoio ao SIRENA. Imagem retirada da pasta “Cartas”

Em apoio ao "Sirena"
 - Sistema Rádioeducativo Nacional -

Com sincera admiração e entusiástica
 esperança queremos dar publico testemunho
 do nosso aplauso ao Sistema Rádioeducativo
 Nacional, que tem como Chefe o emin. sr.
 Prof. João Ribas da Costa, no Ministério da Edu-
 cação e Cultura.

No Brasil, já está produzindo ótimos
 resultados esse novo sistema técnico de edu-
 cação popular, a exemplo do que vem aconte-
 cendo em outros países do nosso Continente.

Que Deus abençoar, mais e mais, tanto
 o Sistema Rádioeducativo Nacional quanto o
 Sistema R. Regional, de nossa Pátria, visando a
 educação cívica e a formação da consciência
 moral do nosso povo, segundo as normas, tradições cristãs.

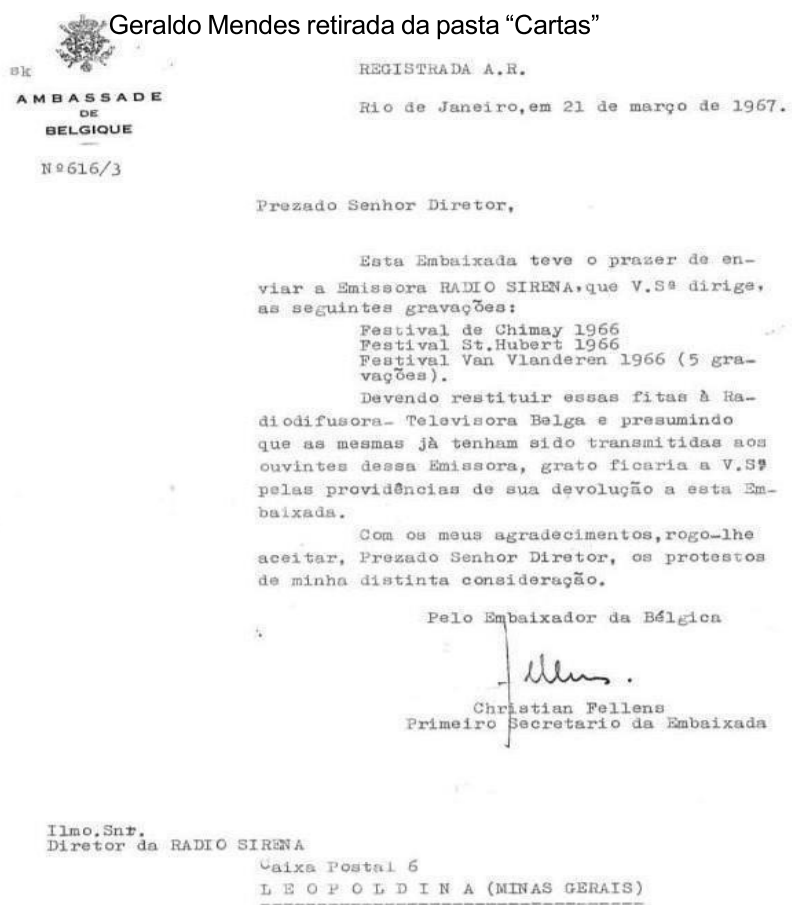
São Paulo, 20 de março de 1959.

+ C. Card. Motta

Arcebispo de São Paulo.

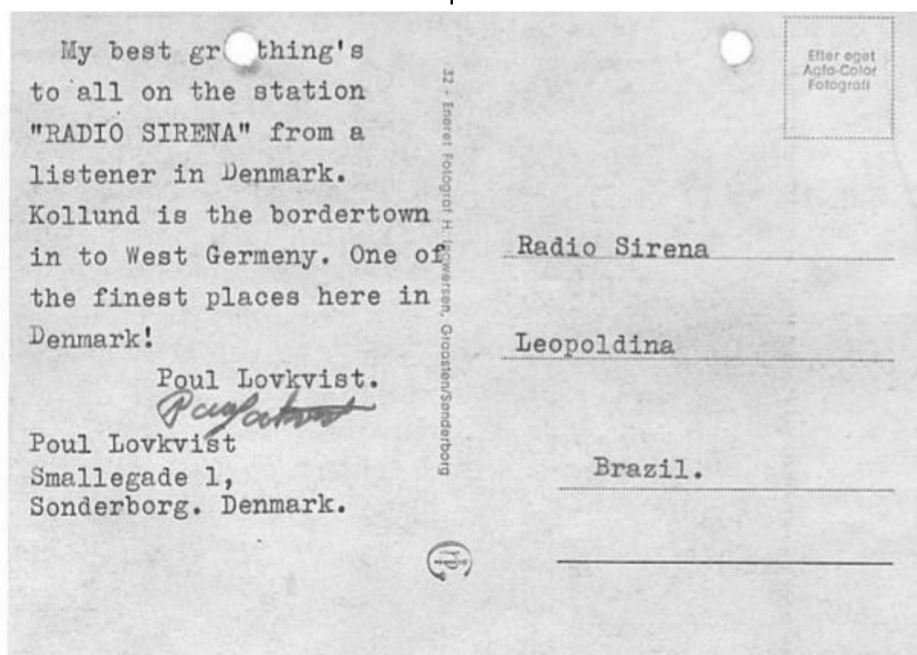
Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 36 Carta recebida da Bélgica para o cônego



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Figura 37: Carta recebida da Dinamarca para o cônego Geraldo Mendes retirada da pasta "Cartas"



Fonte: Acervo da Rádio Sirena localizado no CEFET – Leopoldina (2022)

Texto traduzido: Minhas melhores saudações a todos da estação "RÁDIO SIRENA" de um ouvinte na Dinamarca. Kollund é a cidade fronteiriça com a Alemanha Ocidental. Um dos lugares mais bonitos aqui na Dinamarca! Poul Lovkvist. Smallegade 1, Sonderborg, Dinamarca.

Figura 38 Carta recebida da Alemanha para o cônego Geraldo Mendes Monteiro retirada da pasta "Cartas"

Deutscher Demokratischer Rundfunk

Internationale Verbindungen

Radio Sirena

Ilmo. Sr.

Director

C.P. 6

Leopoldina

MINAS GERAIS

EE.UU. do Brasil

Ihr Zeichen

Ihre Nachricht vom

Unser Zeichen

Berlin-Oberschöneweide
Nalepastraße 18-56

2645

20 de Junho, 1961

Ilmo. Sr.:

Rogamos sua atenção pelo assunto seguinte: A Deutscher Demokratischer Rundfunk (a Rádio Democrática Alemã) tem interesse numa colaboração amigável com tôdas as estações de rádio, em todo o mundo.

Urge comunicar a V.S. que temos um vivo intercâmbio de programas com mais de 60 países. Por isso, é nosso desejo començar, também, com sua estação tais ligações.

Nós podemos pôr gratis à sua disposição gravações de música de varias gêneros. Em anexo, hoje, recebe V.S. a nossa primeira oferta de música que, certamente, com os muitos títulos mencionados constituirá algo interessante. Nós queríamos pedir a V. S. para comunicar-nos seus desejos.

Por fim, permita-nos expressar um desejo. Naturalmente, nós temos um grande interesse pela música de seu país e nós alegraríamos se recebêssemos, ocasionalmente, algumas gravações de música popular brasileira.

Esperamos que uma boa colaboração intercambial entre nossas estações se realize.

Aproveito a oportunidade para testemunhar a V.S. o nosso apreço e admiração.

Atenciosamente

März
(E. März)

Secção Relações Internacionais

Telegramm-Anschrift
Funkkomitee Berlin

Fernschreiber:
Berlin 1125 und 1276

Fernruf:
63 44 49 und 63 26 21

(285) Ag 142/58 DDR 10 3775

Horta apresenta a ordem cronológica do funcionamento do SIRENA

O Regulamento do SIRENA foi aprovado pelo Diretor Geral do DNE, através da Portaria nº 4-BR de 26 de Setembro de 1961 e publicado no Diário Oficial de 18 de Outubro de 1961.

Pela Portaria nº 143, de 14 de Junho de 1962, o SIRENA passou a fazer parte da "Mobilização Nacional contra o Analfabetismo". Com a extinção da "Mobilização Nacional contra o Analfabetismo", pelo Decreto nº 51867, de 26 de Março de 1963, o SIRENA foi extinto e incorporado à Rádio Educadora de Brasília, juntamente com seu material, qualquer que tenha sido a forma de sua aquisição, pela Portaria nº 330, de 12 de Setembro de 1963.

Finalmente, a 15 de Setembro de 1966, o Decreto nº 59213 incorporou a Rádio Educadora de Brasília e a Rádio Sirena de Leopoldina ao Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura (HORTA, 1972, p. 108).

Para Bilhão e Klafke

Independentemente do alcance de resultados efetivos das primeiras experiências, o recorrido histórico que buscamos acompanhar, com base nas relações políticas, interinstitucionais e mesmo pessoais aqui analisadas, evidencia uma convergência de interesses. Convergência esta que se traduziu na formação de um consenso em torno da necessidade de implantação de um sistema de educação rural por meio da radiodifusão no Brasil. Na base dessa legitimação, estavam os argumentos de que o sistema de educação seria eficiente, econômico e apolítico, uma vez que fosse financiado pelo Estado, coordenado pela Igreja Católica e subsidiado tecnologicamente pela Philips. Tal consenso tornou-se substrato fértil para os futuros projetos de educação radiofônica, sobretudo no caso do MEB (BILHÃO; KLAFKE, 2020, p.19).

Amaral aponta que

Informa-se que a Rádio SIRENA foi silenciada e teve suas atividades encerradas, embora sem exatidão dessa data. Justifica-se o fechamento dessa rádio pela superação do sistema de ensino, embora apresentando discordância em relação a essa decisão. No entanto, questiona-se a falta de cuidado com a aparelhagem "caríssima" que estava se deteriorando e sendo entregue "à ação destruidora do tempo". E, assim, chama-se a atenção para o fato de que as instalações da Rádio SIRENA encontravam-se à disposição de quem quisesse ver uma "aparelhagem, caríssima, completamente destruída pelo desuso e pelo descaso" (AMARAL, 2017, p. 89).

Em consonância, encontramos o pensamento de Moreira no seguinte discurso "a preocupação excessiva com os recursos materiais, em detrimento do preparo de pessoal e do controle de resultados, e as oscilações de natureza política" (Moreira, 1991). O projeto do Sistema Radioeducativo Nacional foi bem prestigiado pela ideia de levar educação de base por meio do rádio à comunidade do meio rural e pelas alianças feitas com o governo, Phillips e com a igreja católica, no entanto, deixou a desejar em vários aspectos e suas atividades não alcançaram os resultados esperados.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, me peguei em reflexão sobre inquietações que habitavam em mim desde a época do ensino médio. Estudante de escola pública, na adolescência eu me questionava sobre as formas de desigualdade social tão presentes em nossa sociedade. Com toda certeza, essas reflexões só se tornaram vivas porque também fiz parte de um grupo estruturalmente invisibilizado e à margem. Ao ingressar na faculdade de pedagogia, tive a oportunidade de compreender melhor as performances socioeducacionais que ainda se fazem presentes, embora essas performances já sejam de longa data, analisamos aqui o início de 1950.

Na década de 50, o cenário educacional do Brasil durante o período de redemocratização era crítico e carecia de medidas urgentes para a erradicação do analfabetismo, que seguia em alta, afetando mais da metade da população adulta. Durante períodos de mudanças sociais e políticas, como o pós Segunda Guerra, Era Vargas e Governo de JK, a educação emerge de maneira centralizada, através do anseio de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, as campanhas e levantes em prol da alfabetização para as camadas populares assumiram um papel de suma importância na história do país.

O Sistema Radioeducativo Nacional esteve vinculado a um projeto de educação que objetivava a modernização do país através da mão de obra qualificada em tempos de industrialização, e a promoção de uma sociedade com sujeitos mais ativos de sua cidadania. A alfabetização e a educação de base, nesse contexto, foram apenas um intermédio para a consolidação capitalista da formação de mão de obra no sentido de atender ao processo de industrialização, sem assegurar a emancipação e educação crítica desses indivíduos. Leopoldina, cidade pequena que viu de perto inúmeros desafios educacionais no período de industrialização no Brasil, assim como outras cidades brasileiras, serviu de panorama para a possibilidade de transformação nesse sentido.

Se tratando da história local de Leopoldina, as pesquisas que norteiam as dinâmicas educacionais na formação do município nos levam a uma compreensão das forças que impulsionaram o SIRENA.

Apesar do SIRENA ter atingido consideravelmente as áreas rurais da região, em um contexto de democratização do ensino, ele não alcançou às carências socioeducacionais dessa população para a transformação do cenário.

Devemos ter mente que a ocorrência do programa deve ser analisada como um todo: pessoas alfabetizadas e protagonismo político e social das camadas populares por um Brasil mais democrático, consciente e igualitário. Torna-se fundamental questionar e problematizar esse cenário socioeducacional à luz das camadas populares.

Portanto, o percurso durante o mestrado junto a esse estudo fez com que eu me aprofundasse no entendimento de que a luta coletiva é indispensável para a transformação de uma sociedade cheia de disparidades enraizadas com desigualdade e condições de exploração que perdura fortemente nos dias de hoje.

Nesse sentido, este trabalho apenas se inicia e toma como ponto de partida a compreensão do movimento que constrói as dinâmicas socioeducativas no Brasil, e que são sustentadas pelas suas estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

ACAIAÇA, **Centenário de Leopoldina**. Leopoldina, 1954.

AMARAL, Cláudia Maria Moura, **Traços da História e Resquícios da Memória: Escola Parque Primário Complementar – Leopoldina/ MG**, 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 1996

ARAÚJO, Maria das Graças. **Movimentos de educação popular no Rio Grande do Norte e projeto BB-Educar**. In: STAMATTO, Maria Inês S. (org.) Recortes: momentos da educação norte-riograndense. Natal: Editora da UFRN, 1996.

AZEVEDO, Graziela. **Ginásio Leopoldinense**. Gazeta de Leopoldina. n.99, p.1, 30 mar, 1911.

BARBOSA, Rita de Cássia Ribeiro. **Os planos de desenvolvimento e a educação: de Juscelino Kubitschek ao regime militar**. Campinas, 2006.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. Cortez Editora, 2005.

BERNARDES, Rodolfo Calil. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino**, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10787/1/Rodolfo%20Calil%20Bernardes.pdf>. Acesso em: 9 de dezembro de 2023.

BILHÃO, Isabel Aparecida; KLAFKE Álvaro Antonio. **Do SIRENA ao MEB: articulações entre empresários, Igreja Católica e Estado para a implantação da radioeducação no Brasil (década de 1950)**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250052>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino**, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. **Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação**, 2016.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

- CAMPOS, Paulo de Almeida. **“Projeto Maior N.1 da Unesco: para a generalização e melhoria do Ensino Primário na América Latina”**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, V.29, n.70, p. 84-88 abri./jun. 1958.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1988.
- COLESEL, Alessandra; LIMA, Michelle Fernandes de. **O movimento da educação popular na década de 1950 a 1960**. In: I Seminário de Pedagogia, IV Encontro da Educação Infantil, II Jornada de Cognição e Aprendizagem. Educação e Prática Pedagógica. Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2010.
- DI PIERRO Mônica Cristina; JOIA, Otto; RIBEIRO, Vera Maria. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Caderno Cedes, n. 55, p. 58-77, 2001.
- FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- FÁVERO, Osmar. **Memórias das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2023.
- FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. **A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365–392, 2011. DOI: 10.5216/ia.v36i2.16712.
- FERREIRA, Karina Martins. **A Educação Secundária no Brasil**. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/750>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.
- FILGUEIRA, Jussara Fernandes Reis. **Pelas páginas de O Leopoldinense (1946–1960) – sinais da neocrisandade na Diocese de Leopoldina-MG**. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- FRANCISCO, Pires Sandra. **Do cru ao cozido: Constituição do município e da educação leopoldinense no período imperial brasileiro (1831 a 1889)**, 2018.
- FREIRE, Paulo. **A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênuas; compreensão de sua visão crítica**. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. **Uma análise quantitativa das teses e dissertações gramscianas no Brasil**. Revista Práxis e Hegemonia Popular, v. 4, n. 5, 2020. DOI: 10.36311/2526-1843.2019.v4n5.10786. HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 72–89, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639807. Acesso em 13 de março de 2023.

GÜTTSCHOW, Gisele Gutstein. **Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo: implementação em Santa Catarina e o “cobaia” Joinville (1958-1963)**. Curitiba, 2011.

HOLANDA, Tamires Alves Ribeiro. **O movimento de cultura popular do Recife (1962-1964): memórias sobre o projeto de educação de pessoas adultas**, 2021

HORTA, José Silvério Baia. **Histórico do rádio-educativo no Brasil (1922-1970)**. Cadernos da PUC-Rio, Rio de Janeiro n. 10, p. 73-123, set. 1972. Disponível em: http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/08/Jose_Silverio_Baia_Horta_historico_radio_educativo.pdf.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2023.

INEP. **A Educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)**. Brasília, INEP, 1987.

JOSÉ, Oiliam. **A Abolição em Minas**. Belo Horizonte; Itatiaia, 1962.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Cinqüenta anos em cinco**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. Capitalismo, Trabalho e Educação, v. 3, p. 77-96, 2002.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Trad. Maria Victoria de M. Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Leopoldina: Historia e ensino. Disponível em: <http://historiadoensino.blogspot.com.br> Acesso em: 2 de fevereiro de 2024.

Leopoldinense: Álbum comemorativo de seu sétimo aniversário (1906-1913). Leopoldina–MG. 03 de julho, 1913.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964)**. Revista HISTEDBR On-line, nº 56, p. 26-45, mai 2014. ISSN: 1676-2584. Lombardi. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 56, maio de 2014.

LOPES, Edjonas Silvana; SILVANA, Francimária Sousa Santos; DAMASCENO, Eronilda Gomes. **Campanhas de Educação de Jovens e Adultos – EJA: Aspectos Históricos e Avanços**. Id On Line: REVISTA DE PSICOLOGIA, Brasil, v. 10, n. 32, p. 147-163, nov-dez, 2016. Disponível em: <file:///Users/user/Downloads/518-1709-1-PB.pdf>. Acesso em: 06 de janeiro de 2024.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Instituto Braudel, 2005.

MARTINS, José de Souza. **História da Educação no Brasil**. Livraria Pioneira Editora, 1975.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C.; XAVIER, Libânia Nacif; BREGLIA, Vera Lucia Alves; CHAVES, Miriam Waidenf Chaves; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de; LIMA, Cecília Neves; SANTOS, Pablo S. M. Bispo **Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960**, 2006.

MONTEIRO, Geraldo Mendes. **Treinamento de Monitores**, 1960. Acervo do Cefet – MG unidade Leopoldina, 2022.

MOREIRA, João Roberto. **Uma experiência de Educação: o projeto piloto de erradicação do analfabetismo do Ministério da Educação e Cultura**. Brasília: MEC, 1960.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

NEVES, Xavier Rogério; MARTINS, Maria do Carmo. **Memórias e História da escola**. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras, 2008.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. **Leopoldina: instrução, mito político e formação de elites na Zona da Mata Mineira (1895-1930)**. Leopoldina, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. **O Gymnasio Leopoldinense e o projeto educativo de formação da elite republicana na Zona da Mata mineira (1906-1926)**, 2016.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Legado de Celso de Rui Beisiegel: um dos pioneiros da educação popular**. Revista de Educação Popular, v. 18, n. 1, p. 233 – 244, 2019. DOI: 10.14393/rep- v18n12019-45718.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível**, 2010.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Educação Popular e os seus diferentes espaços: Educação Social De Rua, Prisional, Campo**, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as epistemologias do sul: para um pensamento alternativo de alternativas**. Volume II. São Paulo: Cortez, 2019, p. 527.

SANTOS, Martha Valente Domingues dos; LIMA, Marcela Francis Costa; GOUVÊA, Fernando César Ferreira. **Reflexões sobre a trajetória da educação popular no Brasil**. Repecult - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura, v. 2, n. 3, 2017.

SILVA, Andrew Vinícius Cristaldo da. **Historiografia do Ensino Secundário no Brasil Entre 1942 a 1961**, 2022.

TEIXEIRA, Wagner. **Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

THEODORO, Janice. **A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960**, 1996.

UNESCO Estuda Problemas da Educação no Brasil. A Notícia, Joinville, 18 de fev, 1958.

VALLA, Victor Vincent. **Sobre Participação Popular: Uma Questão De Perspectiva**, 1998.

VALLA, Victor Vincent. **A religiosidade popular como expressão do apoio social**, 2001.

VIANA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. São Paulo, 2006